



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 23

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de setembro de 2024

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*
(substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 4 minutos.

Feita a chamada das Sras. e Srs. Deputados, procedeu-se, no âmbito do PTAP, à apresentação de votos como abaixo se descreve:

[- Voto de Congratulação a Amaro Teixeira, vice-campeão de atletismo,](#)
sobre o qual intervieram a Sra. Deputada Salomé Matos (apresentação) e Deputado Lúcio Rodrigues (PS), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

[- Voto de Congratulação pelo 25º edição do Festival Internacional de Jazz da ilha Terceira,](#) cuja apresentação coube ao Deputado José Toste (PS), tendo emitido também opinião os Deputados Paulo Gomes (PSD), Pedro

Pinto (*CDS/PP*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelos 25º anos do Orfeão de Nossa Senhora do Rosário, apresentado pelo Sr. Deputado Ruben Cabral (*PSD*), tendo sobre o mesmo intervindo as Sras. Deputadas Sandra Costa Dias (*PS*) e Olivéria Santos (*CH*).

- Voto de Congratulação pelo título de campeão europeu de atletismo de Carlos Pedrosa, cuja apresentação ficou a cargo do Deputado Russel Sousa (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação aos bombeiros da RAA que auxiliaram nos incêndios da Madeira, apresentado pelo Deputado Gualberto Rita (*PS*), ao qual seguiram-se no uso da palavra os Deputados José Pacheco (*CH*), Flávio Soares (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS/PP*).

- Voto de Pesar pelo desaparecimento de Mário Serafim Machado, cuja apresentação coube ao Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), tendo também usado da palavra o Deputado José Leal (*PSD*).

- Voto de Pesar pelo desaparecimento de Mário Serafim Machado apresentado pela Deputada Olivéria Santos (*CH*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar** pelo falecimento de Joseph Silva apresentado pelo Deputado Jaime Vieira (*PSD*), ao qual se seguiu no uso da palavra o Deputado Carlos Silva (*PS*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Protesto pelo atraso nos pagamentos aos doentes deslocados, apresentado pelo Deputado José Toste (*PS*). Sobre o presente Voto emitiram igualmente opinião os Deputados José Pacheco (*CH*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Deputada Salomé Matos (*PSD*), António Lima (*BE*) e Deputada Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*) e a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*). O Voto em apreço

foi aprovado por maioria com os votos contra da Coligação.

Já no período dedicado às declarações políticas, usou da palavra o [Deputado João Mendonça \(PPM\)](#), cuja intervenção despoletou as intervenções dos Deputados Francisco Lima (CH), Paulo Gomes (PSD), Nuno Barata (IL) e Lubélio Mendonça (PS), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

Também no uso da palavra para uma declaração política, esteve o [Deputado António Lima \(BE\)](#), que despoletou intervenções, nomeadamente, da Deputada Marta Matos, bem como dos Deputados Joaquim Machado (PSD), José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL) e António Lima (BE) e ainda da Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro).

Após a interrupção para almoço, os trabalhos recomeçaram com o ponto 15 relativo ao [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII \(GOV\)](#) – “Determina a aplicação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, com as necessárias adaptações”, apresentado pelo Governo Regional.

Sobre o mesmo emitiram posições os/as Deputados/as António Lima (BE), Hélia Cardoso (CH), José Toste (PS), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Tendo sido a urgência aprovada, passou-se de imediato ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII \(GOV\)](#) – “Determina a aplicação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, com as necessárias adaptações”.

Assim sendo, intervieram sobre este documento os/as Deputados/as Hélia Cardoso (*CH*), José Toste (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Salomé Matos (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), João Mendonça (*PPM*), António Lima (*BE*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*).

A Proposta de DLR em apreço foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Seguiu-se a análise do ponto 27, desta feita um Requerimento para apresentação em Plenário do [Projeto de Resolução n.º 14/XIII](#) – “Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi”, da autoria do Partido Socialista. Procedeu à sua apresentação a Deputada Marlene Damião (*PS*), tendo-lhe seguido no uso da palavra o Deputado José Pacheco (*CH*).

Seguidamente, apreciou-se o ponto 19 da agenda de trabalhos, referente a um [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 8/XIII](#) – “Promoção do uso saudável de tecnologia nas escolas”, cuja apresentação coube ao Deputado António Lima (*BE*). Seguiram-se, no uso da palavra, os Deputados José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*) e Délia Melo (*PSD*). O Pedido de urgência foi rejeitado.

Posteriormente, passou-se à análise do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XIII](#) – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”, cuja apresentação coube ao Deputado António Lima (*BE*). Sobre o mesmo assunto proferiram igualmente intervenções a Deputada Olivéria Santos (*CH*) e os Deputados Nuno Barata (*IL*) e Luis Leal (*PS*), tendo o mesmo sido rejeitado.

Posto isto, procedeu-se à apreciação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 12/XIII](#) – “Reforço de

viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores”, da autoria do Grupo Parlamentar do PS.

Nesta fase, usou apenas da palavra o Deputado José Eduardo (*PS*), tendo a referida iniciativa sido aprovada por unanimidade.

Seguiu-se, então, a apreciação do [Projeto de Resolução n.º 12/XIII](#) – “Reforço de viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores”. Sobre o mesmo usaram da palavra os/as Deputados/as Dora Valadão (*PS*), José Sousa (*CH*), Cecília Estácio (*PSD*), António Lima (*BE*), José Eduardo (*PS*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

A solicitação do CHEGA, foi pedido um intervalo regimental de 30 minutos, tendo, então, os trabalhos terminado às 19h37.

Presidente: Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vamos proceder à chamada.

Eram 10 horas.

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos.

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge.

Carlos Freitas.

Carlos Henrique Lopes Rodrigues.

Cecília Maria Soares Estácio.

Délia Maria Melo.

Flávio da Silva Soares.

Francisco Manuel Raposo Gaspar.

Jaime Luís Melo Vieira.

José Joaquim Ferreira Machado.

José Manuel Resendes Leal.

Luís Carlos Correia Garcia.

Luís Miguel Teixeira Raposo.

Luís Carlos Cota Soares.

Nídia Manuela Lopes Inácio.

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.

Paulo Duarte Gomes.

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira.

Paulo José da Cunha Simões.

Rúben Filipe Rebelo Cabral.

Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Maria Salomé Dias Matos.

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa.

Berto José Branco Messias.

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

Flávio Miguel da Ponte Pacheco.

Gualberto Costa Rita.

Inês Soares de Oliveira e Sá.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Sousa Pombo Tavares.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa.**

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Miguel de Freitas **Toste.**

Lubélio de Fraga **Mendonça.**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues.**

Luís Miguel Vieira **Leal.**

Mário José Dinis **Tomé.**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros.

Marta Ávila de **Matos.**

Patrícia Maria Melo **Miranda.**

Russell Michael **Sousa.**

Sandra Micaela **Costa Dias.**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro.**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima.**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso.**

José Eduardo da Cunha **Pacheco.**

José Paulo Machado de **Sousa.**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos.**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto.**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça.**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este período da manhã está reservado ao tratamento de assuntos políticos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa e depois com as declarações políticas que estão inscritas.

Vou lembrar os tempos que estão espelhados no nosso ecrã, para que fiquem registados também no Diário das Sessões.

Para esta manhã de trabalhos, o Governo dispõe de 20 minutos, o PSD e o PS dispõem cada de 40 minutos, o CHEGA de 18 minutos, o CDS/PP de 12 minutos e as Representações Parlamentares dispõem ambas de 10 minutos, ou seja, o PPM, o Bloco de Esquerda, o IL e o PAN.

O primeiro Voto de Congratulação a ser apresentado é do Grupo Parlamentar do PSD a Amaro Teixeira vice-campeão do mundo de M-35.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sra. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Amaro Teixeira Vice-campeão do mundo M35

Amaro Jorge Teixeira, nasceu a 8 de julho de 1989, na ilha do Faial, onde cresceu, estudou e iniciou-se no atletismo com 13 anos.

Em 2010, rumou até ao norte de Portugal Continental para estudar Ciências do Desporto na Universidade da Beira Interior, na Covilhã.

Mestre em Ciências do Desporto Amaro Teixeira é atleta e treinador no Penta Clube da Covilhã, somando um vasto leque de modalidades praticadas desde o tiro desportivo, pentatlo moderno (*laser run*), atletismo, *trail* e *skyrunning*.

Somou ao longo da sua carreira desportiva inúmeros prémios, tendo subido ao primeiro lugar dos pódios na modalidade de atletismo desde 2013 por variadíssimas vezes.

Foi campeão nacional universitário em 2017 e detentor do recorde nacional universitário de 10.000 metros marcha.

Dedicado ao desporto em geral e ao atletismo em particular, Amaro Teixeira durante o seu percurso já treinou vários atletas que alcançaram as suas próprias medalhas e foram convocados para representar a Seleção Nacional.

Em 2024, ficou em 2º lugar no campeonato Nacional de Endurance XL e, recentemente, representou a seleção nacional no Campeonato do Mundo de Pista Ar Livre Masters que decorreu em Gotemburgo, na Suécia.

Sagrou-se vice-campeão mundial M35 nas distâncias de 5000 metros em pista de marcha atlética. No mesmo campeonato conquistou a medalha de prata nos 10 e 20 km de marcha atlética em estrada, tendo ainda alcançado um terceiro lugar por equipas na prova de 10 km de marcha atlética.

Com elevado esforço individual, na sua estreia no escalão M35, para além de alcançar os seus melhores tempos da época, Amaro Teixeira regressou a Portugal com quatro medalhas, três de prata individuais nos 5, 10 e 20 km de marcha atlética e uma de bronze por equipas.

A vida de um atleta exige um compromisso com a disciplina, com o treino intensivo e com a superação diária que vai muito além dos resultados nas competições.

O percurso de vida e as vitórias alcançadas pelo jovem faialense Amaro Teixeira são a prova de que ser atleta é sem dúvida uma jornada de sacrifício, que molda o caráter e constrói campeões.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo título de vice-campeão mundial de atletismo no campeonato Masters, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio, à Direção do Penta Clube da Covilhã, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pede a palavra naturalmente

para se associar ao Voto apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos, congratulando obviamente o Amaro por todo esse percurso. Felizmente, tive o prazer de participar e de acompanhar todo o percurso do Amaro, quer no atletismo na ilha do Faial quer depois dele seguir os seus estudos, mantendo a sua atividade enquanto praticante, mas também enquanto treinador, o que é de saudar.

O Amaro é uma presença assídua também nas provas de atletismo, nomeadamente no maior evento de desporto de natureza que se faz na Região Autónoma dos Açores - o Azores Trail Run.

Gostava também, nesta oportunidade, de dar os parabéns ao Amaro e também reconhecer o trabalho, a dedicação e o sacrifício quer dos seus pais quer dos seus irmãos, seja na educação do Amaro seja no apoio para que ele pudesse seguir os seus estudos e fazer todo esse percurso.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto Congratulação a Amaro Teixeira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pela 25^a. edição do Festival Internacional de Jazz da ilha Terceira é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste.

Deputado José Toste (PS): Muito obrigado Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Pela 25.^a edição do Festival Internacional de Jazz de Angra do
Heroísmo – ANGRAJAZZ**

Nos próximos dias 2, 3, 4 e 5 de outubro, terá lugar em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, a 25.^a edição do Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo – ANGRAJAZZ 2024 – um evento organizado em conjunto pela Associação Cultural Angrajazz e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cuja primeira edição ocorreu no longínquo ano de 1999, pois como escreveu o crítico de jazz António Curvelo, em texto dirigido, no ano de 2018, à direção da Associação, composta por Rui Borba, Miguel Cunha, Luis Elmiro Mendes e José Ribeiro Pinto: “20 anos não são uma vida mas para um festival são uma eternidade” e o ANGRAJAZZ continua a somar anos à sua eternidade.

Aos nomes já referidos da direção da Associação Cultural Angrajazz que são já nomes maiores da cena Jazz Açoriana, haverá necessariamente que acrescentar, com igual peso, os de Bruno Walter Ferreira e João Pedro Mont’Alverne, que formaram parte da primeira e posteriores direções do festival, e o de Rui Melo que integra atualmente a direção da associação.

É inquestionável que tem sido a paixão pelo Jazz das personalidades referidas, uma paixão institucionalizada na Associação Cultural Angrajazz, que justifica, em primeira linha, a longevidade do ANGRAJAZZ, pois tem sido essa Associação, fundada em abril de 2000 e cujo 25.º aniversário se assinalará no próximo ano, que em articulação com entidades públicas, designadamente com a co-organização da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, tem ano após ano presenteado os Açorianos com cartazes que trazem à Região o melhor Jazz produzido em Portugal e no Mundo, dando igualmente a possibilidade de ouvir o melhor Jazz que é feito na Região, através do magnífico trabalho que foi desenvolvido com a criação da

Orquestra Angrajazz, que surge logo na quarta edição do festival, no ano de 2002.

Do claustro do convento setecentista, sede do Museu de Angra do Heroísmo, onde se realizou até à sua 5.^a edição, para o Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, onde atualmente tem lugar, o Angrajazz acompanhou o desenvolvimento da cidade património mundial e é hoje um marco no seu panorama cultural, alcançando este ano a sua 25.^a edição que correu o risco de não se realizar por falta de previsão na atribuição de apoios por parte de entidades da Administração Pública Regional.

O Festival Angrajazz é sem margem para dúvida um dos pontos altos da agenda cultural açoriana, tendo contribuído para a difusão da música Jazz na região e fomentado ao longo de gerações o gosto pela mesma, porque aquele que teve a sorte de adormecer em criança por debaixo da cadeira dos pais no claustro, sem fazer a mínima ideia do que estava a ouvir, manterá sempre a curiosidade de saber, a cada outubro, o que preparou a Associação Cultural Angrajazz para nos presentear no Centro Cultural.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o GPPS, congratula-se pela 25.^a edição do Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo - ANGRAJAZZ, fazendo votos para que a presente edição seja um sucesso.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação Cultural Angrajazz, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Orquestra Angrajazz.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(* **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz-nos aqui um Voto relativamente ao Angrajazz, mas não podia deixar passar esta oportunidade sem fazer uma retificação de um considerando que que está nesse Voto do Partido Socialista.

Quando se fala na falta de previsão na atribuição dos apoios, entre 2016 e 2020, o apoio máximo dado pelo Governo Regional a esta organização nunca ultrapassou os 21 mil euros. Sendo que para este ano, a comparticipação do Governo Regional está na ordem dos 33 mil euros.

Deputado José Ávila (PS): A questão não é essa. É saber quando é vão receber.

O Orador: Portanto, vir aqui apresentar um Voto e criticar o Governo Regional por falta de apoios é muito mau.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nunca houve falta de previsão em relação aos apoios.

O que aconteceu foi que havia a previsão do apoio e a organização sabia, só que a organização quis mais um apoio e, por isso, o processo demorou mais um pouco. E o Governo e a Direção Regional da Cultura foram sensíveis a esse pedido, por isso houve um pouco mais de demora. Mas o mínimo que o Partido Socialista dava durante os seus governos estava garantido.

Para terminar, também dizer que a apresentação da iniciativa *jazz rua* será

feita na Direção Regional dos Assuntos Culturais e, desde já, apesar de não estar aqui referido no Voto, acho que é uma excelente iniciativa também e que vai levar o jazz às ruas, às esplanadas e aos cafés de Angra.

Portanto, um bem haja à comissão organizadora do Angrajazz, que continuem com essa pujança e com essa qualidade que muito enriquece o arquipélago dos Açores.

Obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente dos Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta um Voto de Congratulação ao Angrajazz e aproveita essa congratulação, que deveria ser um momento de congratulação verdadeira, para criar aqui uma mancha neste evento que que não merece.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O Angrajazz tem-se afirmado ao longo de 25 anos, porque há pessoas empenhadas e apaixonadas pela cultura e pela música que têm colocado na rua, todos os anos, este evento. Tem sido ao longo dos anos apoiado pelos diversos governos, só este ano a cultura irá apoiar com 33 mil euros e o turismo apoiará com 25 mil euros. Portanto, somando os dois, dá 58 mil euros.

É pena estarmos a falar de dinheiro e de financiamento num momento em que deveríamos estar a celebrar e a felicitar a iniciativa dos promotores, a felicitar os músicos e a felicitar o público que nos visita. Esse é que deveria ser o momento aqui neste Parlamento e não uma mancha para vir falar de dinheiros ou de dívidas.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso mancha o Voto do Partido Socialista.

Temos pena que o Partido Socialista queira associar isso a um grande evento cultural como é o Angrajazz

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): José Miguel, não havia necessidade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela 25^a. edição do Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo – Angrajazz, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelos 25 anos do orfeão de Nossa Senhora do Rosário é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Cabral.

Deputado Ruben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos do Orfeão Nossa Senhora do Rosário

Fundado a 13 de outubro de 1999, o Orfeão Nossa Senhora do Rosário é hoje - 25 anos depois - uma distinta instituição lagoense, um grupo coral de referência na ilha de São Miguel, com um carinho ainda mais especial, no concelho e na cidade da Lagoa.

Tudo começou pela iniciativa de João Leite, pároco da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, com a colaboração do seu primo José Leite, que assumiu a regência e a direção musical.

O Orfeão passou, assim, a animar as liturgias da paróquia de Nossa Senhora do Rosário através do canto litúrgico, em que funda as suas raízes e desenvolve o seu repertório composto por peças de carácter diversificado que valorizam o seu trabalho e promovem a música religiosa e popular, dignificando-se como instituição e dignificando todos os seus membros e orgulhando a paróquia, a cidade e o concelho do qual são parte integrante.

Ao longo do seu percurso, o Orfeão honra por ter participado em diversos concertos, como a Ópera “La Traviata”, no âmbito da celebração dos 500 anos da elevação da Lagoa a vila e sede de concelho e 10.º aniversário da elevação a cidade.

De entre o seu repertório destacam-se também os “Clássicos da Broadway”, no feriado municipal de 2024; o concerto no Mosteiro da Batalha, no intercâmbio Coral Polifónico Oeste; os concertos no âmbito das festividades em honra de Nossa Senhora do Rosário; os concertos de Natal nas freguesias de Nossa Senhora do Rosário, Santa Cruz e Ponta Garça.

Já atuou nas “Noites de Verão” numa colaboração com a Junta de Freguesia do Rosário; participou nas Galas de Ópera promovidas pelo

Instituto Cultural Padre João José Tavares; no concerto de encerramento das Festas do Senhor da Pedra em Vila Franca do Campo em 2023; nas Festividade de Santo António na freguesia de Santa Cruz; em concertos de cariz Solidário; no Fórum Municípios; em Encontro de coros em S. Miguel e “Cantar às Estrelas” na cidade de Lagoa.

Atualmente, o Orfeão é uma associação com estatutos próprios e conta com cerca de 40 elementos, com idades compreendidas entre os 14 e os 75 anos, repartidos por quatro naipes: sopranos, contraltos, tenores e baixos.

O seu corpo diretivo conta com Ana Paula Cordeiro como Presidente, Marco Vieira como Vice-Presidente, Inês Borges como Tesoureira, Helena Costa como Secretária e Norberto Varão como Vogal. Conta ainda com Cármen Subica como Maestrina e Patrícia Varão como organista.

Todos eles, em conjunto, honram os seus fundadores e enriquecem a Lagoa e os lagoenses através da sua vocação, do seu compromisso e através do rigor com que atuam, animam e orgulham a sua paróquia, a sua cidade e o seu concelho.

A comemoração do seu 25º aniversário começará com uma missa cantada – pelo próprio Orfeão – na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, no próximo dia 13 de outubro, e culminará com um concerto integrado nas festas da paróquia no dia 17 de outubro, reforçando, assim, o seu envolvimento e compromisso com a comunidade local.

Face ao exposto, e pela sua reconhecida importância cultural, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, no período legislativo do mês de setembro de 2024, a aprovação deste Voto de Congratulação ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário pela comemoração dos seus 25 anos de existência e enriquecimento local.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário, à Junta e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sandra Costa Dias faça favor, tem a palavra.

(* **Deputada Sandra Costa Dias** (*PS*): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto apresentado pelos 25 anos da Orfeão de Nossa Senhora do Rosário parabenizando, em primeiro lugar, aqueles que foram os seus fundadores, o Padre João Lei te e também José Leite, responsáveis por hoje aqui estarmos a comemorar estes 25 anos. Com eles também todos aqueles que, ao longo destes 25 anos, nas suas diferentes vertentes, contribuíram para o desenvolvimento deste Orfeão, para o seu contributo cultural no concelho da Lagoa e que se estende já a outras regiões e, de uma forma global, também tem o seu papel nos Açores.

Parabenizar a atual maestrina, a lagoense Cármen Subica, pelo seu trabalho e contributo que tem dado para a qualidade deste Orfeão e e na pessoa dela, também todos os que a antecederam neste papel. O contributo no desenvolvimento musical e cultural deste Orfeão no concelho da Lagoa é hoje aqui reconhecido e, por isso mesmo, também o contributo que dá à comunidade, são estas iniciativas, quer de cariz cultural quer outras de

cariz social e desportivo, são estas organizações que acabam por dar vida às comunidades, de fazer dos Açores e dos seus diferentes concelhos e das suas diferentes freguesias, uma comunidade viva, com um contributo a dar nas diferentes áreas e sendo esta em particular na área cultural, é para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista um gosto associar-se a este Voto e desejar a todos a continuação de um bom trabalho e de sucesso no futuro, para que possamos mais tarde voltar aqui a parabenizar o Orfeão de Nossa Senhora do Rosário.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(* **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA associa-se a este Voto de Congratulação ao Orfeão de Nossa Senhora do Rosário, por reconhecer o mérito a esta instituição que muito dignifica e tem dignificado o concelho da Lagoa. Estamos a falar de um grupo que tem cerca de 40 elementos, muito diversificado, que vão dos 12 aos 75 anos de idade, o que demonstra bem a versatilidade deste Orfeão, bem como a sua dinâmica e a sua importância não só para o concelho da Lagoa, mas também para a ilha de São Miguel e para todo o arquipélago dos Açores.

São 25 anos que importa realçar, a promover a cultura, a música. E é também com orgulho pessoal, como lagoense que sou, que o CHEGA se associa a este Voto, dando os parabéns ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário, fazendo votos para que venham outros 25 anos com muito sucesso e com muito trabalho.

Uma palavra de apreço também aos fundadores deste Orfeão e a todos aqueles que hoje em dia estão à frente desta associação e que conseguem levar os destinos do Orfeão de Nossa Senhora do Rosário a bom porto.

A todos muitos parabéns e muito sucesso para o futuro.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos do Orfeão de Nossa Senhora do Rosário foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelo título de campeão europeu alcançado por Carlos Pedrosa é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa para a sua apresentação.

Deputado Russel Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo título de Campeão Europeu, alcançado por Carlos Pedrosa, no Campeonato Europeu de Masters

Carlos Pedrosa sagrou-se, no passado dia 29 de junho, campeão europeu dos 50 metros mariposa, no escalão de 30-34 anos, registando o tempo de 25,38 segundos. Estabeleceu, assim, um novo recorde nacional durante o Campeonato Europeu de Masters que decorreu em Belgrado. Tal feito não só reafirma o seu talento, como também reflete o seu compromisso e dedicação ao desporto. Ao alcançar a medalha de ouro, Pedrosa consolidou o seu lugar entre os melhores nadadores europeus, elevando, uma vez mais, o nome dos Açores em competições internacionais.

Além da vitória nos 50 metros mariposa, o atleta açoriano arrecadou, ainda, a medalha de bronze nos 100 metros daquela modalidade ao registar o tempo de 56,84 segundos, confirmando, desse modo, a sua consistência em diferentes distâncias e a sua capacidade de estar presente nos mais altos pódios.

O sucesso deste jovem vem na sequência do título de campeão europeu de Masters em piscina curta, alcançado em novembro de 2023, na Madeira. Agora, ao triunfar em piscina longa, Carlos Pedrosa reafirma o seu lugar de destaque no desporto açoriano e português, adicionando mais um importante título ao seu currículo.

É, igualmente, de salientar que, para além de ser um atleta de excelência, Carlos Pedrosa desempenha um papel fundamental como treinador, orientando e motivando a próxima geração de atletas do Clube de Atividades Físicas dos Bombeiros de Ponta Delgada. A sua dedicação, tanto dentro como fora das piscinas, é um exemplo inspirador para todos os jovens açorianos que aspiram alcançar êxito no desporto.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 12 de setembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelos feitos alcançados pelo nadador açoriano Carlos Pedrosa no Campeonato Europeu de Masters.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, aos órgãos sociais do Clube de Atividades Físicas dos Bombeiros de Ponta Delgada, à Associação de Natação da Região Açores, à Federação Portuguesa de Natação, à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das sessões, 12 de setembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos então passar à sua votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação.

O Voto de Saudação aos bombeiros da Região Autónoma dos Açores que auxiliaram no combate ao incêndio na Região Autónoma da Madeira é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Gualberto Rita.

Deputado Gualberto Rita (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Aos bombeiros da Região Autónoma dos Açores que auxiliaram no combate ao incêndio na Região Autónoma da Madeira

Entre os dias 14 e 26 de agosto de 2024, a ilha da Madeira foi severamente afetada por um incêndio de grandes proporções, que consumiu áreas florestais e provocou danos significativos. As chamas, alimentadas por condições meteorológicas adversas, incluindo ventos fortes e temperaturas elevadas, mobilizaram um vasto contingente de bombeiros e recursos de emergência para conter a propagação do fogo. A população local foi

colocada em alerta, e algumas áreas foram evacuadas como medida de segurança.

Numa altura em que o fogo ameaçava não apenas as paisagens naturais, mas também a segurança e o bem-estar da população madeirense, bombeiros da Região Autónoma dos Açores foram mobilizados para apoiar os esforços de combate ao fogo, juntando-se às equipas locais e colocando-se ao serviço de uma causa maior, respondendo, de forma exemplar, à necessidade de auxílio da nossa região irmã.

A bravura demonstrada por estes homens e mulheres, que atuaram com profissionalismo e dedicação, não só reflete a sua capacidade técnica e preparação, mas também a solidariedade que une as nossas ilhas. Tal gesto de prontidão e apoio mútuo, reforça o espírito de irmandade que une as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, demonstrando que, em momentos de crise, a união entre os povos das nossas ilhas pode relevar-se determinante.

Neste contexto, é de enaltecer o sacrifício e a força de vontade destes bombeiros que, perante os desafios colocados, mantiveram-se firmes e determinados a proteger a vida humana e os bens materiais ameaçados pelo avanço das chamas. A sua coragem e resiliência são exemplos vivos do melhor que o serviço público pode oferecer e enchem-nos de orgulho enquanto açorianos.

A deslocação e o empenho dos bombeiros açorianos também sublinham a importância da cooperação inter-regional em matéria de proteção civil. A capacidade de mobilizar equipas, partilhar recursos e trabalhar em conjunto em momentos de catástrofe é essencial para garantir a segurança de todos os cidadãos das nossas ilhas. Esta colaboração foi determinante para a resposta rápida e eficiente ao desastre.

Ademais, esta ação reforça o compromisso das nossas ilhas com a proteção ambiental e a salvaguarda dos recursos naturais, pois os incêndios

representam uma ameaça crescente, não apenas às vidas humanas, mas também ao ecossistema insular que nos é tão caro. A intervenção dos nossos bombeiros, relembra a necessidade de se continuar a apostar na prevenção de incêndios e na preservação do património natural, que constitui uma parte vital da nossa identidade insular.

Através do presente voto expressamos o nosso profundo agradecimento aos 29 bombeiros açorianos envolvidos nesta operação, onde se incluem elementos do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, bem como às suas famílias que, com resiliência e compreensão, apoiam aqueles que correm para o perigo. Que o seu exemplo inspire todos nós a continuar a trabalhar pela união, segurança e bem-estar das nossas ilhas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 12 de setembro de 2024, a aprovação de um voto de saudação aos bombeiros da Região Autónoma dos Açores que auxiliaram no combate ao incêndio que atingiu a Região Autónoma da Madeira entre os dias 14 e 26 de agosto de 2024.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória, da Povoação, da Ribeira Grande, de Vila Franca do Campo, de Ponta Delgada, de Santa Maria, do Faial, do Nordeste, bem como à Federação de Bombeiros dos Açores e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das sessões, 12 de setembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA naturalmente associa-se a este Voto, enaltecendo aquele que é o trabalho dos bombeiros e que será sempre o trabalho dos bombeiros para salvar vidas humanas - os nossos soldados da paz.

E relembramos sempre as dificuldades que eles têm, continuam a ter e, pelos vistos, irão continuar a ter.

Nós temos que ter o maior respeito por essas pessoas, especialmente por aqueles que, em troca de nada, dão tudo para garantir a segurança.

É bom que se encare os bombeiros com a seriedade de uma região sujeita a uma série de fenómenos naturais.

É bom que se encare com muita seriedade, com muito respeito e com muita dignidade.

Infelizmente nem sempre vemos isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(* **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se obviamente a este Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Recentemente, os bombeiros dos Açores demonstraram um exemplo

notável naquele que é o apoio e a solidariedade que os nossos bombeiros têm para com todo o País. Não é a primeira vez que os bombeiros dos Açores participam neste tipo de auxílio.

São bombeiros voluntários com e sem contrato de trabalho que disponibilizaram-se para auxiliar a Região Autónoma da Madeira com um incêndio que deflagrou na ilha da Madeira. Mas também um cumprimento especial também ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros do Açores e ao Governo Regional que de certa forma foi quem organizou esta equipa, que integrou diversos bombeiros de diversas cooperações e que de certa forma contribuíram para minimizar os danos derivado a esse mesmo incêndio.

O nosso cumprimento especial a todos estes bombeiros, a todos estes serviços que diariamente lutam pelo socorro não só na Região Autónoma dos Açores, como também, como vimos agora, noutras regiões quando bem precisam. E, portanto, um cumprimento especial a todos estes bombeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Saudamos os 29 bombeiros açorianos que integraram esta missão, porque prestaram um valioso contributo na defesa de vidas humanas e de bens na ilha da Madeira. O seu empenho e a prontidão são um exemplo de serviço abnegado ao próximo e enaltecemos essa missão.

O trabalho que realizaram diariamente reflete a acrescente qualificação e capacitação dos nossos bombeiros dos Açores, comprovadas em cenários tão exigentes como aqueles que foram os incêndios florestais da Madeira,

fenómeno raro e pouco comum nos Açores.

Deixamos uma palavra de apreço às associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores, cuja cooperação e disponibilidade foram cruciais nesta missão, reforçando os laços de solidariedade entre as nossas duas Regiões Autónomas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não existindo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação aos 29 bombeiros dos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo voto que é de pesar pelo falecimento de Mário Serafim da Silva Machado, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Mário Serafim da Silva Machado

Mário Serafim da Silva Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Covoada, concelho de Ponta Delgada, faleceu subitamente no passado dia 16 de julho passado, deixando consternados todos aqueles que o conheciam e que com ele lidavam.

Nascido na vizinha freguesia de Arrifes, numa família com 10 irmãos, ainda na sua adolescência a família de Mário Machado mudou-se para a

freguesia de Covoada, passando a ser essa a sua freguesia de adoção, onde constituiu família e viveu por mais de 40 anos.

Cedo teve de iniciar o seu percurso de trabalhador, o que o levou, entre outros, à fábrica de laticínios da UNILEITE, em Ponta Delgada, e aos quadros do Hospital Divino Espírito Santo, onde exercia funções à data do seu falecimento.

Mário Machado encarnava de forma exemplar aquelas características que, em tantas e tantas localidades dos Açores, constituem o fermento da nossa vida comunitária: o empenho na vida da comunidade, a disponibilidade para participar, para fazer; a prontidão para ajudar, para pôr em marcha, para dinamizar.

Era um cidadão ativo, dinâmico, empenhado e mobilizador. Fosse no campo da prática religiosa, no da vivência cívica ou na participação política, o lugar que Mário Machado convictamente assumia era na linha da frente, a par com tantos outros homens e mulheres que, na Covoada, e, como eles em tantas outras freguesias dos Açores, fazem viver e brilhar as nossas freguesias, as nossas comunidades.

Foi Romeiro, dizia ele que “desde a série açoriana “Xailes negros”, tendo sido, inclusive, Mestre do Rancho de Romeiros da Covoada.

De igual modo, foi dinamizador das Festas do Espírito Santo, tendo assumido, várias vezes, a função de mordomo num dos impérios que existem nessa freguesia do concelho de Ponta Delgada.

Nas eleições autárquicas de 2017, liderou, pela primeira vez, a candidatura do Partido Socialista/Açores à Assembleia de Freguesia de Covoada, tendo vencido essas eleições com mais de 51% dos votos expressos, tornando-se assim, e nos termos da lei, Presidente da Junta de Freguesia e membro *ex officio* da Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Em 2021, voltou a liderar a candidatura socialista à Assembleia de Freguesia de Covoada, ampliou a margem de vitória para cerca de 60%

dos votos expressos nas eleições autárquicas desse ano e assumiu, novamente, as funções de Presidente da Junta de Freguesia e de membro da Assembleia Municipal.

Era conhecido e admirado como um homem genuíno, um homem defensor das tradições e dedicado à sua comunidade. Cidadão idóneo, dedicado e defensor das mais diversas causas sociais e humanitárias, Mário Machado, pela sua forma de estar genuína e pela sua dedicação e espírito de missão, sempre granjeou o respeito e a amizade de todos quantos tiveram a oportunidade de, com ele, privar e de trabalhar.

Casado com Aldina da Conceição Couto Melo Santos Machado, Mário Serafim da Silva Machado era pai de 5 filhos (Mário, Vânia, Cátia, Saulo e Rúben) e avô de 7 netos.

Pelo seu compromisso, pelo seu empenho e pela sua dedicação à sua comunidade, é, natural e devido que, hoje, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores preste homenagem a um Açoriano que, servindo a sua freguesia, serviu também os Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de setembro de 2024, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento prematuro de Mário Serafim da Silva Machado.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Rancho de Romeiros da Covoada, à Junta e Assembleia de Freguesia de Covoada e à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais, Deputados desta câmara:

Gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, associar-me a este Voto de Pesar pelo Mário Machado, meu colega autarca, e dizer duas ou três frases que se impõem serem referidas neste plenário.

O Mário era um homem que independentemente da sua família ideológica, ultrapassava a cor partidária.

Era um homem que tinha como principal objetivo o serviço à sua comunidade e à sua família.

Eu estive várias vezes com ele em variadas circunstâncias, nas assembleias municipais tinha sempre uma atitude correta, sempre em prol dos princípios e valores que defendia. E, portanto, além de gentil, além de trabalhador, bem disposto - sempre bem disposto – e alegre, era sempre alguém que ultrapassava a mesquinhez dos tempos conturbados que vivemos politicamente. Era alguém que punha acima disso os objetivos da sua terra e das suas gentes.

Neste sentido, não posso deixar de me associar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e também pessoalmente, por ter a honra de nesta câmara poder associar-me ao Voto de Pesar do PS.

Uma última palavra de coragem e de força para a família, para os colegas que fazem parte da equipa – sabemos o quanto custa perder alguém que todos os dias nos é querido e que está ao nosso lado a trabalhar em prol da comunidade. E às gentes da Covoada um abraço fraterno, para que ultrapassem esse momento, porque o Mário ficará sempre na memória de todos aqueles que com ele privaram e que souberam ter nele um amigo e

uma pessoa de respeito pela causa pública.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Serafim da Silva Machado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do CHEGA também apresenta um voto pelo falecimento do Sr. Mário Machado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Mário Silva Machado

Mário Serafim da Silva Machado faleceu a 16 de julho de 2024 e deixa muita consternação pela sua precoce partida.

Mário Serafim da Silva Machado tinha 59 anos, era casado e pai de 5 filhos, caracterizado pela sua bondade e empenho, sentido cívico e compromisso.

Caracterizado por todos que o conheceram como uma pessoa de bem, foi um grande mobilizador da população da Covoada, um exemplo de dedicação e serviço à comunidade, trabalhando incansavelmente para

melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos e contribuir para o desenvolvimento da freguesia da Covoada, concelho de Ponta Delgada.

Encontrava-se a cumprir o segundo mandato à frente dos destinos da Junta de Freguesia da Covoada, para onde foi eleito nas eleições autárquicas de 2017 pelo Partido Socialista, tendo falecido durante o mandato.

A sua liderança foi marcada pela integridade, compromisso e por uma visão clara para o desenvolvimento da freguesia da Covoada, que ajudou a desenvolver.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Mário Serafim Da Silva Machado, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Junta da Freguesia da Covoada, à delegação dos Açores da ANAFRE e ao Partido Socialista nos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024

O Grupo Parlamentar do CHEGA

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Creio não existirem.

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Serafim da Silva Machado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar pelo falecimento de Joseph Silva é

apresentado pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Joseph P. Silva

A 15 de julho do corrente ano faleceu Joseph P. Silva, o atual coordenador geral das Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra e dirigente de várias organizações luso americanas com 72 anos de idade.

A notícia do seu falecimento gerou uma onda de homenagens nas redes sociais, com organizações e personalidades expressando a sua tristeza e reconhecimento ao seu trabalho em prol da comunidade.

Natural de Rabo de Peixe, Joseph Silva emigrou para os Estados Unidos da América em 1967, tendo residido em Fall River durante vários anos antes de se mudar para Dartmouth.

O bem-sucedido empresário no ramo da construção e uma das figuras de grande relevância do associativismo luso da Nova Inglaterra, Joseph Silva tem o seu nome gravado na inauguração de várias organizações.

A começar pela Associação Amigos de Rabo de Peixe, da qual foi presidente mais do que uma vez e que durante a sua presidência teve um papel relevante na elevação de Rabo de Peixe a Vila, participando aqui nesta casa, a Casa da Autonomia, no plenário da aprovação da elevação de Rabo de Peixe a Vila.

Foi também o principal fundador da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Vila de Rabo de Peixe, presidente da banda de Santo Antonio da Nova

Inglaterra e durante a sua presidência foi responsável por alguns intercâmbios com filarmónicas açorianas.

No entanto, foram as Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra que mais marcaram o seu trabalho e onde se deu a conhecer, da qual presidiu em 2015, introduzindo no seu mandato mais um dia ao extenso programa das festividades com a recitação do terço e a distribuição das Sopas do Divino, tradição com um cunho religioso e caritativo.

Não podemos dissociar Joseph Silva das Grandes Festas, de que era coordenador geral.

Foi a alma destas festividades, conhecia todos os cantos à casa e como sair de alguma situação mais difícil de resolução, fruto do seu envolvimento e empenho ao longo dos anos nesta manifestação religiosa.

O seu funeral foi um testemunho pelo respeito e admiração com centenas de pessoas a prestarem a última homenagem a um homem bom, grande defensor das tradições e costumes lusos.

Desde sempre o vi envolvido em atividades e ligado a organizações sempre com um sentido de responsabilidade e de entrega à causa pública.

Para quem teve oportunidade de conviver com ele, pode testemunhar o seu elevado sentido de responsabilidade e trabalho, uma personalidade forte e de um líder natural, mas com um coração grande.

Considerado pela comunidade portuguesa na diáspora como um homem admirável, um verdadeiro fazedor, pessoa amiga, sempre dedicado à sua Comunidade e a Portugal.

É de realçar que todos os órgãos de comunicação social luso americanos da diáspora fizeram referência ao seu falecimento.

Assim, propomos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento de Joseph Silva, do qual deve ser dado conhecimento formal à família, à Assembleia de

Freguesia de Rabo de Peixe, à Associação das Grandes Festas do Espírito Santo de Fall River, Associação Amigos de Rabo de Peixe e à Irmandade do Senhor Bom Jesus da Vila de Rabo de Peixe.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Está apresentado o Voto.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra, faça favor.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade que o Partido Socialista se associa ao Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Joseph Silva.

É evidente e fica demonstrado pelo Voto apresentado, a importância que o Sr. Joseph Silva teve na comunidade, seja em Rabo de Peixe, onde nasceu seja na Nova Inglaterra, como dirigente associativo e pelo papel que teve nas grandes festas da Nova Inglaterra. Isso fica evidente e quem com ele privou reconhece esse enorme contributo que deu à comunidade de Rabo do Peixe e à comunidade da Nova Inglaterra.

Sendo assim, nós associamo-nos e reconhecemos esse papel muito relevante e queremos também destacar a importância que teve na elevação de Rabo de Peixe a vila, o que foi também aqui demonstrado, tendo também participado aqui nesta Assembleia, e deu um contributo relevante.

De destacar, ainda, a importância que teve no ramo da construção civil, como empregador na Nova Inglaterra, sendo que também aí se destacou e merece ser obviamente realçado.

Por tudo isso, associamo-nos a este Voto de Pesar e reconhecemos o

contributo, o trabalho e a defesa das comunidades, da sua população, das tradições e por todo o enorme contributo que deu às suas comunidades.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Joseph Silva foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa à câmara, mas enganei-me na ordenação dos votos. Devia ter sido proposto um voto de protesto que tinha na Mesa antes dos votos de pesar, mas só dei por isso quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro estava na apresentação do primeiro voto e, portanto, prossegui com a apresentação dos votos de pesar. Por isso, peço desculpa mas vamos então ao Voto de Protesto apresentado pelo Partido Socialista pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios devidos aos utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste para a sua apresentação.

Deputado José Toste (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios devidos aos utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde

A condição de doente é, por si só, uma condição de enorme vulnerabilidade, a qual, no caso de muitos utentes do Serviço Regional de Saúde, é ainda agravada pela necessidade de se deslocarem entre ilhas ou

para o território continental, para diagnóstico, tratamento e acompanhamento da sua doença.

Este utente, que na letra da lei, na sua frialdade, designa de forma genérica por “utente deslocado” e define como “o utente do SRS que em situação clínica que ultrapasse as possibilidades humanas ou técnicas de diagnóstico ou tratamento, necessita de se deslocar do concelho de residência, com a finalidade de lhe serem prestados cuidados de saúde”, não deve ser tratado como uma realidade abstrata, na medida em que todo o Açoriano é em potência um utente deslocado, pelo que sobre aquela abstração devemos projetar sempre a nossa própria imagem, ou a de um familiar, ou de um amigo, ou seja, devemos sempre pensar: se fosse “eu” ou um meu “familiar”, ou um meu “amigo”, quem estivesse na situação daquele “utente deslocado” que desde janeiro não recebe as participações diárias que lhe são devidas, como queria ter sido tratado ou como queria que tivessem tratado os que me são próximos?

Por vezes nem é necessário refletir projetando aqueles que nos são próximos, basta colocarmo-nos nos sapatos do outro, porque estou certo disso, todos conhecemos a realidade de um utente deslocado, os esforços para marcar um alojamento com um preço condigno, os sacrifícios que faz para se alimentar nos longos períodos que se encontra longe de casa, os custos que suporta com transportes entre o alojamento e a unidade hospitalar, o desgaste emocional causado pela doença e agravado por estas dificuldades.

É consciente desta realidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobe a esta Tribuna para dar voz a todos os utentes deslocados que foram, são, ou serão lesados pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios que lhes são devidos, tal como já o havia feito, no princípio de agosto com a apresentação de um requerimento referente aos doentes deslocados das ilhas sem hospital que esperam reembolsos do Serviço

Regional de Saúde há mais de 6 meses, o qual não foi ainda respondido pelo Governo Regional, apesar de ter sido já ultrapassado o prazo para o efeito.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso é cobardia.

O Orador: Apresentamos este voto para que esta Assembleia, para que os deputados desta Casa se coloquem nos sapatos de alguém que sendo doente oncológico há três anos, em desespero de causa, veio já publicamente expor a sua situação e exigir explicações dos motivos pelos quais está há nove meses, desde janeiro, sem receber qualquer participação diária.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não é verdade!

O Orador: Apresentamos este Voto para, como comunidade, vestirmos a pele de alguém que com 69 anos e sendo doente oncológico desde abril, todos os meses se desloca das Flores para o Faial, para receber tratamento no Hospital da Horta e durante estes 5 meses, nunca recebeu qualquer participação diária ou de transporte.

O nosso protesto não é dirigido aos trabalhadores dos hospitais e unidades de saúde de ilha que diariamente garantem todo o apoio e auxílio aos doentes deslocados, nem àqueles que são responsáveis pelo processamento e pagamento das participações.

O nosso protesto também não se dirige aos Conselhos de Administração das unidades de saúde que garantidamente fazem todos os esforços de tesouraria possíveis para que pelo menos algumas participações sejam pagas.

O nosso protesto dirige-se sim, ao Governo Regional, responsável último por garantir que os hospitais e as unidades de saúde de ilha da Região têm a disponibilidade financeira necessária ao pagamento das diárias aos utentes deslocados.

Esta dívida para com os utentes do Serviço Regional de Saúde, não pode nem deve ser minorizada, muito menos qualificada de pontual, pois em alguns casos remonta a janeiro do presente ano.

Não é apenas a dimensão financeira que releva neste protesto, mas sobretudo as implicações éticas e humanísticas que representa manter uma dívida com um utente, com um doente, com aquele que devia ser o centro de todas as preocupações do Serviço Regional de Saúde, e que, nestas circunstâncias de fragilidade, ao ser tratado se vê simultaneamente onerado e responsabilizado por um conjunto de despesas que deveriam ser de imediato comparticipadas pelas unidades de saúde.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o GPPS, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios devidos aos utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de setembro de 2024

Os Deputados Regionais

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para uma interpelação.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, peço a palavra para lhe colocar duas

questões.

A primeira é se o Governo neste Voto de Protesto pode exercer o contraditório nesta matéria? Se é possível falar neste momento regimental? Esta é a primeira pergunta que lhe quero colocar, tendo em conta as acusações que foram dirigidas ao Governo Regional.

A segunda questão que lhe quero colocar é que existindo figuras regimentais em que é possível utilizar o contraditório, nomeadamente os debates de urgência e interpelações ao Governo, perguntar-lhe se alguma destas figuras foi utilizada no âmbito desta reunião plenária.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não, o Governo não pode participar neste debate dos votos e sim, existem outras figuras que naturalmente dão para debate e para contraditório, que não é o caso, e cada um é livre de escolher a figura que bem entende.

Sra. Secretária Regional da Saúde para uma interpelação...? Faça favor.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma interpelação para dizer que vou fazer chegar à Mesa a portaria que foi publicada na passada 6ª feira e que diz respeito à verba do complemento especial para o doente oncológico, atribuído ao Hospital da Horta, no valor de 120 mil euros, valor esse que na 3ª feira já chegou à conta do hospital, ao longo de 3ª. feira foram pagos mais de 26 mil euros e ao longo do dia de hoje serão pagos mais 50 mil euros aos utentes.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Isto é uma intervenção, Sr. Presidente!

A Oradora: Dizer ainda que também vou fazer chegar à Mesa o valor que foi pago aos utentes em 2023 e que ascende a 1 milhão de euros!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isto é lamentável, Sr. Presidente!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso também para uma interpelação. Força faça favor.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista questiona o Sr. Presidente da Assembleia se deu entrada nesta no início do mês de agosto um requerimento a propósito do pagamento das diárias aos doentes deslocados?

Gostava que confirmasse se deu entrada um requerimento e se ele está respondido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Presidente agora tem que saber de cor todos os votos que entram nesta Casa!

Presidente: Sra. Deputada, eu acredito que tenha dado entrada, é só uma questão de consultar o site e eventualmente pode não estar respondido, mas isso hoje, como os senhores sabem, é possível no nosso site consultar todos os requerimentos, quais aqueles que estão respondidos, quais aqueles que não estão respondidos, quais os que foram respondidos em tempo regimental e quais os que não foram respondidos em tempo regimental. Está tudo lá, a bem da transparência, aliás fruto de uma legislação que aqui

aprovámos e, portanto, está tudo espelhado no nosso site.

Sra. Deputada...?

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**): Sr. Presidente para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Exatamente dessa consulta a que procedemos naturalmente antes deste debate, e que o Sr. Presidente confirma, o que eu queria perguntar era se, entretanto, o Governo Regional teria respondido ontem ou hoje, ou esta manhã, que o senhor ainda não tivesse despachado essa resposta e se a resposta continha ou não os dados que o Governo agora disponibilizou.

Obrigada.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Devia ter transformado em perguntas orais se quisesse debate.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Não estava na minha GD para despacho esta manhã, porque tudo o que havia eu despachei.

Vamos, então, dar a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco que está inscrito.

(* **Deputado José Pacheco (CH)**): Obrigado, Sr. Presidente. Quase que eu pegava aqui no sono que este pingue-pongue.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA não se associa ao PS nestas questões, mas associa-se aos açorianos que têm reclamado. Inclusive, falávamos sobre isso eu o meu colega oriundo das Flores que já tínhamos aqui um documento preparado para a próxima semana também darmos entrada na Assembleia sobre esta questão.

Recebi várias reclamações de vários locais, estou-me a recordar que uma era daqui da Horta, etc.

Não é aceitável que as pessoas estejam largos meses à espera. Não é aceitável. Os açorianos não podem aceitar isto.

A Sra. Secretária, mesmo não podendo responder, acabou por responder dizendo que a coisa estava a ser normalizada, que é também o que se pretende. E não esperar tanto tempo para resolver as questões.

Nós não estamos aqui apenas para fazer o jogo do pingue-pongue e *pôr a língua de fora* uns aos outros e dizer que o *menino é mais bonito ou mais feio*.

Nós estamos aqui para resolver os problemas dos açorianos e muitas vezes, infelizmente, o que eu vejo é encontrar problemas que dificultam a vida dos açorianos.

Neste caso, até nos podemos associar ao Voto em questão, mas percebendo sempre que é em nome dos açorianos, para que eles tenham, num caso tão particular como é a saúde e nós sabemos que quando ela nos falta aí é que nos dói bastante, nós nunca podemos descuidar a saúde. E já agora, se me permitem *a boca*, eu tenho ouvido muita baboseira sobre saúde e hospitais. Era bom que começássemos a elevar o grau de que às vezes me acusam, quando estamos a falar de uma coisa que é fundamental para todos nós: ter boa saúde, longevidade e qualidade de vida.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): “Bem prega Frei Tomás!”

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não nos revemos no tom nem no conteúdo do Voto apresentado pelo Partido Socialista que tinha várias figuras regimentais à sua disposição

para debater este assunto, mas por alguma razão, não quis debater, não quis o debate.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Quis fazer acusações e não quis enfrentar o debate, não quis enfrentar as respostas, não quis enfrentar a contradição.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É tão legítimo escolher a figura regimental do voto de protesto para este assunto, como é legítimo para nós dizermos que fugiram covardemente ao debate da dívida da saúde.

Deputado Joaquim Machado (PSD) e Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, havia muito para falar sobre a dívida da saúde neste plenário e nesta sessão legislativa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Desde a Saudaço!

O Orador: ... foi um exemplo aquilo que são as preocupações e o investimento social do Governo da Coligação em várias matérias. E, portanto, também sobre esta questão das dívidas ou dos pagamentos aos doentes deslocados, eu deixo só uma nota, para não me alongar muito: se há um complemento especial para apoiar o doente deslocado com doença oncológica, isso deve-se a uma iniciativa do CDS que em 2015 propôs a criação do CEDO...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E do voto a favor do partido socialista!

O Orador: ... aprovada obviamente neste Parlamento e (muito) bem implementada, mas cujo valor esteve congelado desde 2015, até que esta

Coligação venceu as eleições e assumiu o Governo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Desde que esta Coligação assumiu o Governo dos Açores, o CEDO teve um aumento de 60%.

Sras. e Srs. Deputados, vou terminar, porque muito mais havia para dizer sobre apoios, sobre dívidas, mas já que o Partido Socialista escolheu uma figura regimental não propicia o debate, não vamos também ser nós a fazer esse debate ao qual o Partido Socialista fugiu.

Portanto, Sr. Presidente, termino agradecendo a vossa atenção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, como aqui já todos dissemos, ao trazer este Voto de Protesto sobre uma matéria tão sensível, dá de facto provas de uma cobardia política grande.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Recorre a uma figura regimental, quando sabe que o Governo não pode intervir, dirigindo especificamente o seu protesto ao Governo Regional, quando sabe que lhe está vedado o contraditório.

Portanto, se tivesse efetivamente preocupado em discutir esta matéria de interesse e que nos preocupa também a nós, teria promovido um debate.

Desta forma, tenta com esta falsa preocupação, ludibriar os açorianos...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... e isso é visível aos nossos olhos e também aos daqueles que nos assistem.

Depois, falta-lhe a autoridade e moral, porque no passado quando as situações ocorriam - e ocorriam muito! - os atrasos eram ainda superiores a 6 meses e as respostas aos requerimentos que esta bancada fazia não eram a 30 nem 31 dias como os senhores agora estão-se queixando, eram de 5 meses!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Requerimentos que feitos em maio só eram respondidos em setembro – vejam lá!

Quando respondiam, negavam que o assunto existia. E quando admitiam, a muito custo, diziam que a responsabilidade era dos açorianos, porque não tinham entregado a documentação necessária – pasme-se!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: A escolha do protagonista da leitura do Voto, também temos que convir não é feliz, pois admiramo-nos que seja alguém com responsabilidades no acumular de uma dívida de mais de 800 milhões de euros, como a Sra. Secretária ainda aqui ontem disse. E, portanto, não é fácil encontrar alguém que queira fazer esse papel.

Esta Coligação, PSD, CDS/PP e PPM, fez na área social e na área da educação aquilo que o PS, em 24 anos, nunca sonhou sequer fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aumentou o número de beneficiários, aumentou o valor das diárias, aumentou o valor do complemento especial pago ao doente oncológico e alargou-o às grávidas e aos doentes transplantados, por via de medidas inscritas no orçamento; orçamento esse que os senhores agora muito preocupados, votaram contra, atrasando aquilo que poderia ter sido meses de um direito que os açorianos tinham de ver este valor aumentado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Votaram contra exatamente para provocar estes atrasos todos!

A Oradora: Ao contrário do que o PS fazia, este Governo e a Sra. Secretária Regional não negaram, assumiram a situação e tomaram as

diligências para a resolver. E a Sra. Secretária foi clara quando assumiu que este problema estava associado a um atraso na assinatura de contratos de investimento entre a Direção Regional da Saúde e as instituições e, portanto, isto nunca foi negado.

O que é que interessa aqui?

Interessam as pessoas.

Interessa dizer que as instituições, diante dos constrangimentos financeiros que tinham, priorizaram sempre o pagamento àquelas pessoas com maior vulnerabilidade social.

Nunca ninguém ficou sem receber tratamento por atraso deste apoio.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, este Voto é um oportunismo político óbvio, no próprio dia em que, por esforço não dos senhores mas deste Governo, o assunto está ultrapassado, já é público que as pessoas já estão a receber o valor que lhe estava em falta.

A Sra. Secretária teve aqui até a oportunidade de verbalizar isso e, portanto, meus senhores, o timing do Voto é péssimo, a forma como o fizeram é inqualificável e vir fazer um Voto de Protesto hoje, para tentar tirar dividendos, vindo a reboque do bom trabalho e do bom desempenho do Governo Regional nesta matéria, é lamentável!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Porque tantas vezes se fala de financiamento e subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde nesta Casa, não é de números que estamos a falar, é sim de pessoas e das suas vidas.

Este problema que hoje é levantado com este Voto de Protesto, é a prova clara disso mesmo, isto é, meses para pagar as diárias dos doentes deslocados, é de uma violência sobre as pessoas que estão numa situação de fragilidade.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não são diárias. O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: É inadmissível!

Não há de facto justificação nenhuma nem a lengalenga do orçamento que já ninguém pode ouvir e ninguém acredita.

(Protestos impercetíveis de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Como é evidente, nós já esperávamos esse discurso por parte do Governo e da Coligação do “nos já estamos a resolver”.

Claro que estão a resolver, já estavam a resolver até. Mas é sempre preciso o assunto vir a público com uma denúncia para o Governo começar a resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi ao contrário!

É uma vergonha o que está a dizer!

O Orador: No entanto, e já agora, temos muitas dúvidas quanto à verdade dessa resolução. É que estão a resolver os mais de 30 milhões de euros que deviam às unidades de saúde de ilha no ano passado.

Eu recordo que a Sra. Secretária, já se inscreveu e interveio com uma interpelação que foi mais uma intervenção, explique a esta câmara porque

é que mentiu, dizendo que tinha transferido 25 milhões de euros para as unidades de saúde de ilha no ano passado quando transferiu... zero!

Mentiu e a semana passada foi público na comunicação social a letras vermelhas bem gordas que mentiu, quando disse que tinha transferido 25 milhões de euros que não transferiu.

(Protestos impercetíveis da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social)

O Orador: Por isso, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, nós já estamos habituados à falta de verdade, à falta de clareza e à falta de seriedade com que o Governo está a lidar com a governação desta Região e esta indignidade é mais um desses casos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde pede a palavra para?

Defesa da honra?

Presidente: Tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começa a ser por demais evidente este desconforto, sobretudo por parte do Sr. Deputado António Lima, para com a Secretária Regional da Saúde.

Deputado António Lima (BE): Eu não tenho nenhum problema consigo!

A Oradora: É verdade, Sr. Deputado.

O senhor, por sistema, acusa a Secretária Regional da Saúde de mentir e eu não posso aceitar isso!

A minha palavra vale no mínimo tanto quanto a sua.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, mentirosa é algo que o senhor não me pode chamar!

Ainda por cima o senhor traz a esta câmara e a esta discussão um assunto que em nada tem a ver com a questão dos doentes oncológicos.

O senhor nem sequer sabe do que é que está a falar!

Fala de diárias, quando estamos aqui a falar do complemento especial do doente oncológico, que são coisas diferentes.

O CEDO permite majorar as diárias do valor que é pago aos doentes oncológicos, às grávidas e a todos os doentes que têm mais de 3 deslocações no âmbito do Serviço Regional de Saúde. Algo que é diferente do que aquilo que foi feito ao longo de 20 anos.

Em relação às mentiras da Secretária, e ao caso em concreto das transferências para as unidades de saúde de ilha, o senhor vem dizer que o Governo não transferiu?!

O Governo transferiu 25 milhões para as instituições do Serviço Regional de Saúde, da mesma maneira que ao longo deste ano, com a possibilidade do Governo da República em transformar dívida comercial em dívida financeira, o Governo transferiu 40 milhões para as unidades de saúde de ilha e 35 milhões para os hospitais da Região.

Portanto, não venha dizer que é mentira!

Isso já foi publicado, já foi assumido e permitiu uma redução muito significativa da dívida aos fornecedores no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, não lhe admito que continue a acusar-me de mentirosa, quando os 25 milhões que nós transferimos o ano passado, vieram do reforço do orçamento regional e não da possibilidade de transformar dívida comercial em dívida financeira, quando o Governo socialista da República não autorizou esse procedimento no valor de 50 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, vou terminar como comecei: somos todos sérios. Estamos, no mínimo, todos ao mesmo nível. Não permito, nem vou permitir, que meta em causa de forma volátil a minha palavra quando, no mínimo, ela vale o mesmo que a sua!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Lima, querendo, tem 3 minutos para dar explicações.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária

Regional da Saúde:

Eu não tenho qualquer problema nem consigo nem com qualquer outro Membro do Governo. Respeito todos por igual.

O que não é admissível é que a política do Governo em matéria de saúde em particular, como noutras áreas...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não foi isso que o senhor disse, o senhor chamou-me mentirosa!

O Orador: ...deixe os serviços públicos e as pessoas, como se vê neste Voto de Protesto com um caso concreto, deixe as pessoas à espera meses. E não é admissível que se diga que se transfere - e isso está esclarecido, está nas contas esta matéria - as transferências que o Governo e a senhora através da sua Secretaria, referiu que tinha feito. Transferências que não constam nos registos, aliás, como foi publicado na comunicação social e não constam das contas das unidades de saúde de dia.

Por isso, não vale a pena dizer que fez o que não fez.

Aquilo que deveria assumir é que não o fez e deveria explicar porque é que não o fez.

Dizer que foi a República que não transferiu ou que não se converteu a dívida comercial em financeira, ou que agora é, nós já ouvimos isso, Sra. Secretária. Por isso, eu não ofendi a sua honra, apenas constatei um facto como tantos outros.

Por isso, a senhora em vez de tentar com defesas da honra ou protestos justificar a sua postura e acusar-me de querer maltratar qualquer Membro do Governo, devia era explicar aos açorianos porque é que não paga, porque é que não pagou estes apoios aos doentes deslocados e porque é que não pagou aquilo que disse que pagou em 2023!

Esse é que é o problema, porque isso não consegue explicar e a prova é que estamos a debater este assunto mais uma vez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(* **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A apresentação do Voto de Protesto por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, visava chamar a atenção para uma situação que tem sido denunciada publicamente em órgãos de comunicação social e através das redes sociais.

É uma situação que vários utentes já nos alertaram para este problema e era visando chamar a atenção do Governo Regional para esta problemática que nós apresentámos este Voto de Protesto. E foi um Voto apresentado numa perspetiva positiva e com o modo como o redigimos, procurámos garantir uma aprovação por esta câmara.

(Risos do Deputado Pedro Pinto e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Uma aprovação que no fundo refletisse a preocupação de todos os Deputados deste Parlamento com os utentes do Serviço Regional de Saúde que aguardam há 6 e 9 meses pelo recebimento dos apoios que lhes são devidos. Até porque no passado, também houve atrasos nos pagamentos e quando houve esses atrasos, outros partidos aqui representados neste Parlamento, não se eximiram de apresentar iniciativas e de chamar a atenção do Governo para a necessidade do pagamento tempestivo destes apoios, inclusive, quando eram verificados atrasos de meio ano era referido por alguns partidos aqui representados, nomeadamente pelo Partido Social Democrata que o pagamento desses apoios devia ser feito em 2 ou 3 dias.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não foram votos,

foram debates de urgência.

O Orador: É isto que o PS acha.

É isto que o PSD deixou de achar?

Parece-me que sim, porque os termos que são utilizados neste Voto de Protesto são simples, são o mero elencar de situações que são conhecidas e que, inclusive, até já podem estar resolvidas, não sabemos porque não houve a resposta ao requerimento, mas se as mesmas já estão resolvidas, não significa que nós não devemos ter preocupação com o atraso; o pagamento de algo que está em atraso, ainda é um pagamento em atraso; se ele não foi realizado é um problema; se ele já foi realizado continua a ser um problema.

O que nós queremos é evitar de futuro que outros utentes do Serviço Regional de Saúde continuem a ter atrasos e aguardem 9 meses e não os 2 ou 3 dias como devia ser, os 2 ou 3 dias como nós defendemos e os 2 ou 3 dias como o PSD antes defendia e agora parece não defender, escudado num mero argumento de *artimanha* parlamentar, que tem que ver com a utilização da figura. E a utilização da figura, deixem-me que vos diga, não obstaculiza o debate que, num parlamento, é feito entre parlamentares e, portanto, todo o argumentário utilizado pela bancada do PSD e do CDS/PP é uma menorização do trabalho do deputado.

O debate entre deputados ainda é debate.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já se esqueceu dos doentes?!

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: E tanto é, que os partidos que apoiam este Governo também já apresentaram aqui votos de protesto. Isto não é um exclusivo do PS ou do

Bloco de Esquerda, todos os partidos aqui representados já apresentaram votos de protesto em algum momento.

O PPM apresentou 13 votos de protesto; o CDS apresentou 23 votos de protesto; o PSD apresentou 57 de protesto.

Portanto, esta é uma figura absolutamente válida no âmbito daquela que é a prática parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: E, portanto, a *artimanha*...

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar!

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, quando a Mesa faz uma advertência para o tempo, pelo menos encaminhem-se para terminar, digam alguma coisa como “eu já termino”. É que ignoram completamente as advertências da Mesa.

Sra. Secretária Regional pede a palavra uma interpelação?

Se for para uma interpelação como a de há pouco, eu tiro-lhe o som.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou entregar na Mesa 2 documentos, 1 que diz respeito às portarias de transferência dos 20 milhões que foram afetas às unidades de saúde e hospitais o ano passado e que o Sr. Deputado diz que é mentira, que o Governo não transferiu, e outra que diz respeito à transcrição das minhas declarações no jornal das 18 horas da Antena 1, esta 3ª feira, em que digo efetivamente que houve um problema e também dou nota de que a situação já estaria naquele dia a ser resolvida.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Assim que a Mesa rececionar tais documentos irá distribuí-los pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se no âmbito deste Voto de Protesto há mais alguma intervenção?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios devidos aos utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde, foi aprovado com 23 votos do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 23 votos contra do PSD, 1 do CDS/PP e 1 do PPM.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Afinal, parece que o Voto de Protesto não era assim tão disparatado...

Presidente: Estão assim encerrados os votos.

vamos fazer o intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Os trabalhos recomeçaram às 12 horas.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos passando às declarações políticas.

Está inscrito para uma declaração política o Sr. Deputado João Mendonça a quem dou a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Sou natural da ilha do Corvo. Como todos os outros na minha ilha, e em todas as outras ilhas dos Açores, tenho família na América. Nos Estados Unidos e no Canadá. No caso do Corvo, temos até famílias de emigração recente no Brasil e no Chile.

Na ilha do Corvo, a emigração foi tão forte que, entre as décadas de 50 e de 70 do século passado, a ilha perdeu cerca de 60% da sua população. O mesmo sucedeu, com maior ou menor intensidade, nas outras ilhas dos Açores.

Foram necessárias décadas, já com o advento da nossa autonomia, para a ilha recuperar da sangria demográfica a que foi sujeita ao longo dessas décadas.

Hoje, o Corvo tem cerca de 400 habitantes. Ainda assim, menos de metade da população que tinha na década de 50 do século passado.

A ilha tem vindo a recuperar demograficamente. Recuperou com o regresso de algumas famílias que “fizeram a sua América” e decidiram regressar à sua terra. Recuperou com a chegada de muitas famílias oriundas de outras ilhas dos Açores, do território continental, do Brasil, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Espanha e de muitas outras partes do mundo.

Estima-se que cerca de metade da atual população da ilha chegou do exterior nas três últimas gerações. Somos hoje a população mais jovem dos Açores. Temos, proporcionalmente, mais jovens que todas as outras ilhas. Somos a ilha mais jovem dos Açores.

Mas somos mais que isso. Somos também um exemplo de integração. Quem chegou integrou-se. Passou a ser mais um na nossa comunidade. A vestir a nossa camisola. A honrar as nossas tradições e a defender o nosso modo de vida. Nós também recebemos o contributo de quem chegou e

trouxe outros gostos e outras perspetivas, que também se valorizam e acarinhos.

Meus Senhores!

Parti do exemplo da minha terra para fazer aqui um discurso de valorização da nossa emigração no conjunto dos Açores. Somos poucos os que ficámos. São muitos os que partiram. Os nossos emigrantes e os seus descendentes constituem a maioria esmagadora do nosso povo.

No último censo realizado nos Estados Unidos (2021), cerca de um milhão e quatrocentas mil pessoas identificaram-se como portugueses ou descendentes de portugueses, o que na América quer dizer, na maior parte das vezes, açorianos.

Mas, na verdade, são muitos mais. O trabalho de sensibilização, em grande escala, para que muitos identifiquem as suas raízes açorianas está ainda, em parte, por fazer.

O Brasil é disso um bom exemplo. Estima-se que só no Rio Grande do Sul vivam cerca de um milhão de descendentes de açorianos. Trata-se de uma emigração muito antiga, que remonta ao século XVIII.

Ou seja, a diáspora açoriana, no seu conjunto, superará, certamente, os 3 milhões de indivíduos. Falta saber ainda a sua real dimensão, mas nunca será inferior ao número que se avança.

A grandeza da nossa diáspora implica um compromisso com o futuro. Em primeiro lugar mapear, de forma minuciosa, a sua real dimensão. Desenvolver políticas de proximidade, que tornem presente as instituições açorianas. Não só o Governo Regional e outras instituições açorianas, públicas ou privadas, mas também, por exemplo, este Parlamento e os seus representantes.

Apoiar e desenvolver todas as ações que promovam a língua portuguesa nas nossas comunidades, mas também chegar aos descendentes da nossa

comunidade que já não falam a língua portuguesa, mas mantêm uma perceção de pertença à nossa comunidade.

Temos de fazer tudo para manter os laços que nos unem e promover uma colaboração permanente com as nossas comunidades, fazendo nossos os seus problemas e deles os nossos. Partilhando recursos e soluções. Juntos somos muitos e mais fortes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o que interessa, no final de tudo, é a máxima que preside à ambição de muitas famílias açorianas: manter unida a nossa família. A família que somos todos os açorianos.

Viva os Açores!

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta declaração política, e também em jeito de pergunta e de comentário, eu gostaria de saber se os corvinos quisessem voltar e construir no Corvo, se havia terrenos para construção?

Porque nos Açores começa a não haver terrenos para construção, em lado nenhum. Com os POOC é para não construir.

O CHEGA por acaso esteve na Ribeira Quente há dias onde o POOC está em discussão na ilha de São Miguel, e é preciso que que isso fique aqui

muito claro: a 500 metros da orla costeira não é para construir, portanto, os açorianos podem apanhar o comboio direto para a imigração ou para outro lado qualquer, porque não vão poder construir.

Portanto, a gente quando diz que tem que haver pessoas e que os Açores estão a ficar desertificados, a realidade é que estamos a proibir tudo.

Olhando para o Corvo e para o plano que está em vigor, eu não sei onde é que se pode construir; ou arranja-se maneira de construir dentro do Caldeirão, onde não é possível, ou então eu não sei como é que vai ser. E, portanto, há que fazer este comentário.

A gente lamenta-se aqui da falta de pessoas, da falta de oportunidades, da falta de desenvolvimento, mas nós aqui nesta Casa estamos a atrasar o desenvolvimento dos Açores, desde tirar uma simples licença que é um pesadelo, a uma autorização que é um pesadelo, um licenciamento industrial é um pesadelo e, então a construção, *põe pesadelo nisso*. E, por isso, nós vamos todos devolver os nossos PRR à República ou à Europa, porque que não vamos conseguir executar e vamos ficar pendurados na burocracia das autarquias, dos PDMs, dos COOC's e dos POTRAS's e inventem mais nomes para proibir tudo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A importância estratégica das comunidades açorianas no mundo é algo que tem um valor incalculável, que tem mais impacto quando face a uma

população que no local de origem tem pouco mais de 240 mil habitantes, os emigrantes e os descendentes de emigrantes açorianos espalhados pelo mundo já são na ordem dos milhões.

Este é um valor sem paralelo que devemos preservar, acarinhar e até a potenciar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não tenho dúvidas que com o compromisso que este Governo Regional firmou com as comunidades, muitos mais se irão identificar e sentir açorianos.

Os açorianos e os seus descendentes continuam a manter bem viva a nossa cultura. Fazer valer as tradições e os costumes dos Açores nas centenas de que açoriana espalhadas por este mundo fora, quer seja através da realização das festas do Espírito Santo ou de muitas outras festas que permitem manter a açorianidade bem vincada em cada localidade onde vivam açorianos.

Só quem visita uma comunidade de açorianos tem a real noção do amor que nutrem por este cantinho no meio do oceano Atlântico. Da saudade que sentem desta terra magnífica e da enorme alegria sentem quando nos recebem em suas casas. Faz parte do nosso código genético seja onde for.

Muitos são os convívios organizados na diáspora onde se juntam às centenas, e por vezes milhares, numa união perfeita entre todos. E onde muitas vezes as festas organizadas com cuidado e dedicação são abrilhantadas com artistas vindos dos Açores, com especial destaque para os homens da cantoria, verdadeiros ícones da nossa cultura popular que bem demonstram o nosso viver e o nosso pausar em rimas de fé ou de sorrisos.

A tauromaquia também está bem presente, como se comprova através das muitas ganadarias fundadas por emigrantes ou seus descendentes, pelos grupos de forcados e demais artistas taurinos na diáspora com raízes

açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É assim fundamental reforçar as relações de proximidade com essa mesma diáspora, sobretudo com as novas gerações. É importante criar sinergias, para que possamos captar investimento externo que permitirá alavancar ainda mais a nossa economia e desenvolver ainda mais a nossa Região.

Trata-se de todo um gigantesco mercado que tem trazido muitos benefícios e que certamente trará muitos mais no futuro. Já não se trata apenas do dito *mercado da saudade*, mas sim de eficácia e estratégia assente também nos laços de amizade que nos unem nas ligações familiares, no ensejo de ver os Açores cada vez mais fortes no mundo.

Relativamente ao Conselho da Diáspora, participei na reunião já realizada este ano em Ponta Delgada, onde constatei a enorme vontade que os conselheiros demonstraram em ajudar os Açores, manifestando a sua disponibilidade para que as Casas dos Açores e as diferentes associações açorianas espalhadas pelo mundo, possam ser de embaixadas e representar os interesses das nossas ilhas e das nossas gentes.

Estes movimentos associativos têm de continuar a ser apoiados, pois são fundamentais para elevar as relações afetivas entre a Região Autónoma dos Açores e as nossas comunidades.

Todos os intercâmbios culturais, desportivos, associativos, académicos e comerciais devem continuar a crescer em termos de qualidade e quantidade.

A aposta na diversidade é um sinal claro de como as novas gerações podem e devem abraçar as terras de origem das suas famílias.

O Governo Regional inovou e deu um sinal claro inequívoco da importância que quer dar à diáspora açoriana espalhada pelo mundo com a criação pioneira e uma secretaria regional dedicada às comunidades.

O trabalho desenvolvido fala por si no estreitar de laços, no reatar de relações, no unificar o sentido de ser açoriano. Não importa em que parte do mundo for, este está a ser e continuará a ser o caminho certo.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça foi substituído pela Deputada Isabel Teixeira no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(* Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão da imigração e do apoio às nossas comunidades é uma questão fulcral para os Açores.

Eu gostava de responder a alguns de reptos que foram lançados pela Representação Parlamentar do PPM, nesta matéria...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e da bancada do PSD)

... e descrever um pouco aqui aquilo nós estamos a fazer no âmbito do Governo dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não faça isso!

O Orador: Mas gostava, em primeiro lugar, de dizer o seguinte, e já vão

perceber porque é que eu faço esta pequena observação antes de enumerar as políticas que estamos a desenvolver.

É a questão da xenofobia – podem V. Exas. perguntar o que é que tem a ver, mas já vão perceber a seguir - a pergunta que se coloca aqui é se nós devemos ignorar os xenófobos, devemos ignorar quem age insultando os outros em razão da cor da pele, do local de nascimento, da sua religião, devemos ignorá-los ou devemos ou devemos denunciar tipo de ataques e esse tipo de referências?

Eu desde que assumi estas funções, tenho sido nas redes sociais e até em artigos de opinião alvo de ataques xenófobos só por ser natural do Alentejo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... apesar de viver há 30 anos aqui nos Açores e por ter defendido, ao longo da minha vida, sempre os interesses dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero aqui, desde já, que não me calo em relação aos xenófobos que polulam nas redes sociais, que nos artigos de opinião não contestam políticas concretas, a única coisa que contestam é o local de nascimento, ou seja, eu vivo aqui nos Açores há 30 anos, sou português, mas para eles, eu tenho os meus direitos de cidadania no âmbito do sistema político dos Açores.

Por isso, a esses xenófobos, o que quero dizer é que não os ignoro e que se tem que combater com toda a convicção e que se tem de realçar esse tipo de situação, porque eu não aceito no meu País ser um cidadão de segunda.

E se isto me acontece a mim que sou português, se isto me acontece a mim que sou governante, imaginem o que acontece a muitos outros que vivem na Região Autónoma dos Açores. Há muita gente que continua a pensar desta forma, a agir desta forma e a escrever desta forma.

Deixo aqui esta denúncia em relação a essa situação.

Em segundo lugar, quero dizer que estou com todo o entusiasmo defendendo a identidade dos Açores. Uma identidade completa, não apenas os 234 mil que vivemos nos Açores, mas toda a nossa vasta comunidade que vive nos Estados Unidos, no Canadá, na Bermuda, no Brasil e muitos locais do mundo onde prosperou. Não sem antes, nesses países de origem, terem também enfrentado muitos ataques xenófobos, nem sem antes terem superado esse tipo de situações e hoje são comunidades prósperas. Muita gente superou muitas dificuldades, mas não esquece a desigualdade com que foram confrontados e a xenofobia que tiveram que enfrentar em muitas situações. É bom que se lembre esta situação.

Da nossa parte, em relação aos desafios que o Sr. Deputado lançou, neste momento, no âmbito do Governo dos Açores, nós levamos o mesmo discurso que a autonomia construiu ao longo de todos estes anos, destes quase 50 anos, que é de aproximação às nossas comunidades, desenvolver os mecanismos de colaboração com as nossas comunidades, temos feito isso, não somos os únicos, já era feito anteriormente. O que nós estamos a fazer é continuar o trabalho e criar mecanismos novos.

Estamos a aumentar a rede das Casas dos Açores, espero que nesta legislatura se possa criar a Casa dos Açores do Havai – é para concretizar, vai ser feito...

Deputado Nuno Barata (IL): Quantos livros o José Andrade vai lançar no Havai?

O Orador: ... e muitas outras Casas dos Açores, também no Brasil (Espírito Santo), vamos criar Casas dos Açores onde as nossas comunidades são significativas. E no Havai é muito significativo o número de descendentes.

Vamos apoiar a comunicação social no âmbito da diáspora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos também uma forma de falar para a nossa comunidade. É que até agora, aquela célebre frase do Presidente Kennedy “não perguntes o que é o teu país pode fazer por ti, pergunta antes o que tu podes fazer pelo teu país”. E a pergunta que tem sido colocada aos nossos emigrantes tem sido essa.

Muitas vezes é o que é que tu podes fazer pelo teu país, o que é que tu podes fazer pela Região Autónoma dos Açores.

Agora, a questão que estamos a colocar agora é que nós, Região Autónoma dos Açores, podemos fazer pelos nossos emigrantes.

Deputado Nuno Barata (IL): Liberalizar!

O Orador: Essa é a questão que estamos a colocar em primeiro lugar: o que é que podemos fazer pela nossa comunidade.

É isso que estamos a fazer e é esse trabalho que estamos a desenvolver.

Vamos com certeza reforçar o apoio às nossas associações.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então, e a *subsidiodependência?!*

O Orador: Vamos reforçar o apoio a todos aqueles que colaboram junto da comunidades, e temos vindo a fazer isso, e os valores mostram que temos vindo a incrementar esses apoios.

Vamos estudar todo o arquivo histórico relacionado com as nossas comunidades, sendo que algum foi deitado ao lixo, até de consulados portugueses que tinham registos de emigração açoriana no século XIX e que pura e simplesmente, através dos arrumos que foram feitos, foram destruídos. E, portanto, vamos cuidar daqueles que são os registos...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Vamos cuidar dos registos das nossas comunidades. Vamos mapear bem. Vamos estudar bem as nossas comunidades. E vamos continuar a fazer esse trabalho. Vamos ter na nossa Secretaria um centro de estudos que vai fazer isso, vai estudar e vai colaborar com as universidades, no sentido de fazer esse trabalho de registo e mapeamento das nossas comunidades, para conhecer bem as suas realidades, para podermos construir as respostas que são necessárias.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Não consigo continuar e enumerar o conjunto de atividades que temos neste âmbito, que é vasto e que eu sei que merece o apoio da quase totalidade dos Deputados presentes neste Parlamento, porque é a continuidade dum trabalho da autonomia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Abrindo porta à efetiva e real declaração política do ex-Deputado Paulo Estêvão...

(Risos dos Deputados da bancada do PS, BE e PAN).

...este é que foi de facto o propósito da intervenção do Sr. Deputado João Mendonça Abrir portas à intervenção política do ex-Deputado Paulo

Estêvão, enquanto Secretário Regional com responsabilidades na área da nossa diáspora.

O Sr. Secretário Regional deixou no ar uma pergunta que me muito cara: o que é que esta Região pode fazer pelas nossas comunidades e pela nossa diáspora? - se bem que diáspora não é propriamente um termo que eu gosto muito de usar, porque tem outras conotações.

Pode liberalizar. Pode criar condições de desburocratizar aquilo que é extremamente burocrático para que essa gente possa voltar a esta Região e investir. Deixar de subsidiar, por exemplo, coisas que se fazem nas comunidades e que não têm que ser subsidiadas por esta Região pobre, mas sim garantidas por eles que são ricos.

Pergunto: quantos livros vai lançar o Sr. Diretor Regional nessa ida ao Havai?

Quantas vezes vão viajar para o Havai para lançar livros da *Letras Lavadas*?

Sr. Secretário Regional, há deputados nesta Casa que estão atentos a tudo o que se passa nesta Região!

E pode ter a certeza Sr. Secretário que não é por ter nascido no Alentejo que o vou criticar. Eu também sou vítima, só por ter nascido em S. Miguel e defender a minha ilha.

O Sr. Vice-Presidente é vítima, por ter nascido na ilha Terceira e defender a sua ilha.

Todos nós somos vítimas da maledicência.

Portanto, não se faça de vítima Sr. Secretário, porque o senhor tem duas responsabilidades: a de ser alentejano e a de ser açoriano. São dois povos resilientes, trabalhadores e que merecem o respeito de todos os portugueses.

Vice-Presidente do Governo e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas já aqui o Sr. Deputado Francisco Lima falou numa coisa que é a necessidade que nós temos de facilitar a vida de todos, porque senão vamos ter cada vez mais emigração.

O meu filho que este ano entrou para a universidade, não regressará a esta terra, se não puder construir num pequeno terreno que tem à beira-mar.

Os seus filhos não teriam regressado a esta terra, se não pudessem construir ou fixarem-se em pequenos lotes à beira-mar.

Nós temos esse direito, como fizemos com aquilo que está em cima da mesa, um plano de ordenamento da orla costeira de limitar e de esbulhar a propriedade privada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: O que podemos fazer pela nossa emigração?

Liberalizar, Sr. Secretário.

Libertar os Açores e os açorianos destas amarras, destes grilhões que ao longo do tempo, o excesso de regulação, a obsessão com o poder por parte do estado foi criando ao desenvolvimento.

É isso que nós temos que fazer pelos pela nossa diáspora!

É isso que nós temos que fazer por todos aqueles que querem vir para os Açores, mas principalmente – e esta deve ser a nossa principal preocupação – com todos aqueles que querem continuar a viver nos Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados Francisco Lima, José Sousa e Hélia Cardoso do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que não estava para intervir no âmbito desta declaração política, mas como o Sr. Deputado João Mendonça começou – e bem – a sua declaração política a falar na ilha do Corvo, pensava eu que haveríamos de discutir aqui algo relacionado com a nossa ilha. A declaração política que o PPM trouxe aqui hoje, tem como bom propósito elogiar os nossos emigrantes, os quais saíram das nossas ilhas levando a saudade, palavra bem portuguesa sem tradução noutras línguas. Tem sido por estes imigrantes que o nome dos Açores tem sido levado a muitas outras latitudes.

Queria dizer ao Sr. Deputado João Mendonça que sim, tem razão na sua declaração política, mas se foi possível o regresso de todos esses emigrantes nos últimos 20 anos, isso deveu-se às boas políticas que o PS implementou nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

O Orador: Foi devido ao investimento na educação, no trabalho, nos transportes e na habitação, criando condições para o regresso dos nossos emigrantes.

De resto, e para finalizar, Sr. Deputado, esperava sim que essa vontade do regresso dos emigrantes continuasse, mas tal não será possível e não será possível porquê?

Fruto do total desinvestimento em todas essas áreas na ilha do Corvo.

Não há investimento na educação, faltam professores todos os anos. Não há habitação. Os transportes são um caos. E tudo isso associado à falta de trabalho e de mão de obra leva aquilo que nós não possamos receber mais

emigrantes e que os mesmos não tenham vontade de regressar à nossa ilha.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bom, bom era quando havia 3 vezes semana!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça para encerrar a declaração política.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço o retribuo de todos os que participaram neste debate e valorizaram esta temática. Os nossos emigrantes merecem a nossa unidade de propósito.

Lamento muito que alguns não tenham conseguido resistir à tentação de trazer para este debate querelas partidárias inúteis que não terão a minha resposta.

Estou concentrado na defesa dos nossos emigrantes e na unidade da nossa gente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No final de tudo é isso que interessa - a defesa do nosso povo, dos que cá vivem e dos que vivem lá fora, mas são de cá, são a nossa gente.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Délia Melo (PSD): Muito

bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Está assim encerrada a declaração política do PPM. Avançamos para a próxima declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Deve ser sobre a Venezuela!

Deputado António Lima (BE): O Paulo Portas é que era amigo do Maduro, Sr. Vice-Presidente!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores nunca houve verdadeiramente uma política cultural que levasse a sério o potencial transformador que a cultura pode trazer ao nível da educação, do conhecimento, da qualidade de vida e como fator de inovação e progresso económico.

No entanto, o estado a que chegou a política cultural nos Açores com este governo da direita - com o qual a mesma não passa da categoria de assuntos culturais ou dinâmicas culturais - é, por demais, preocupante.

Quer seja no eixo central da atividade cultural dos Açores, que assenta no apoio às atividades culturais;

Quer seja na manutenção dos serviços externos como os museus e bibliotecas;

Quer seja na indiferença relativamente aos problemas da realidade da criação e programação culturais .

Quer seja o desprezo deste governo regional pela cultura é desolador.

Lembremo-nos, como exemplo, das palavras da Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, nesta casa, há poucos meses, sugerindo que

os organizadores do Festival Azores Folk alterassem a calendarização do seu evento para o inverno, como óbvia solução para os problemas da falta de lugares nos voos para os grupos que compunham a programação do festival.

É uma total indiferença e desrespeito não só pelos organizadores do festival, como também pelo próprio público que todos os anos adere entusiasticamente a este evento.

No que respeita aos apoios à produção cultural, é unânime que o Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais está já obsoleto em relação à realidade cultural do momento.

Obsoleto no seu teor, como na sua aplicação. O governo nem consegue cumprir os prazos e os procedimentos legais do mesmo.

Os relatos são de um procedimento kafkiano: alteram-se os critérios a meio do processo de candidatura, usam-se formulários que não pedem as informações adequadas à avaliação segundo os critérios existentes.

Mas sobretudo, verifica-se um constante atraso.

Em todos os passos do processo de avaliação das candidaturas e processamento dos apoios houve atrasos:

Desde a divulgação dos resultados aos candidatos, envio dos contratos até ao pagamento das verbas atribuídas.

Estamos em setembro e a grande parte dos agentes culturais dos Açores ainda não recebeu sequer a primeira tranche das verbas relativas ao ano de 2024.

Há eventos culturais que tiveram de ser cancelados, outros modificados ou adiados.

Essa constante incerteza e incumprimento de prazos coloca em causa a produção cultural nos Açores.

Os agentes culturais protestam, sobre todos estes constrangimentos. Mas do lado do Governo a resposta é que o processo corre com normalidade e dentro dos prazos.

O não cumprimento dos prazos previstos já é uma normalidade para o Governo Regional.

Como desculpa, a Secretária Regional alega que a reformulação do Governo após o processo eleitoral fez com que este fosse um ano atípico.

As pessoas não têm memória assim tão curta: nos anos anteriores, os atrasos também se verificaram do mesmo modo.

Em 2023, dos 900 mil euros previstos para o apoio à atividade cultural, apenas foi executado pouco mais de metade.

A estratégia para o audiovisual e multimédia, também prevista no plano de investimentos que estava prevista no plano em 2023, teve execução nula.

O desprezo com que o Governo Regional tem tratado a cultura, reflete-se no orçamento e gestão de equipamentos da Região.

O Museu do Pico, o mais visitado dos Açores, tem salas fechadas no Museu do Vinho.

O edifício do Museu da Horta tem problemas graves e os visitantes da Casa Manuel de Arriaga são recebidos, em dias de chuva, com baldes que recebem a água que pinga do teto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Há quanto tempo isso está assim?

O Orador: Também o prestigiado Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas - tem o sistema AVAC avariado, problemas na cobertura e equipamentos danificados.

O Núcleo de arte sacra do Museu Carlos Machado esteve fechado por falta de vigilantes em pelo menos dois fins de semana de agosto.

A valorização do trabalho artístico de excelência que é feito nos Açores está abandonada.

Onde estão os prémios bienais de arquitetura, fotografia, pintura, escultura e cinema atribuídos pela Região? Aparentemente desapareceram, sem deixar rasto ou explicação, a partir de 2023.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): 2023, isso dá quanto bienais?

O Orador: O património cultural imóvel ameaçado dos Açores, de que são exemplos a torre do aeroporto de Sta. Maria e o Forte de São Sebastião, em Porto Pim, no Faial, não é salvaguardado e muito menos recuperado.

A editora Companhia das Ilhas anunciou o seu encerramento. Em 13 anos publicou cerca de 340 livros, de diversos e prestigiados autores regionais e nacionais, alguns deles consagrados, como Vitorino Nemésio, José Martins Garcia ou Urbano Bettencourt.

A falta de apoio estrutural público é uma das razões apontadas para cessar a sua atividade.

Um dos seus editores, Carlos Alberto Machado, escreveu ao Presidente do Governo Regional mas, aparentemente ficou sem resposta.

Este desolador retrato das incipientes políticas públicas para a cultura nos Açores são sinal de abandono.

O abandono da cultura empobrece, limita a diversidade e a riqueza da Região. A ausência de uma política cultural retira capacidade aos Açores para enfrentarem os desafios do presente e do futuro.

Sem política cultural, limita-se a criatividade e o pensamento crítico. Afunila-se o debate sobre as questões coletivas mais prementes do nosso tempo e as soluções serão, por isso, cada vez mais limitadas.

Investir na cultura é investir numa sociedade mais resiliente, mais coesa.

Isso também é determinante para a própria democracia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, se há uma área em que esta governação se revelou um autêntico falhanço e um autêntico desastre, foi efetivamente na cultura.

Ao longo destes últimos 4 anos os senhores bateram todos os recordes como o Governo que menos investiu e que menos apoiou a cultura. Os senhores falharam todos os compromissos assumidos com os agentes culturais, estamos setembro de 2024 e continuam por pagar os apoios às atividades culturais. Mais um ano, mais uma vez; apoios, recorde, relativos a candidaturas que as associações culturais efetuaram ainda em 2023, referentes à programação e às atividades que pretendem desenvolver ao longo de 2024 e todos os dias nós ouvimos críticas de agentes, associações culturais, relativamente às dificuldades que esta situação lhes causa, inviabilizando muitos dos seus projetos e das atividades que pretendiam desenvolver.

Há livrarias nos Açores a encerrar portas por falta de apoio do Governo Regional e, no entanto, os senhores continuam serenos, seguem como se nada fosse, como se nada se passasse, totalmente alheados da realidade cultural da nossa Região, totalmente incapazes de implementar uma verdadeira política cultural na nossa Região.

Desde que governam, os senhores desinvestiram, desvalorizaram, sectarizaram e abandonaram a cultura. E esse é um facto que não têm como negar e que não podem contradizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Já por diversas vezes nesta Casa, e sem ser nesta Casa, o Partido Socialista tem criticado e tem denunciado aquela que é uma opção política deste Governo, porque no fundo é apenas de uma opção política que se trata, de não encarar a cultura como uma área de governação

prioritária e estratégica. O Partido Socialista tem denunciado e criticado a atitude do Governo da Região.

Nós somos uma Região com um património e com uma riqueza cultural vastíssimo disperso pelas nossas nove ilhas.

Deputado Flávio Soares (PSD): O problema é que o PS só critica, não apresentada soluções.

A Oradora: Nós somos uma Região dotada de associações, de artistas e de agentes culturais dinâmicos, cujo trabalho enriquece e promove a nossa Região. E, no entanto, aquilo que é tão óbvio e supostamente tão fácil de entender, parece ter sido ao longo destes 4 anos tão difícil de entender e de concretizar da parte do Governo Regional. A verdade é que só não entende isto, quem não sabe aquilo que faz ou quem não quer fazer. E é triste o caminho que o Governo Regional escolheu seguir para a cultura nos últimos 4 anos. Permitam-me uma rápida leitura:

“Falta organização, falta compromisso e falta profissionalismo.

Existem famílias endividadas a sofrer consequências graves para continuar a fornecer produtos culturais ao arquipélago.

Existem organizações, associações e instituições à beira do encerramento, por manifesta falta de apoio e diálogo com as autoridades competentes.

Sentimos preocupação e profunda tristeza com a situação atual do setor cultural nos Açores, um dos mais esquecidos e invalidados politicamente.

Ignorar este sector é ignorar os Açores e consideramos que é essa a atual realidade.

Sentimo-nos esquecidos e maltratados.”

Estas palavras não são minhas nem da bancada do Partido Socialista, são de mais de 40 artistas e agentes culturais e de 18 associações culturais das ilhas de São Miguel, Sta. Maria, Terceira, São Jorge, Pico, Faial, Flores, Corvo e constam de uma carta que dirigiram ao Sr. Presidente do Governo Regional ainda neste ano de 2024.

Se custa ouvir aquilo que tem para dizer o Partido Socialista ou as bancadas da oposição, ouçam pelo menos aquilo que lhes dizem diariamente as pessoas que trabalham pela cultura e para a cultura na nossa Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Os senhores estão já numa segunda legislatura, saiam dessa bolha governativa, deixem de governar isolados sobre si próprios, deixem de governar, ainda e sempre, por oposição ao Partido Socialista.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação).

Façam, assumam aquela que é a vossa responsabilidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Assumam a vossa responsabilidade, governem para as pessoas e respondam às pessoas, a estas pessoas, hoje, agora.

A Sra. Secretária sempre que nós discutimos sobre cultura nesta Casa, tende a assumir duas posturas: ou nada diz remetendo-se ao silêncio, ou se se manifesta, diz sempre que está tudo bem.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Isso não é verdade, a senhora sabe que não é!

A Oradora: É um facto: ou não responde ou diz que está tudo bem.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sr. Presidente.

Com o devido respeito e modéstia, Sra. Secretária, aproveite a oportunidade que lhe dá hoje esta declaração política de pelo menos em sinal de respeito, apresentar um justo, merecido e há muito tempo devido, pedido de desculpas à cultura e aos agentes culturais da nossa Região.

Deve-lhes muito mais, mas ao menos isso aproveite para fazer hoje. Um pedido de desculpas à cultura da nossa Região.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é muito habitual escolher a cultura para a declaração política. Fê-lo o Bloco de Esquerda, naturalmente com toda a legitimidade, o enquadramento regimental também é inequívoco e sobre isso não há consideração nenhuma a fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas entretanto já disse.

O Orador: Mas há considerações a fazer sobre aquilo que é o conteúdo da declaração política do Bloco de Esquerda.

Estava ela a decorrer e recebi a mensagem duma pessoa amiga a perguntar: “Joaquim onde estás? Estás na Assembleia”

Eu respondi: “Estou”.

“Mas em que Assembleia?”. E eu respondi: “na Assembleia Legislativa dos Açores, estou na Horta”.

E a pessoa disse: “não, se estás a ouvir o que mesmo que eu estou a ouvir, devemos estar num país do antigo leste europeu ou na atual Venezuela”.

E eu depois percebi o que é que o meu amigo no fundo me queria dizer.

Ele queria dizer que o que estavam aqui a reivindicar em termos culturais era, nem mais nem menos, um modelo de cultura, um modelo de sociedade que não corresponde àquele que nós temos nem queremos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nem queremos, porque é um modelo em que até a cultura é toda estatizada, até a cultura depende à última instância, da regulação, da definição, da orientação e do financiamento do Estado que no fundo é dos

contribuintes. Não é isso que nós queremos.

A cultura, na sua essência, é liberdade, Sr. Deputado António Lima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A cultura na sua essência é liberdade. Liberdade de produzir, liberdade de criar, liberdade de organizar, é liberdade de divulgar.

Deputado António Lima (BE): *A Letras Lavadas* que o diga!

O Orador: Não é não o modelo de cultura que naturalmente se insere no modelo de sociedade que o Bloco de Esquerda defende e que em todos os sítios que foi aplicado, foi mal sucedido, em que essas populações depois de muitas lutas se livraram e se libertaram desse modelo de sociedade, ainda que hoje haja alguns resquícios de que o mais evidente e mais defendido, e a marca do Bloco de Esquerda, é a Venezuela. Não é isso que nós queremos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, dizer que “ainda não foi transferida a primeira tranche para os agentes culturais este ano e que isso impede a realização de muitos acontecimentos”, ó Sr. Deputado António Lima, eu acho que o financiamento público da cultura se deve fazer de forma complementar, para enriquecer a capacidade que já existe já existe no terreno...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é um discurso muito bonito, mas vamos à prática.

O Orador: ... que os agentes culturais mais ou menos organizados ou de forma espontânea, são capazes de produzir. Não é para depender do subsídio. E quando há organizações que dizem “nós cancelamos o evento porque o Governo Regional não pagou”, eu que acho essa organização fez muito bem e devemos ficar por aí, porque isso significa que fazer eventos e realizar atividades culturais só com o dinheiro dos contribuintes, neste caso o subsídio do Governo Regional, é porque alguma coisa falhou e não vale a pena levá-las por dia.

O senhor vem aqui queixar-se, porque parece que o museu Carlos Machado parece que esteve 2 dias com um problema qualquer de segurança - não sei se foi por motivos financeiros, admito que até possa ser – Mas, Sr. Deputado, falar do museu Carlos Machado que esteve mais de 10 anos fechado, vedada a sua utilização e o seu usufruto aos cidadãos dos Açores e àqueles que nos visitam, para obras que nunca se realizaram no tempo da governação socialista, há-de convir que isso é uma coisa insignificante.

Relativamente ao património móvel, eu acho que tinha-lhe ficado muito bem vir aqui reconhecer que recentemente foi concluído o processo de certificação da produção da viola da terra. O senhor não diz nada sobre isso, parece que isso não é relevante; o que é relevante é dar dinheiro às entidades organizadoras de eventos, alguns até porque muito perfilados no modelo de sociedade que o senhor defende.

O encerramento de uma editora é uma coisa naturalíssima; se uma entidade não tem capacidade para sobreviver com os seus meios, deve ser o contribuinte através do Estado, neste caso da Região, ir imediatamente a socorrer?

Não é o nosso modelo de sociedade, por isso também não vamos por aí.

E tenho que terminar dizendo uma coisa que me parece muito importante: o Sr. Deputado para ser politicamente sério, também devia ter referido que já foi publicado há mais de 2 semanas, creio eu, o apoio às filarmónicas.

Deputado António Lima (BE): E já pagou?

O Orador: E aí também dou uma resposta à Sra. Deputada Marta Matos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, só referindo que o Partido Socialista acha sempre que está tudo mal, qualquer área de governação está sempre mal. Nas eleições quem fica mal é sempre o PS. Mas só para

referir que os apoios já publicados, contempla, entre outras, 5 filarmónicas da sua ilha - a União Ribeirense, a Lira Fraternal Calhetense, a União Artista, a Liberdade Lajense e, já agora também, a Recreio Santamarense que até julgo é da sua freguesia.

Deputada Marta Matos (PS): Já pagaram esses apoios? Só está no papel!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, até aí a sua freguesia, a tal que teve mais de 1 milhão de euros inscritos para a construção do museu naval sem que nunca tenham posto lá uma pedra, também é a filarmónica da sua freguesia que foi contemplada nos apoios que já estão publicados.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputada Marta Matos (PS): Apoios no papel não servem de nada!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Alguns dos meus amigos têm-me feito uma crítica curiosa que é “ó Pacheco, então tu és ligado ao mundo cultural e às vezes falas pouco de cultura”. E eu tenho dado a resposta: eu não vou fomentar o conceito de cultura que se anda a alimentar nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Então qual é o seu conceito de cultura?

O Orador: O meu conceito de cultura é precisamente ao contrário duma senhora do seu partido que diferenciou a *grande cultura* e a *pequena cultura*. Isto aconteceu.

Deputado Carlos Silva (PS): Então qual é o seu conceito de cultura?

O Orador: Isto não existe, aliás podem ver os conceitos, podem ler, o que existe é **cultura**; depois, dentro da cultura podemos diferenciar o que é a

popular, a erudita, enfim, há uma série de coisas.

O que é que estamos a dizer com isto?

Nós estávamos a dizer que alguns petulantes da cultura que fazem umas coisas que nem ao menino Jesus interessa, são acarinhados, embelezados e *regados* com muito dinheiro. E um pobre pelintra dum miúdo da Horta, com os seus amigos, que quer fazer uma banda ou quer fazer uma encenação, esse não, esse é da *pequena cultura*; e depois há cultura dos *coitadinhos*, que é a cultura das filarmónicas, *coitadinhos é da nossa tradição*, não;

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quem é que diz isso?!

O senhor é que diz!

Deputado António Lima (BE): Não há cultura boa nem má!

O Orador: Não há cultura boa ou má.

Os senhores do Bloco de Esquerda é que têm a ousadia e a arrogância de achar que uma série de culturas...

Deputado António Lima (BE): Oh Sr. Deputado... não vale a pena!

O Orador: Eu não vou para coisas que eu considero – perdoem-me a expressão – palhaçadas!

Eu não gosto dessa diferenciação, tudo tem que ser medido com o retorno para a sociedade. Se o Estado mete lá dinheiro tem que haver retorno para a sociedade e esse retorno não pode ser para cinco *gatos pingados* a fumar umas coisas dentro duma garagem! Isso eu não aceito! Eu não posso aceitar!

E também não posso aceitar que se ande a patrocinar festivais e que no dia a seguir eles vão fazer cruzeiros para o raio que os parta! desculpe Sr. Presidente, mas incomoda-me bastante que vão usar o dinheiro dos contribuintes, cobrar bilhetes à entrada e que só fazem o festival se a Sra. Secretária lá puser o dinheiro.

Isto é completamente errado, porque eu vejo nas freguesias, vejo

filarmónicas como a da Vila Nova com o palco a ruir, como vejo noutras freguesias onde as filarmónicas já desapareceram. Criou-se um problema grave nas filarmónicas, começaram a pagar músicos, porque que já não se tinha, e isso foi o maior cancro; como já não há teatros; já não há pintura; há uns iluminados, como eu ontem disse, há uns senhores que escrevem livros cheios de letras e que não têm nada que interesse para ler ali dentro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o senhor é que vai decidir isso?

O Orador: Só servem para enfeitar a estante ou então algum móvel que esteja mais tombado a gente pôr por baixo.

Eu cá gosto de cultura que me seja útil e que eu possa oferecer aos meus amigos e aos meus filhos. E há coisas aí que os senhores defendem a respeito dos agentes culturais, eu peço desculpa, mas os senhores não estão a defender os agentes culturais, os senhores estão, sim, a defender um *grupinho de meninos* que vivem à custa dos impostos contribuintes com a palavra **cultura**. Isto é inaceitável!

Cultura, sim, transversal para todos, para alegrar as gentes, mas que também que cause o menor dano possível ao contribuinte e o que eu tenho visto é que tudo isso causa um dano.

Vir falar de livrarias ou de editoras que fecham, é a mesma coisa que dizer que os jornais só podem sobreviver se o Governo puser lá o dinheiro. Fechem-se os jornais, feche-se tudo! O que não sobrevive na sociedade, não pode ser empregado do Estado, não pode ser moço de recados do Estado.

Como eu disse ontem, livrarias onde só se publicava os amigos dos políticos, os parentes dos políticos e os *adorantes* dos políticos, isso para mim não é uma livraria, isso para mim é, sim, a Venezuela.

Na Venezuela é que se faz assim: és meu amigo, tens direito a tudo. Não és meu amigo, não tens direito a nada!

Ou nós mudamos isso, Sra. Secretária, e olhamos para a cultura de forma

muito lata, para não ser como a tal petulante do PS que eu ouvi: a *grande cultura* e a *pequena cultura*.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Tem a Palavra a Sra. Secretária Regional da Cultura, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima: Vamos por partes.

Quanto à questão dos equipamentos e das infraestruturas culturais nos Açores, pois nós confrontámo-nos com uma situação em que em paralelo com edifícios nalguns casos subdimensionados, tivemos outros com um desinvestimento atroz no que concerne à sua conservação. E isso implica uma ação do Governo dos Açores nesse acompanhamento das obras de recuperação que devem ser feitas. Mas não devemos descurar o investimento que é feito, também nessas infraestruturas, com alguns equipamentos em que se inauguraram os edifícios e que se esqueceu o conteúdo. E foi este Governo que equipou o museu Francisco Lacerda, foi este Governo que acabou de equipar o Atlântida Cine em Sta. Maria, é este Governo que também está a tratar do equipamento do museu em Sta. Maria. E, sim, este é um ano difícil, qualquer trabalhador, qualquer técnico nos setores da administração pública pode atestar a dificuldade que teve numa gestão em 6 meses por duodécimos e uma convergência...

Deputado Carlos Silva (PS): Já são 4 anos difíceis.

A Oradora: ... depois, para um orçamento em que na cultura nós tivemos aumentos nos apoios culturais e foi preciso redefinir em termos de contas e

da avaliação que era feita na devida cabimentação para as atividades.

Nesse exato sentido, foram as várias declarações que prestei - porque não me “escudo” Sra. Deputada Marta Matos – e expliquei esse processo, reconhecendo que é um ano difícil nessa medida. Está tudo a correr bem; muito devo aos nossos técnicos pela rapidez do seu processamento, atendendo à data em que conseguiram começar a processá-lo.

Quanto ao RJAAC, é verdade Sr. Deputado, está obsoleto, tem formulários e critérios que estão definidos na legislação há já uma década. Pois, fomos nós que começámos um processo de revisão desse processo, veja-se, colocámos em auscultação pública; veja-se, reunimos com agentes culturais para obter o seu parecer para termos a certeza de que ele vai ao máximo, em conformidade com as suas pretensões. E, aliás, ainda a semana passada fizemos uma reunião com agentes culturais, em cada uma das nossas ilhas, com uma componente presencial e outra online, precisamente para discutirmos e avaliarmos o processo de candidaturas aos apoios culturais, porque aquilo que nós não podemos compactuar e que definimos desde o início, é que nós queremos apoios que sejam absolutamente transparentes...

Deputada Marta Matos (PS): Levaram 4 anos a avaliar o processo de candidaturas.

A Oradora: ... e, para que isso aconteça, é preciso olhar e atentar ao processo. E há dificuldades a nível do processo e das candidaturas dos processos, e para ajudarmos os agentes culturais - não estamos de costas voltadas aos agentes culturais, Sra. Deputada...

Deputada Inês Sá (PS): Eles são mentirosos, querem ver?!

Deputada Marta Matos (PS): As palavras são deles, Sra. Secretária!

A Oradora: ... reunimos com todos, eles em todas as ilhas, a prestar o apoio que eles precisam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas mais, Sras. e Srs. Deputados, a primeira tarefa que fizemos foi acabar com a precariedade laboral que havia na cultura. Alguém falava nisso?!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Precariedade total nos serviços externos da responsabilidade do Governo.

Tínhamos mais de 100 trabalhadores em regime precário com avenças. Estão todos integrados nos nossos serviços.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Com aumento de remunerações, porque nós tínhamos técnicos superiores a receberem 900 euros brutos por mês.

Isso é remuneração que se conceda a um técnico superior?!

Para além disso, quando falamos dos apoios culturais e da ação cultural, esta não se restringe aos apoios culturais. Ou seja, e para terminar, quando mencionamos apoios culturais **do Governo**, eles não vêm só do departamento da cultura, há uma série de outros departamentos que em convergência - nalguns casos a educação, em muitos casos também o turismo e a própria Presidência do Governo dos Açores - que apoiam e conferem apoios aos nossos agentes culturais. Mas se vamos por aí, também no que concerne a valores, em 2019 o Governo de então apoiou com o RJAAC em pouco mais de 700 mil euros, em 2024 nós estamos a

apoiar em quase 1 milhão e 400 mil.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputada Marta Matos (PS): É isso que eu digo: governam sempre a olhar para o partido socialista!

Deputada Inês Sá (PS): Em 2000 e carqueja quando era sindicalista não falava assim!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Apoio também extensivo às nossas filarmónicas que têm uma tarefa e um trabalho fundamental, em cada uma das nossas freguesias e que passam a ter um aumento muito significativo de 200 mil para 300 mil euros de apoio, que lhes permite fazer face a despesas correntes, despesas com maestros e despesas também para atividades.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Só tem 3 minutos.

(* Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Liberalize-se a cultura”, Sr. Deputado Pedro Pinto, muito bem dito.

Quando assunto cultura é trazido a esta câmara, principalmente quando é trazido pela esquerda, é sempre de apoios que falamos. E ficou bem claro,

pela intervenção agora da Sra. Secretária Regional, “é para ser tudo igual, se davam 700, nós damos 1 milhão e 400 mil!”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é igual!

O Orador: É pior, é o dobro!

Não valeu de nada a Sra. Secretária Regional ter ouvido o Sr. Deputado Joaquim Machado. É pior, é o dobro, não é igual ao que o Partido Socialista fazia, é pior, é o dobro!

Este é o grande risco da cultura, o grande risco da subsidiação da cultura é condicionar, é canalizar o pensamento dos agentes culturais.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Oh Sr. Deputado!!

A Oradora: E este é que é o drama da subsidiação da cultura. Não é preciso ir muito longe, só temos que andar um século para trás e ver o que aconteceu na China e o que está a acontecer nos outros países onde isso é feito, como a Coreia, a Venezuela, etc., etc.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Ah nos EUA não se apoia a cultura?!

O seu liberalismo é do século XVIII!

Deputado Pedro Neves (PAN): A Polónia, a Áustria...

O Orador: Quanto mais dependência e quanto mais os agentes culturais dependem dos apoios públicos, mais são condicionados no seu passado porque, por exemplo, aquele caso que aqui trouxe a Sra. Deputada Marta Matos, nunca se queixou no tempo do Partido Socialista da falta de apoios.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Por isso mesmo é que temos um regulamento.

O Orador: Outros editores, neste momento, não se queixam do PSD, do CDS e do PPM por falta de apoios. E este é que é o risco quando nós temos um sistema desta natureza que é discricionário e que condiciona a atividade cultural à subsidiação.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*):

Por isso mesmo é que temos um regulamento.

O Orador: Viva a liberdade!

Diz o Sr. Deputado Joaquim Machado, e bem, que a atividade cultural deve ser livre.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(*Paulo Estêvão*): E é!

O Orador: Deve ser livre.

O que acontece na Região Autónoma dos Açores é que não é livre! E há centenas de exemplos que eu poderia dar sobre essa matéria.

Deputado Pedro Pinto (*CDS/PP*): Não apoiado!

O Orador: E olhe eu já falei hoje num e não vou voltar a falar, porque sei coisas que não posso dizer!

(Apartes impercetíveis trocados entre o Deputado Nuno Barata, e alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No encerramento desta declaração política, não posso deixar de assinalar que se com esta declaração política se pretendeu, de certa modo, fazer um debate ideológico sobre o qual deve ser o papel do Estado na cultura.

São curiosas as posições que aqui são expressas. Desde logo, elas são contraditórias. O Sr. Deputado Joaquim Machado não quer o Estado ou a Região na cultura, diz que aquilo que nós referimos sobre atrasos e a falta política cultural, é uma coisa *venezuelana*, mas é tão venezuelano, Sr.

Deputado, como o antigo líder do PSD, Duarte Freitas, quando dizia “O PSD quer apoios públicos para a promoção da cultura no exterior”. É tão *venezuelana* como Duarte de Freitas, o seu antigo líder e atual Secretário Regional das Finanças.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja politicamente sério!

O Orador: É tão *venezuelano* como o atual Diretor Regional das Comunidades que quando era deputado do PSD, dizia que o “Governo Regional não cumpre a lei dos apoios culturais – acusa PSD”. É tão *venezuelano* quanto isso. Por isso, quando se diz que “o Bloco de Esquerda é venezuelano”, eu devolvo a acusação e digo que é tão *venezuelano* como o senhor!

Sr. Deputado Nuno Barata, então quer libertar a cultura dos apoios públicos, dos subsídios, do controlo?

Deputado Nuno Barata (IL): Quero libertar os açorianos de dívida!

O Orador: Quer libertar toda a sociedade açoriana dos subsídios.

Mas não foi o senhor que propôs, e até foi aprovado e está a ser cumprido, um apoio aos armadores para a substituição de frotas, que se designa por SIFROTA e que, pelos vistos, já atribuiu umas (largas) centenas de milhares de euros a armadores na Região. Aí não há controle, aí a Região já pode intervir para atribuir apoios à produção cultural livre, em que são os produtores culturais a decidir que cultura é que fazem e que nós não podemos, como é óbvio, decidir que cultura é melhor do que a outra. E, sim, Sr. Deputado José Pacheco, os livros têm letras, têm todos de ter letras e os autores são livres de pôr as letras que quiserem.

Deputado José Pacheco (CH): Haja pachorra!

O Orador: E, Sra. Secretária, muito sinceramente, se o seu discurso e a sua intervenção tivesse sido feita em 2021, como é óbvio, nós teríamos de dar todo o benefício da dúvida...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(*Paulo Estêvão*): Nunca deu!

O Orador: ... do tempo que teria para fazer e cumprir aquilo que diz que vai cumprir.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(*Paulo Estêvão*): Oh Sr. Deputado isso é falso!

O Orador: Mas quando já passaram 4 anos...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(*Paulo Estêvão*): 3 anos e 10 meses.

O Orador: ... e quando se diz novamente que os problemas existiram e existem no pagamento com atrasos nos processamentos, na confusão, nas dificuldades nas candidaturas, são problemas que se devem a um ano atípico, nós não podemos acreditar, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*):

Isso quer dizer que o senhor deputado vai aprovar o orçamento?

O Orador: Há problemas que vêm de trás, de 2021, 2022, 2023...

Deputado Pedro Pinto (*CDS/PP*): Seja sério, comece um bocadinho mais atrás!

O Orador: ... e o orçamento para as atividades culturais, “agora é que é”, agora é que vamos chegar a mais de 1 milhão de euros”, quando o ano passado não executaram metade. Por isso, esse é um problema sério, com o Governo a dizer, por um lado, que faz (e não faz), que vai pagar (e não paga) e, de facto, a política cultural limita-se pouco mais do que gerir (nem sempre bem) os espaços culturais que existem na Região, sendo que muitos deles são de grande qualidade, e se limita pouco mais do que atribuir apoios que são importantes, mas nem é isso que o faz.

É preciso muito mais que isso.

É preciso uma política cultural que não só seja muito mais vasta e com um orçamento muito mais forte, mas que também garanta que aquilo que é prometido é cumprido. E não tem sido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado.

Está encerrada a declaração política.

Estão encerrados os nossos trabalhos da parte da manhã.

Às 15 horas iniciamos com o ponto 15 da nossa agenda.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados muito boa tarde.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 5 minutos.

(O Deputado Lubélio Mendonça retomou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Tal como informei antes da hora de almoço, vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto 15 da nossa agenda - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII** – “Determina a aplicação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, com as necessárias adaptações”. Trata-se duma Proposta do Governo.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social para justificar a urgência.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

O Governo apresenta hoje com urgência esta alteração ao DLR que está em vigor, numa perspetiva de dar uma resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde que veem a sua situação ainda por resolver.

Trata-se de uma situação que, desde a altura da pandemia, já se arrastava, tendo-se agravado naturalmente com o período da pandemia. E pese embora haja um regime de excecionalidade em vigor, a situação não está ultrapassada.

Reconhecendo toda esta situação e a necessidade de dar uma urgente aos nossos utentes, propomos esta alteração ao DLR, por forma a que seja mais fácil conseguir-se convocar dois médicos que são necessários a acompanhar o delegado de saúde para a realização desta junta médica. Recordo que, neste momento, estes dois médicos terão de vir naturalmente da unidade de saúde de ilha onde é composta a junta médica, o que faz com que por vezes sejam médicos do âmbito da medicina geral e familiar, que têm de cancelar as suas para conseguir acompanhar o delegado de saúde na realização destas baixas, o que acaba por atrasar a realização das mesmas, uma vez que é necessário conjugar a agenda de três médicos diferentes.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda considera que esta é uma matéria que de facto urge agilizar e resolver e iremos votar favoravelmente o pedido de urgência. No entanto, quero deixar uma ressalva até para o debate que se segue.

Esta matéria é de enorme delicadeza e, na nossa opinião, teria sido talvez mais prudente numa matéria destas em que somos chamados a nos pronunciar, não ficasse apenas pelo debate entre o Governo e os deputados dos diversos grupos e representações parlamentares, mas que tivéssemos também a oportunidade de obter outras informações, através de pareceres ou audições mesmo com de carácter urgente, para uma melhor avaliação da proposta que o Governo Regional apresenta e sobre a qual somos chamados a pronunciar-nos, bem como assumir a responsabilidade por aprová-la ou não.

Nesse sentido, deixo esta ressalva, não querendo modo algum obstaculizar a urgência que o Governo considera que há neste assunto, mas consideramos que todos ficaríamos mais confortáveis com a nossa decisão, se tivermos pareceres de outras entidades que estão envolvidas neste assunto.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para que nos seja possível avaliar a urgência que que é pedida pelo Governo, gostaria de pedir apenas uns esclarecimentos adicionais sobre este diploma.

Pelo que percebi, a junta médica não é necessariamente constituída pelos médicos das unidades de saúde de ilha?

Em segundo lugar, é referido que existe a possibilidade da contratação de especialistas para avaliar a situação. Mas essa contratação tem que ser autorizada pela Sra. Secretária. Ora, nós achamos que isto não vai criar celeridade, pelo contrário, vai ser uma sobrecarga para si, todos as vezes que seja necessária aquela junta pedir a contratação de um médico

hospitalar, ter que vir à Secretaria para autorizar.

Por último, também não percebi porque é que são necessárias juntas em cada centro de saúde e não uma junta por unidade de saúde de ilha.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(* **Deputado José Toste (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS naturalmente votará a favor da urgência. Nós percebemos os motivos que subjazem ao pedido aqui formulado pelo Governo Regional, designadamente no que diz respeito à adaptação duma alteração legislativa que tornará o procedimento mais eficiente e ágil, no entanto existe também um outro fundamento que se prende com o atraso nas juntas médicas para avaliação de incapacidade de pessoas com deficiência.

A título de esclarecimento, gostaria só de interrogar o Governo Regional, no sentido de perceber da grandeza deste atraso, fundo, qual é o atraso que se verifica?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é a seguir. Agora é a urgência.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, é agora!

O Orador: Não é a seguir, é agora, porque isto justifica a urgência.

Portanto, se forem muitos os utentes em atraso, é mais urgente; se forem menos os utentes em atraso, é menos urgente.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ah quer avaliar o grau da urgência?!

O Orador: Nós achamos que é urgente.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ah já não são pessoas?! Dantes é que eram pessoas!

O Orador: Já é pessoal agora já não é para Uma questão de coerência.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado José Toste.

Muito obrigado aos Srs. Deputados por permitirem.

O Orador: Há aqui apenas uma necessidade de clarificação da fundamentação, ou seja, no fundo, interessa ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, verificando que o Governo fundamenta com a existência de atraso, saber quantos utentes têm a sua junta médica atrasada e qual o número de dias de atraso, o número de meses de atraso, o número de semanas de atraso.

Uma terceira questão, porque acho que no âmbito da atividade do Parlamento é legítimo colocar questões ao Governo, é a de saber se no âmbito da elaboração desta proposta, foram ouvidas algumas outras organizações externas ao Governo Regional, nomeadamente a Ordem dos Médicos e outras relevantes?

Obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro e Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretária: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social para a apresentação do diploma.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passamos então, efetivamente, ao debate e ao período em que eu apresentarei a proposta para esclarecer algumas das questões que foram aqui colocadas.

Em vigor está um DLR de 1999 que terá naturalmente cumprido a sua função, tendo sido aprovado na altura por unanimidade, mas atendendo à situação atual que causa constrangimentos, sobretudo aos utentes que estão a aguardar, esta situação tem que ser superada.

Neste momento, existe o DLR que remete para a existência dum presidente destas juntas médicas, que naturalmente atendendo à especificidade da avaliação que é feita a estes utentes, é presidida pelo delegado de saúde na maioria das ilhas, ou por médicos de saúde pública, no caso das ilhas de S. Miguel e Terceira, onde existem médicos com esta especialidade.

A acompanhar este presidente da junta, estão outros dois médicos que não têm nem especialidade de saúde pública nem são muitas vezes legados de saúde, no caso de existirem delegados de saúde em substituição, ou um segundo, poderão fazer-se acompanhar desta junta médica.

O diploma, tal como está em vigor, fecha a possibilidade dos outros dois médicos que acompanham o presidente da junta serem exteriores ao Serviço Regional de Saúde, ou seja, o que o diploma diz "é que têm de ser médicos das unidades de saúde de ilha, que compõem a junta; e quando não existirem nessa unidade de saúde de ilha, que se procure na unidade de saúde de ilha mais próxima. Como eu tive oportunidade de dizer na apresentação desta urgência, muitas vezes estamos a falar de médicos de medicina geral e familiar no âmbito de cuidados de saúde primários, isto é, que não têm obrigação nem sequer (muitos deles) competência em fazer este tipo de juntas médicas e acabam por desmarcar consultas de utentes para poderem acompanhar; ou então o que acontece, é que dão indisponibilidades, porque não é uma função no âmbito da sua

competência, fazendo com que as juntas sofram um atraso muito significativo. Isto aconteceu na altura da pandemia, em que naturalmente os delegados de saúde e os médicos em saúde pública foram recrutados para fazer face à exigência da situação - e bem – mas, e isso foi reconhecido a nível nacional, os utentes e as entidades empregadoras foram os penalizados.

Aquilo que se pretende com a alteração que é feita no Artigo 2º e também no Artigo 5º é que estas juntas possam eventualmente, no caso das ilhas Terceira e São Miguel que são as ilhas em que há o maior tempo de espera para estes exames, se possam constituir mais do que uma junta - por exemplo, trazer uma equipa constituída por um presidente que tenha a especialidade em saúde pública, ou seja, o delegado de saúde – mas que se possa fazer acompanhar por médicos que não trabalham no Serviço Regional de Saúde, como seja o caso dos médicos reformados que queiram dar a sua colaboração, e, assim, permitir que o funcionamento da junta não seja condicionado à disposição de três clínicos.

Portanto, aqui pretende-se abrir este leque, pretende-se que haja uma maior celeridade na realização das juntas, beneficiando naturalmente os utentes que infelizmente estão à espera.

A nível do Artigo 5º aquilo que é incluído são as taxas que já estão em vigor, mas que não estavam descritas no diploma antiga. Estas taxas são definidas por portaria, é algo que já está em curso, também da transparência decidimos incluir.

Em relação às juntas que estão em atraso, como já tive oportunidade de dizer, temos situações à data do dia 22 de julho, mais gravosas no concelho de P. Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta.

Todas estas situações correspondem a cerca de 1500 utentes à espera. E é por isso que é urgente resolver esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(* **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho insistir no pedido de esclarecimento sobre a questão da contratação dos especialistas precisarem de autorização da tutela. E também a necessidade forçosa de juntas por centro de saúde e não por unidade de saúde de ilha.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(* **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedindo desculpa à câmara por ter colocado um conjunto de questões num momento em que não era possível obter respostas do Governo e agora, aberto o debate, volto a reformular as questões que não foram objeto de resposta naquele primeiro momento.

A primeira tem que ver com saber se o Governo auscultou alguma entidade terceira, designadamente a Ordem dos Médicos aquando da elaboração da proposta que aprovou em Conselho do Governo e que agora traz à aprovação desta Assembleia;

A outra questão prende-se com o Artigo 5º que já foi referido pela Sra. Secretária e que visa clarificar um conjunto de taxas que são já aplicadas neste momento, mas que não se encontravam vertidas no diploma atualmente em vigor, portanto a minha questão é no sentido de se saber se estas taxas vão manter-se inalteradas ou se, no seguimento da aprovação deste diploma, haverá um aumento das taxas aplicadas ou não?

Coloca-se também a questão da existência de juntas médicas em cada um dos centros de saúde, sendo que a pergunta que coloco ao Governo é se

estão garantidas condições de operacionalizar esta norma, implementando após a publicação deste diploma, a criação de uma junta médica em cada um dos centros de saúde da Região Autónoma dos Açores, não sendo esta uma norma meramente programática, mas sim para aplicação efetiva.

Neste momento, estas são as questões que se levantam relativamente à apreciação do diploma. Referir apenas nesta câmara que este é um diploma que adapta uma alteração legislativa feita em 2024, naquele tempo – usando a terminologia do Governo - “os tempos socialistas da República” e que muito têm contribuído para agilizar as juntas médicas aos nossos utentes e em boa hora o Governo Regional apresentou uma proposta para adaptar estes mecanismos de agilização à Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária da Saúde:

Saúdo-a por esta iniciativa que desburocratiza e facilita a vida não só o Serviço Regional de Saúde, de não só o funcionamento das juntas médicas, mas principalmente a vida dos utentes que estão a espera destas soluções.

Eu percebo que às vezes é preciso dizer umas coisas para não parecer que vamos votar a favor disto, só porque concordamos totalmente, mas há uma coisa que anda aqui a incomodar-me – para não usar outro termo – já há bastante e que é esta obsessão

com as corporações. Temos que ouvir sempre as corporações.

Por um lado, *25 de abril sempre*, por outro, vamos ao salazarento momento das corporações, ao estado corporativo do Salazar sempre

consultar as opiniões.

E devo dizer que nesta matéria específica, fosse qual fosse a opinião da Ordem dos Médicos, do Colégio da Especialidade da Saúde Pública, fosse qual fosse a opinião desta classe, eu votaria ao lado do Governo Regional, porque está a meter-se pelos olhos dentro que uma legislação de 1999 não pode estar atualizada e que não permite a agilização de processos que os dias de hoje exigem.

Por isso, mais uma vez, saúdo a Sra. Secretária Regional da Saúde e o Governo Regional dos Açores, por esta iniciativa. São mais iniciativas como esta (pequenas, ainda por cima) que mudam pouco, mas que fazem toda a diferença na vida dos cidadãos.

Viva o liberalismo!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD e fazendo minhas algumas das palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, efetivamente parece-me ser uma proposta demasiado virtuosa para lhe encontrarmos defeitos. E, portanto, é uma proposta do Governo Regional no âmbito das suas funções.

Julgo que não se justificam estas audições que parece que vêm atrás de uma ideia de retardar ou atrasar processos. É uma atitude a que este Governo de Coligação já nos tem habituado, ou seja, resolver e ultrapassar os problemas. É uma adaptação àquilo que é o enquadramento legal que é nacional, que foi ao longo do tempo sofrendo alterações para se ajustar e atualizar a uma realidade quer em Portugal continental, quer em particular, aqui na Região Autónoma dos Açores e não mais esta esta proposta nos traz do que isso. Dar celeridade aos processos, facilitar, simplificar. por forma a dar resposta às pessoas.

Esta é uma matéria também que extravasa o âmbito da saúde de alguma forma, porque acaba por ter vantagens quer do ponto de vista social, porque permite aos utentes o acesso a apoios que estão previstos na lei e protege efetivamente aqueles que mais precisam. Também contribui para a economia, uma vez que acaba por evitar ou corrige aquilo que possam ser alguns usos indevidos dos recursos do Estado.

Portanto, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PSD, entendemos que esta é uma medida que vem em boa hora, face aos argumentos já aqui apresentados pela Sra. Secretária, dando nota de que os restantes Srs. Deputados já terão recebido. O Grupo Parlamentar do PSD, CDS e PPM entenderam por bem apresentar uma proposta de alteração sobre a qual, a seu tempo e oportunamente, poderemos falar. E, portanto, é nossa opinião que este diploma deverá entrar em vigor o quanto antes.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN obviamente apoia esta iniciativa da parte do Governo, tendo em conta também as listas de espera que nós temos já há bastante tempo, pese embora que o Governo já tenha dito isto desde o ano passado, e voltou a dizer em janeiro de 2024, mas pronto, aqui temos a iniciativa para conseguir reduzir as listas de espera relativamente às juntas médicas. Mas eu tenho uma pergunta para Sra. Secretária que tem a ver com a fiscalização de baixas fraudulentas, isto é, se estão a pensar nisso?

Também sobre os médicos contratados, quais são os critérios e tendo em conta as necessidades por cada ilha, em termos de estimativa, quantos médicos é que está a pensar em contratar em São Miguel, Terceira e Faial, que é onde as listas de espera são maiores.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder a todas as questões colocadas pela Sra. Deputada Hélia Cardoso, nomeadamente ao nível da nomeação da junta por centro de saúde, como já está implementado, as juntas por centro de saúde - e não pela unidade de saúde - dizem respeito ao facto de terem que ser convocadas pelo concelho de residência do utente. Por exemplo, no caso de São Miguel, há 6 delegados de saúde, cada um deles associado a um concelho e um utente do concelho da Povoação, ou de Vila Franca ou da Ribeira Grande que naturalmente fará esta junta no respetivo concelho. Portanto, é a legislação que está assim definida e que não faz sentido agora alterar.

A nível da contratação de especialistas, confesso que fiquei um bocadinho surpreendida pela sua questão, porque acho que esta contratação deve ser autorizada pelo membro de Governo com competência na matéria, não vai atrasar naturalmente a realização das juntas, mas é preciso haver aqui algum controlo, nomeadamente sobre o número o número de médicos a contratar, o valor que é pago e a despesa que está associada à realização destas juntas, até porque o que nós pretendemos não é tornar este mecanismo *ad aeternum*. Nós reconhecemos que se calhar numa fase inicial tem de haver uma equipa dedicada a este tipo de juntas médicas, para resolver o problema das pessoas que estão à espera há mais tempo, mas no futuro, não quer dizer que de forma sistemática os delegados de saúde e as equipas que os ajudam deixem de fazer este tipo de atitude. Eu enquanto membro do Governo responsável pelo setor da saúde, quero ter conhecimento de toda a situação e do número de médicos que que está a

ser contratado, assim como o valor que será pago a cada um deles para este efeito.

Em relação à audição da Ordem dos Médicos, apesar de reconhecer a sua mais-valia, nesta situação em particular, eu penso que a Ordem dos Médicos não terá que pronunciar-se, pelo contrário, a pronúncia deveria talvez acontecer pelo facto de ter médicos sem competência na realização de juntas e que até agora estiveram a fazer e essa pronúncia nunca aconteceu.

Portanto, Sr. Deputado, o que eu acho que deve acontecer é naturalmente arranjar mecanismos que facilitem a vida aos utentes. Estamos a falar de médicos de medicina geral e familiar, que muitas vezes já nos fizeram chegar inclusive diretamente a mim, a sua insatisfação por fazerem algo que não é da sua competência.

Felizmente, há médicos que gostam de fazer este tipo de ações, há médicos que, por iniciativa própria, tiram pós-graduações em avaliação de dano corporal e, portanto, isto é algo que o Governo não pode propriamente *impingir*, mas que advém naturalmente do gosto pessoal de cada um dos clínicos.

Em relação às questões das taxas, elas já estão em vigor há algum tempo, são praticadas também a nível de Portugal continental e até no caso da Região, tem um valor consideravelmente inferior àquilo que ocorre a nível nacional.

Relativamente aos médicos contratados, conforme tive oportunidade de dizer, esta situação felizmente não acontece em todos os concelhos da nossa Região. Já tivemos também oportunidade de aferir junto a Ordem dos Médicos no passado, se efetivamente havia clínicos disponíveis para virem dar essa ajuda de forma voluntária. Aquilo que nós pretendemos é constituir equipas de três, também tenho a sensação, ou melhor a confirmação, de que se forem equipas mesmo que venham do exterior,

mas com experiência neste tipo de ações, conseguem fazer um número considerável de juntas por períodos, ou seja, se houver de facto uma equipa que venha cá pontualmente e que consiga fazer 100, 200 ou 300 juntas, aqui o importante é, sobretudo, dar a resposta àqueles utentes que estão há sensivelmente 6 meses, ou nalguns casos há mais tempo, à espera. E eu acho que isso é que é de facto o mérito desta iniciativa, isto é, conseguir dar uma resposta célere a algo que já tem um atraso muito considerável.

Em relação às baixas fraudulentas, eu não consegui perceber o que em que sentido foi a sua pergunta, ou seja, confesso que deixou a questão no ar, mas não a materializou de forma concreta e, portanto, eu não consegui perceber de todo.

Sobre baixas fraudulentas, há um requerimento que está por responder nesta Assembleia. Penso que isso, sim, é um problema que continua a afligir a Região Autónoma dos Açores, não há como negar, e também de forma muito direta, acho que deve ser trabalhado a vários níveis, só do ponto de vista das inspeções regionais, quer da própria ação inspetiva a nível ISSA que não avalia a doença propriamente do utente, avalia sim se cumpre ou não as questões relativas ao subsídio da doença; depois temos a Inspeção Regional da Saúde que aí sim pode avaliar a doença do utente e, se for caso disso, pode progredir para uma queixa, por exemplo, a nível do Ministério Público. Acho que também aqui é importante que haja alguma sensibilização, que não deve ser feita pelo Governo, porque este não vai ingerir-se propriamente nas ações dos médicos, mas aí sim talvez a Ordem dos Médicos pudesse ter um papel, no sentido de alguma pedagogia. E, claro, essa é uma situação em que se o Governo puder intervir, naturalmente vai intervir.

Para terminar, gostaria de dar nota de que desde que este Governo tomou posse, esta situação das baixas que ocorre não só a nível da segurança

social, porque temos várias modalidades, temos baixas que são da responsabilidade da segurança social e que, infelizmente, essa responsabilidade foi passada para cima das unidades de saúde de ilha que mais uma vez tem que destacar médicos do âmbito dos cuidados de saúde primários para fazerem estas baixas.

Posso dar nota de que já tentámos junto do Instituto de Segurança Social a nível nacional, para que houvesse aqui um reforço, uma vez que essa competência não deve recair sobre as unidades de saúde de ilha, sob pena de prejudicar o trabalho no âmbito dos cuidados de saúde primários.

Também a nível da ADSE, mais uma competência que é passada para a Região quando não devíamos ser nós a assumir essa competência, mas graças a uma alteração de um decreto regulamentar que foi feito no passado mês de agosto de 2023 - entrou em vigor a 1 de outubro de 2023 - foi possível realizar mais de 3 mil juntas da ADSE. Este é um número bastante significativo com recurso a médicos reformados do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, há aqui várias fontes de recursos humanos que podem ser potencializados. É também por isso que trazemos aqui este diploma, porventura para dar uma melhor resposta e, neste caso, reduzir o tempo de espera dos nossos utentes.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Avaliamos como muito positiva esta iniciativa do Governo que vem dar solução a um problema que se vem a verificar já há bastante tempo e que foi agravado, obviamente, disrupção causada pandemia.

Esta questão dos atestados médicos é muito importante e merece da parte deste Parlamento a nossa melhor atenção. E, portanto, devemos obviamente resolver esta questão o mais rápido possível, porque o que se passa é que há um número considerável de açorianos que necessita e estão à espera há demasiado tempo de um atestado de incapacidade multiusos.

Sendo assim, não podemos aceitar a crítica ao Partido Socialista quando pretende colocar mais dificuldades e areia na engrenagem...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fez-se uma pergunta, mais nada!

O Orador: ... sugerindo que se ouça a Ordem dos Médicos para atrasar a implementação deste diploma, quando ele não é mais do que a transposição de um decreto-lei nacional para o ordenamento jurídico regional. E, portanto, tendo havido já a publicação do decreto-lei a nível nacional, seguramente que todas as ordens profissionais envolvidas foram ouvidas. Aliás, se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ler o articulado da proposta do Governo, perceberá...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é um disparate!

Qual transposição?!

O Orador: ... que grande parte do que aqui está escrito é uma cópia do nacional, evidentemente não na parte que diz respeito às entidades regionais e de competência do Governo da Região.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não sabe o que está a dizer - tão simples como isso!

O Orador: Eu compreendo o vosso incómodo, porque lá está, o Partido Socialista está aqui numa situação em que não pode politicamente admitir que concorda com a proposta do Governo e, por isso, tem que arranjar aqui um discurso que de certo modo possa permitir-lhe politicamente justificar um voto que não seja um voto favorável. Percebemos essa dificuldade política, mas na realidade nós não temos aqui um diploma que é uma opção política.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É sempre uma opção política.

O Orador: Nós temos aqui um diploma que é uma coisa bem prática para resolver um problema premente de muitos açorianos, tal como a Sra. Secretária disse, mais de 1500 açorianos.

Portanto, trata-se duma coisa bem mais prática do que propriamente política.

Relativamente a alguns pormenores da redação deste diploma, e o CDS apresentará uma proposta de alteração, indo de encontro às suas palavras que é resolver esta questão rapidamente, duma forma transitória, e não eternizar depois esta situação.

Portanto, relativamente ao n.º 5 do Artigo 2.º, achamos que esta contratação dos médicos especialistas, deve-se introduzir aqui na redação que é feita de modo transitório e excecional, indo até um pouco ao encontro daquilo que é a própria redação do diploma nacional.

Quanto aos procedimentos, nós achamos que o n.º 3 do Artigo 3.º merece uma clarificação naquilo que é a sua redação que diz respeito à emissão do respetivo atestado médico; desta redação parece resultar uma espécie de obrigatoriedade de emissão do atestado médico findo o exame. Ora, pode resultar da junta médica a não emissão de um atestado médico e, portanto, a proposta de alteração que fazemos é exatamente no sentido de clarificar essa eventual possibilidade de má interpretação.

Quanto aos recursos a que o utente pode ter direito, achamos que no n.º 2 devemos introduzir um prazo, para que o presidente do conselho de administração volte a convocar uma segunda junta médica de recurso e, nesse sentido, propomos que esse prazo seja de 30 dias.

Concluindo, são estas as propostas de alteração que submetemos ao diploma, achamos que vêm dar mais coerência à sua aplicação, esperando, assim, que dentro de 1 ano a Sra. Secretária nos possa trazer boas notícias, no sentido de que todos estes cidadãos que agora ainda se encontram à

espera duma junta médica, já tenham o seu problema resolvido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A demasiado tempo que as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades imensas na nossa Região e sem a devida atenção ou apoio por parte dos governos que nos antecederam.

Essas dificuldades não se limitam apenas às barreiras físicas e sociais, mas também ao fardo invisível que recai sobre os seus cuidadores que tantas vezes são esquecidos.

Reconhecemos que há muito trabalho por fazer nesta área. E é exatamente por isso, que este Governo Regional coloca as pessoas no centro da ação, com o compromisso de avançar de forma significativa no apoio a estas famílias e na construção de uma sociedade mais justa.

É por isso que dotou cerca de 5 milhões de euros exclusivamente ao apoio aos públicos com necessidades específicas.

Preferiu a criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Investiu na reabilitação do Centro de Apoio à Deficiência – Aurora Social.

Criou a estratégia regional para a inclusão das pessoas com deficiência nos Açores já submetida a consulta pública.

Minhas senhoras e meus senhores, poderia enumerar muitas mais medidas, mas julgo que está à vista o trabalho empenhado e rigoroso que está a ser feito nesta área.

Hoje, debatemos a avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência, para fins de acesso a medidas e benefícios garantidos por lei. Apelo à vossa compreensão do impacto e urgência desta proposta do

Governo.

Na nossa Região há um número crescente de pessoas que aguardam das suas incapacidades. Estes atrasos resultam numa injusta demora no acesso a direitos fundamentais que tem como objetivo proporcionar qualidade de vida e igualdade para aqueles que enfrentam barreiras adicionais no seu quotidiano.

O presente diploma visa tornar o processo de avaliação mais eficiente e ágil.

Ao aprovarmos esta proposta, garantimos que a burocracia não seja um obstáculo à justiça social, mas sim avaliada na proteção dos mais vulneráveis. Estamos a falar de garantir o acesso a benefícios e apoios que não são privilégios, mas sim direitos de todos aqueles que enfrentando a deficiência, dependem da nossa ação para viver com dignidade e igualdade de oportunidades.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à urgência desta matéria, ainda há pouco o referi, ela é bastante clara.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende aplicar à Região o Decreto-Lei 202/96, na sua redação atual, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei.

Ora, tal como referi, este Decreto-Lei já teve várias alterações ao longo dos anos. E, de facto, o período da pandemia trouxe um constrangimento óbvio que a nível nacional foi mais do que evidente e nos Açores também, o que levou à aprovação na Assembleia da República da Lei nº. 14/2021

que aprovou um procedimento especial para a emissão de atestados médicos de incapacidade multiusos que previa (e prevê ainda) que para doentes oncológicos diagnosticados com incapacidade superior a 60%, estejam dispensados de comparecerem a junta médica.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): E quem é que passa esse atestado?

O Orador: Ora, este regime excecional para doentes oncológicos foi mais tarde consolidado (já este ano) no Decreto-Lei nº. 15/2024 que é uma das alterações ao tal Decreto-Lei nº. 202/96 que é o ato legislativo original.

Esta adaptação de que nós estamos a falar, é a adaptação do Decreto-Lei original, com alterações subsequentes.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não há adaptação!

O Orador: Nesta proposta que estamos aqui a analisar, como já referi, era importante haver uma análise mais profunda, por isso terei que fazer algumas questões sobre as opções do Governo na adaptação à Região, questões essas que seria natural fazer em Comissão.

Ora, esta adaptação que o Governo propõe, não prevê o regime excecional para doentes oncológicos com grau de incapacidade superior a 60%..

Aquilo que gostaria de perguntar, Sra. Secretária, é qual foi a opção do Governo...

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vejo algum incómodo com a pergunta, mas sinceramente não percebo porquê, pois é uma pergunta legítima sobre a opção do Governo.

Gostaria de perguntar por que motivo o Governo não adaptou esta norma que existe no Decreto-Lei nacional?

É uma questão, julgo eu, importante porque para estes casos, a nível nacional, a junta médica está a ser dispensada; na Região tanto quanto é a

nossa interpretação, poderá estar errada, não será assim. Por isso, gostaria de perceber qual é a opção do Governo e qual é a sua explicação sobre esta matéria. À cautela, não sabendo qual é a explicação nem qual é a opção do Governo, nós apresentámos uma proposta de alteração que prevê isso mesmo, ou seja, nos casos de diagnósticos de doença com grau de incapacidade superior a 60%, o atestado ser emitido de forma automática, dispensando-se a comparência em junta médica, sendo que a Direção Regional de Saúde fica mandatada para publicar uma lista de situações que possam beneficiar deste regime excecional. São estas as questões que deixo, apresentando, desde já, qual é a nossa preocupação com esta matéria, tendo assim apresentado uma proposta de alteração, de modo também que possa ser votada caso seja efetivamente necessário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate desta proposta já vai algo longo, no entanto, tem sido apresentadas propostas por parte de todas as bancadas, colocadas questões e é importante, no âmbito da atividade parlamentar principal que é o legislar, nós vemos com atenção os diplomas que são apresentados perante esta câmara. E, neste trabalho de apreciação, naturalmente existem aqui momentos cuja análise entra num plano de tecnicidade que não deve ser visto como uma tentativa de encontrar problemas num diploma que é absolutamente consensual e, em nosso entender, será aprovado por unanimidade nesta câmara. Porém, é nosso dever tentar melhorá-lo. Relativamente ao Artigo 4º que diz respeito aos recursos, exige-se também uma alteração em relação àquilo que está em vigor na Região. Atualmente, o recurso hierárquico necessário da avaliação é dirigido ao Diretor

Regional da Saúde e com esta proposta, o recurso hierárquico necessário da avaliação de incapacidade passa a ser dirigido ao presidente do conselho de administração da unidade de saúde de ilha.

O presidente da unidade de saúde de ilha, e de algumas unidades de saúde de ilha na Região, não são médicos e não têm conhecimento técnico relativamente àquele que é o juízo médico feito no contexto da junta médica.

É verdade que o n.º. 2 do Artigo 4º diz que o presidente do conselho de administração pode determinar a reavaliação e, portanto, só existe aqui um entendimento possível, das duas uma: ou o envio por parte do presidente do conselho de administração é automático para esta nova junta médica, e não há aqui qualquer juízo avaliativo por parte do presidente do conselho de administração e, portanto, isto seria um mecanismo semelhante ao que está previsto no Artigo 3º, n.º. 1, em que o requerimento de avaliação de incapacidade é dirigido ao presidente do conselho de administração que o remete para a junta médica; ou então se é objetivo deste diploma proceder a uma triagem e o n.º. 2 – a possibilidade de terminar a reavaliação é com base numa análise técnica, num juízo médico, com base no processo clínico do utente, entendemos nós que o n.º. 1 - o recurso hierárquico - deverá ser dirigido, pelo menos, ao diretor clínico da unidade de saúde. Ou seja, esta norma (o n.º. 1 e o n.º. 2) ou o n.º. 2 é interpretado no sentido de que o presidente do conselho de administração, recebendo o recurso hierárquico, o remete automaticamente para uma segunda junta médica sem qualquer juízo clínico ou médico sobre o processo e, portanto, no n.º. 2 deve ser retirado o “pode determinar”, sendo substituído por “determina a avaliação”, ou o Artigo 4º, n.º. 1 – o recurso hierárquico - em vez de dirigido ao presidente do conselho de administração, passa a ser dirigido ao diretor clínico da unidade de saúde de ilha.

Feito este introito com um teor mais técnico-jurídico, torna-se aqui

necessário voltar a colocar a discussão no plano político. E a questão que coloco novamente à Sra. Secretária é a de saber qual o tempo médio de espera dos utentes que se encontram a aguardar por uma junta médica? Não precisa de fazer as contas para o total da Região, mas qual o tempo médio de espera de um terceirense e qual será o tempo médio de espera de um utente de São Miguel para acesso à junta médica?

É um tempo de espera de 1 ano? É um tempo de espera de 6 meses? É um tempo de espera de 3 meses?

Esta é uma informação que é necessária e se não for respondida pela Sra. Secretária nesta Assembleia, naturalmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará um requerimento solicitando esta informação.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É só mais um!

O Orador: Uma terceira questão que também é importante e que se prende com a necessidade de um compromisso político.

Já se percebeu que há uma unanimidade nesta câmara sobre a necessidade deste diploma. Todos os partidos políticos estão disponíveis para aprovar este diploma.

A pergunta que se coloca à Sra. Secretária, e exige-se um compromisso político, é em quanto tempo espera a Sra. Secretária recuperar a lista de espera existente, após a entrada em vigor deste diploma.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, em relação aos doentes oncológicos, o que está em vigor é o mesmo que está em vigor a nível nacional. O doente oncológico pode requerer o atestado junto do seu médico assistente, não é preciso vir a esta junta médica, portanto, essa situação está naturalmente ultrapassada.

Em relação ao recurso, o entendimento do Governo Regional é manter o mesmo entendimento do que está a ocorrer a nível de Portugal continental, para não haver aqui uma divergência, onde o recurso é dirigido ao diretor máximo do serviço. Com a realidade atual a nível continental com as unidades locais de saúde, o recurso está a ser dirigido ao presidente da unidade local de saúde. Portanto, aquilo que se pretende é exatamente o mesmo que ocorre a nível nacional.

Em relação a outras perguntas que o Sr. Deputado me fez, confesso que não tenho comigo neste momento o tempo médio de espera dos doentes, mas se entretanto, ao longo do debate, me conseguirem fazer chegar esse valor, naturalmente partilharei com esta Casa para que haja aqui total transparência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao tempo de espera, houve uma não resposta por parte da Sra. Secretária, no entanto, nós compreendemos e, portanto, uma vez que esta informação lhe seja disponibilizada, se for durante o debate, agradecemos que comunique à câmara senão, como já foi referido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará um requerimento.

Não obstante, não houve resposta à minha segunda questão que se prende com um compromisso político relativamente à entrada em vigor deste diploma.

Este diploma é fundamentado com a urgência, fundamenta-se na existência de atrasos e com a necessidade de agilizar o processo.

A minha pergunta é muito simples: com a agilização dos processos, com a entrada em vigor deste diploma, quanto tempo considera o Governo que será necessário para recuperar na integralidade a lista de espera e haver uma redução significativa do tempo de espera dos utentes açorianos, porque esta câmara está neste momento a munir o Governo de todos os instrumentos necessários para que esta recuperação seja feita.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que foi aquilo que o senhor nunca fez!

O Orador: Está a agilizar o processo e está a garantir um enquadramento que facilita a realização destas juntas.

Portanto, a pergunta é absolutamente legítima: quanto tempo considera o Governo ser adequado para recuperar esta lista de espera?

Relativamente ao recurso, a minha questão não é a quem é que se dirige o recurso, eu entendo como aceitável a proposta do Artigo 4º, nº. 1, que o recurso seja dirigido ao presidente conselho de administração; a minha questão é, aceitando que é dirigido ao presidente do conselho de administração, de que forma é que nós aplicamos o nº. 2? Porque este número o que diz é que “o presidente do conselho de administração da unidade de saúde de ilha pode determinar...” ou seja, pode **não determinar** ou está obrigado a determinar sempre? Ou seja, o presidente o presidente do conselho, recebendo um recurso hierárquico dum utente, reencaminha necessária e obrigatoriamente para uma nova junta médica, ou tem um poder discricionário que só deveria ser permitido a quem tem a capacidade de fazer um juízo clínico técnico e médico, para aplicar ou não

a remessa a uma nova junta médica.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Claro, isso nem sequer se coloca.

O Orador: Esta remessa é automática ou não Sra. Secretária?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (*CH*): Obrigada Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três questões.

Voltando à questão da residência do utente e o facto de isso ser um motivo para que haja juntas por concelho e não por unidade de saúde, uma vez que foi apresentada esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, acho que teria sido uma oportunidade para também alterar essa obrigatoriedade. Posso estar a dizer aqui uma enormidade jurídica, uma vez que eu não sou da área, mas estou a pensar em ilhas como, por exemplo, as Flores ou o Pico que obrigam a ter duas juntas, quando são ilhas que não têm recursos da área médica para todas essas juntas.

Segunda questão, e voltando à autorização prévia da tutela para a contratação de médicos especialistas, atendendo a que neste diploma também está previsto uma comissão de acompanhamento, penso que aí bastaria, para agilizar o processo, a informação de que está a decorrer essa aquisição da prestação de serviços, a informação à comissão de acompanhamento irá funcionar na Direção Regional de Saúde e se houvesse algo que a missão de acompanhamento achasse anormal em termos de gastos, atuaria. Estar a condicionar a autorização prévia, conhecendo os circuitos documentais, estamos aqui a falar, na melhor das hipóteses, em 3 semanas ou 1 mês para conseguir uma autorização por junta médica.

Por último, tendo por base a preocupação do Sr. Deputado do PS, o

presidente USI se tem todo o seu staff para o auxiliar nessa questão, um diretor clínico ao receber o recurso, vai pedir ao diretor clínico para o elucidar se deve ou não aceitar o recurso; da mesma forma que esse gestor se receber uma reclamação da área de recursos humanos, vai consultar um jurista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não tem que o fazer.

A Oradora: Há aqui o hábito de pôr nos órgãos de gestão profissionais clínicos. Ou seja, nós temos falta de profissionais na área da saúde e vamos gastar profissionais dessa área que são escassos, em órgãos de gestão, quando há profissionais dessa área

Acho que isso é um falso problema.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra A Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado José Toste, o presidente não tem poder discricionário e, portanto, essa situação é ultrapassada e penso que de forma clara respondo à sua pergunta.

Em relação à pergunta sobre o tempo que o Governo precisa, eu sinceramente já não sei bem como é que hei de caracterizar esta atitude, porque este Governo passa a vida a resolver problemas que no passado não tinham solução. Agora estamos a resolver os problemas e o que o Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh senhora não é preciso sentir-se incomodada, credo!

A Oradora: ... por sistema faz, é pedir o compromisso político, tem que saber quando é que vai ficar resolvido.

Ó Sr. Deputado eu nem sequer sei quantos médicos vou conseguir

contratar para conseguir resolver este problema o quanto antes, portanto, primeiro o diploma ainda tem que ser promulgado, naturalmente temos a informação de que há médicos disponíveis, mas é necessário constituir juntas médicas com 3 médicos. Queremos é resolver isso o quanto antes. Portanto, eu não lhe vou dizer que no dia X à hora Y esse problema vai ficar ultrapassado. Mas posso-lhe dar como o exemplo o que sucedeu com a ADSE, com a alteração ao decreto regulamentar que no espaço de menos de 1 ano, foi possível realizar mais de 3 mil juntas médicas. E isso é muito significativo, porque a herança, também nas juntas da ADSE, era bem pesada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já cá faltava!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada Hélia Cardoso, de facto, aqui não concordamos, acho que é legítimo e é a democracia a funcionar, não é suposto esta questão da portaria e da autorização vir dificultar o processo, até como já tive oportunidade de dizer é um mecanismo de controlo.

Em relação aos concelhos, posso-lhe dar nota de que os conselhos mais pequenos não têm esse problema, porque o número de juntas a realizar é consideravelmente inferior. Portanto, não há o problema de haver uma carência de recursos humanos, como se verifica na ilha de S. Miguel, na ilha Terceira e também neste caso na ilha do Faial.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir no debate deste diploma para deixar aqui algumas notas que me parecem pertinentes e também partindo do princípio

de que esta manhã houve outra discussão relativamente a temas da saúde e de alguma forma aproveitar, dentro daquilo que é a oportunidade que o Governo tem de falar, para deixar aqui algumas questões.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que o Partido Socialista naturalmente evita, e quer evitar, a burocracia ao máximo que conseguir e partindo do princípio de que o Partido Socialista defende quer o acesso, quer a segurança a todos os utentes do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente aqueles que precisam efetivamente e os que de alguma forma precisam para seguir com a sua vida em frente. Obviamente o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta iniciativa.

Foram várias as notas por parte da Sra. Secretária sobre este assunto, há pelo menos cerca de 1 ano há registos na comunicação social sobre este assunto e estamos aqui para resolver o problema.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Isso não é verdade!

O Orador: O importante é resolver, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor está a confundir com as juntas da ADSE.

O Orador: A senhora ouça-me, porque eu estive sempre atento a ouvi-la, até porque como sabe, nutro alguma simpatia por si e faço questão de a ouvir com calma. Por isso, ouça-me, porque eu não vou dizer nada que a incomode, nem quero que se chateie comigo. E, desde já, quero fazer uma declaração de interesses: a minha preocupação aqui não é ganhar o debate, é sim esclarecer os açorianos e as açorianas, não é ganhar debate nenhum. Esta é a minha posição.

Eu tenho a noção de que a Sra. Secretária, de acordo com as suas declarações, tem uma preocupação quer com os cuidados de saúde primários, quer também com a atividade assistencial dos nossos hospitais, aliás, a senhora já disse aqui, e muito bem, que não quer que eles sejam

prejudicados pela realização dessas juntas médicas. Nesse sentido, aproveito a oportunidade deste debate para lhe fazer esta questão...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Está há 2 minutos para fazer a pergunta, faça-a pelo amor de Deus!

O Orador: ... ou seja, tal como a Sra. Secretária já disse, para implementar o diploma haverá que ter em conta a contratação de especialistas para fazer face a essas juntas médicas e esse é naturalmente um compromisso de nós todos, pois sabemos que há falta de recursos humanos, nomeadamente médicos, no Serviço Regional de Saúde em todos os hospitais e unidades de saúde, quer os conselhos de administração – quero crer que a tutela tenha essa preocupação em ter mais médicos. E essa contratação de especialistas deixa-nos obviamente a todos preocupados, porque sabemos a falta que existe.

Nesse sentido, Sra. Secretária, se me permite a pergunta, tentando de alguma forma evitar que seja feito um requerimento...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Já está há 2 minutos para fazer a pergunta, faça lá a pergunta.

O Orador: A gente já está à espera das respostas aos requerimentos há tempos e a ideia é evitar mais um requerimento, porque o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares tem dificuldade em responder-nos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu acho que não há pergunta nenhuma.

O Orador: Eu ainda tenho 6 minutos, Sr. Deputado.

Vou voltar ao princípio: tendo em conta a contratação de especialistas e tendo em conta que a Sra. Secretária afirmou aqui nesta Casa que uma das ilhas onde o problema existe de forma mais avolumada é aqui na ilha do Faial. Assim sendo, dado que nos chegaram relatos ao Grupo Parlamentar

do PS de que existem médicos especialistas que já estão a recusar-se (nos próximos tempos) a vir ao hospital da Horta por falta de pagamento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso não tem nada a ver!

O que é que isso tem a ver?!

O Orador: E atendendo a que a Sra. Secretária hoje de manhã disse que tinha resolvido o problema dos doentes oncológicos – e para evitar mais um requerimento do Partido Socialista - gostava de lhe fazer esta pergunta: se isto é verdade ou não, e agradecer antecipadamente a sua resposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da resposta da Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social no que diz respeito às juntas médicas e atestados de incapacidade dos doentes oncológicos e tendo em conta, tal como já referi, que estamos a fazer um debate sobre matéria que não teve análise em Comissão, tenho de recolocar a questão de outra forma.

Em primeiro lugar, gostaria de perceber onde é que esta *não obrigatoriedade* está definida, sabemos que é um despacho de 8 de março de 2023 da Secretaria Regional da Saúde e Desporto que remete para o modelo de atestado multiusos, aprovado pela Lei n.º 14/2021, de 21 de abril que já referi na minha intervenção inicial, é uma lei transitória que...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O Decreto-Lei é nacional.

Faça o trabalho de casa!

O Orador: ... entretanto, foi substituída a nível nacional por um decreto-lei que é aquele que esta legislação, de certa forma, procura trazer para os Açores um modelo semelhante, gostaria de perceber qual é o enquadramento jurídico dessa dispensa que a Sra. Secretária refere? E se não seria preferível que isso ficasse claramente disposto no decreto legislativo regional que estamos a debater? Porque ele não está, não há referências nem a doentes oncológicos nem a graus de incapacidade.

No que respeita a nossa posição sobre esta matéria, e aquilo que temos defendido também na Assembleia da República e temos proposto, é que efetivamente, nestes casos, não haja necessidade de junta médica para situações com grau de incapacidade diagnosticado superior a 60%.

Por isso, coloco a questão sobre qual é o enquadramento legal para a dispensa que referiu na sua intervenção, em resposta à questão que coloquei inicialmente? Se é o Despacho 370/2023, ou outra qualquer regulamentação ou despacho do Governo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não existindo vamos passar à votação deste diploma.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu queria apenas registar que o Governo solicitou um pedido de urgência a esta iniciativa, nós votámos favoravelmente esse pedido de urgência, salientando que a sua delicadeza necessitava de esclarecimentos e concordando com o princípio e com o objetivo.

Recoloquei uma questão sobre uma matéria muito importante...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que nada tem a ver com este diploma!

O Orador: ... relativamente a doentes com grau incapacidade superior a 60% e não temos resposta.

Gostaria que ficasse registado que nós não tivemos resposta sobre esta matéria. Manteremos a nossa proposta de alteração, para dispensar de junta médica os doentes com grau de incapacidade superior a 60%.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado,

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*):

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que o Sr. Deputado António Lima queira vir aqui confundir as coisas.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não lamente senhora, responda!

O Orador: Nós estamos a falar do atestado multiusos para avaliação de incapacidade de deficiência e o senhor vem-me falar de doentes oncológicos que eu já respondi aqui que o enquadramento legal é o Decreto-Lei nº. 1/2024, publicado no dia 4 de janeiro. É o que está em vigor e que permite que os doentes oncológicos possam aceder a um atestado procurando junto do seu médico assistente de oncologia, que melhor do que ninguém conhece o utente, e possa emitir o respetivo atestado até ser chamado para junta médica.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar por dizer que o assunto que o Governo traz aqui

como matéria urgente, é naturalmente urgente, se há pessoas - cidadãos açorianos - que estão aguardando atestados desta natureza dos quais resultarão naturalmente benefícios de várias ordens, nomeadamente financeiros, portanto, acho que esta questão é unânime, é transversal, ninguém se opõe a ela, estamos todos de acordo.

Há, contudo, nesta natureza de debates que são pedidos com urgência e dispensa de exame em Comissão, questões que têm de ser de alguma forma detalhadas, debatidas com algum cuidado...

Deputado Paulo Gomes (PSD): *Enriçadas.*

Deputado João Bruto da Costa (PS): *É para enriçar!*

A Oradora: ... aqui, por todos nós, porque são questões relevantes. Uma delas tem a ver com a informação clínica e onde circula essa informação clínica. Isso para nós é de facto uma questão sensível e sei que para a Sra. Secretária será certamente.

Portanto, a Sra. Secretária já aqui afirmou que no que diz respeito ao recurso hierárquico, não haverá propriamente uma avaliação por parte do presidente do conselho de administração, que tem acesso naturalmente à informação clínica que lhe é disponibilizada para efeitos de decisão sobre o recurso hierárquico e remessa desse recurso hierárquico para uma nova comissão de avaliação. Ora, transita e circula aqui informação clínica que é sensível, há aqui pessoas da área da saúde que naturalmente concordarão comigo. Este é um aspeto importante.

A Sra. Secretária já admitiu alguma forma que a redação que aqui está não é talvez a mais feliz, porque coloca à consideração do presidente do conselho de administração decidir sobre a necessidade de avaliar ou reavaliar ou não este processo.

Estamos todos aqui prontos para interromper os trabalhos, para proceder a uma alteração que clarifique que reencaminha diretamente e que não ajuíza da necessidade, porque se trata duma avaliação clínica. Sim senhor,

estamos aqui, julgo eu, a caminhar no bom sentido.

De qualquer maneira, Sra. Secretária, eu gostava de lhe perguntar se não lhe parece que uma questão dessa natureza, em função da sensibilidade da informação clínica que circula entre várias mãos e que queremos que seja (e que é) sigilosa, porque que diz respeito à vida de cada um, se não acha que esse recurso não pudesse talvez ser dirigido ao diretor clínico da unidade de saúde?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não. Exatamente pelo mesmo motivo.

A Oradora: Pronto, mas a senhora vai-me responder. E eu com toda a humildade vou ouvi-la e se concordar consigo não terei problema nenhum em dizer que concordo.

Gostava que me respondesse a esta e se a senhora me responder cabalmente, estou aqui para reconhecer que estava errada, ou melhor, que a minha dúvida não tinha razão de ser, estou cá para isso.

Portanto, se for possível, responda-me se este recurso não lhe parece que não seria melhor, por um lado, ficar aqui taxativamente dito que o senhor presidente do conselho de administração é a mero veículo da informação dirigida a outros, ou se a informação não deve ir naturalmente dirigida a estes outros diretamente, ou passando por exemplo pela direção clínica?

Obrigado, Sra. Deputada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu percebo que tenha essas dúvidas e terei todo o gosto em esclarecer.

Há aqui uma diferença muito grande, é que os profissionais da saúde estão abrangidos por uma coisa que se chama *sigilo profissional*. E, portanto, ter

um presidente do conselho de administração, ter um diretor clínico que na maior parte dos casos não será o da junta médica, a diferença é a mesma. O que importa é que haja aqui sigilo profissional e que se mantenha, logo essa situação não se coloca relativamente ao facto de que a senhora fez aqui transparecer de que andava a circular informação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu não fiz transparecer nada. Isso já é uma cisma sua!

A Oradora: Essa informação não circula.

Aquilo que nós estamos a fazer é o mesmo que se faz a nível nacional, ou seja, do ponto de vista dos recursos hierárquicos, são aplicadas as regras do Código do Procedimento Administrativo.

Além disso, a nível nacional, estes requerimentos são dirigidos ao dirigente máximo do serviço...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é o dirigente máximo?

A Oradora: ... que naturalmente é o presidente das unidades locais de saúde. Portanto, nós estamos a fazer exatamente a mesma coisa que acontece a nível nacional, por conseguinte, essa é uma **não questão**.

Os profissionais de saúde estão abrangidos pelo sigilo profissional. Temos muitas vezes, no caso da atualidade, os recursos dirigidos eventualmente aos diretores clínicos que na maior parte dos casos também não são os presidentes de junta.

Portanto, sinceramente, eu acho que essa é uma falsa questão e espero ter contribuído para o seu esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sra. Secretária Regional, conforme lhe disse, há questões que a senhora clarificou, sendo que uma delas foi de dizer - tendo eu dúvidas - de que os funcionários são

obrigados ao sigilo. Nós sabemos isso, todos sabemos isso.

Quanto à capacidade de um presidente do conselho de administração - não um médico - ajuizar sobre um recurso hierárquico baseado em informação clínica, que é o que está aqui na letra de lei que é proposta, eu tenho dúvidas. Podem me dizer que não são legítimas, mas eu tenho dúvidas, porque não é o que está escrito.

Se o presidente do conselho de administração recebe e remete diretamente para reavaliação, é uma coisa, mas não é o que está escrito. Se calhar era o que a Sra. Secretária e o Governo queriam escrever, mas não é o que consta aqui. E, portanto, uma questão é a quem se dirige, isso já me clarificou; outra questão é que o que está escrito aqui, pressupõe uma avaliação pelo presidente do conselho de administração do recurso hierárquico, diz **pode**.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não, essa é a sua interpretação.

A Oradora: Pode, dá para sim e para não, ou seja, pode optar por não aceitar o recurso hierárquico, o que depreende uma análise do caso em concreto. E, portanto, esta questão para nós é sensível.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, imagine que o utente faz um recurso com uma data fora do prazo ou antes do prazo.

O que é que acontece a esse recurso?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas que mania que a senhora tem de me fazer perguntas!

A senhora é que tem que responder!

A Oradora: Se o utente faz um recurso antes ou fora do prazo o que é que acontece?!

Isso é um processo meramente administrativo. E como no caso destas baixas, se for inferior a 30 dias, é por si só indeferido. E, portanto, a senhora está a levantar uma questão que não existe. Ou seja, há uma avaliação do ponto de vista administrativo e há uma avaliação do ponto de vista clínico. E um presidente do conselho de administração que não seja médico, ou que mesmo sendo médico não tenha experiência em avaliação do dano corporal, não tem capacidade para avaliar este processo, até pode dar-se o caso de ele nem sequer ter estado presente na junta médica, logo, ele não vai a fazer essa avaliação.

Conforme lhe disse, o que nós estamos a aplicar na Região é o mesmo que está aplicado a nível nacional, em que o recurso é dirigido ao dirigente máximo do serviço. E mais, Sr. Presidente, não consigo clarificar de outra forma.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito de recursos, eu vou ler o n.º 2 do Artigo 4.º:

“O presidente do conselho de administração da unidade de saúde de ilha pode determinar a reavaliação da nova junta médica, integrada por um presidente e 2 vogais que não tenham participado na avaliação anterior, podendo um deles ser indicado pelo recorrente”.

Eu não pretendo irritar aqui ninguém, mas é o que diz, é **pode**. E, portanto, na sua opinião – é o que eu lhe pergunto – se é ou não pertinente clarificar este n.º 2 do Artigo 4.º.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputada Andreia Cardoso, “é pertinente” ou “não é pertinente”?

Para si é pertinente. Então se for pertinente, pode apresentar uma proposta de alteração, mas não o fez até agora. E, portanto, a pertinência para si, é tanto como é para mim.

Da minha parte é muito claro, e acho que já justifiquei por A mais B o que é que se está aqui a passar.

Porém, se a Sra. Deputada quer agarrar-se na discussão deste diploma ao facto de um procedimento administrativo sobrepor-se à decisão de um clínico, a senhora comigo não conta.

Aquilo que eu quero é agilizar o processo e fazer com que os doentes que esperam já há bastante tempo, tenham essa situação revertida.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Ah não tem tempo, peço desculpa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Vou ignorar os apartes indelicados da bancada do PSD e começando por dizer que há uma clarificação que foi importante da parte da Sra. Secretária. Como disse, o nosso objetivo era perceber o motivo das opções do Governo Regional para não ter apresentado ou incluído a questão dos doentes oncológicos, e a sua dispensa da necessidade de junta médica, aqueles com incapacidade superior a 60%,

Aquilo que a Sra. Secretária refere, remete para uma legislação que é um regime excecional e transitório, daí ser necessário - na nossa opinião - e conveniente que, legislando a Região sobre esta matéria, o faça para haver maior segurança jurídica e até para não limitar este regime excecional para os doentes oncológicos, ou para as pessoas com incapacidade superior a 60%, apenas para os doentes oncológicos.

Passo a ler a alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96 que veio concretizar-se no Decreto-Lei n.º 15/2024 que diz o seguinte, e cito:

“Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade do regime aprovado pela Lei n.º 14/2021, de 6 de abril e pela Lei n.º 1/2024, de 4 de janeiro que deixam de ter como carácter excecional e transitório, passando a emissão do atestado médico de incapacidade multiusos para doentes oncológicos, no período de cinco anos, a poder ser realizada por médico especialista”.

A nível nacional este regime excecional e transitório consolidou-se e passou a definitivo. É isso que nós propomos que aconteça na Região, para que não se remeta para uma legislação excecional e transitória nacional, mas que o Parlamento legisle sobre essa matéria e que essa dispensa de junta médica para as pessoas com incapacidade superior a 60% dispense junta médica independentemente de serem ou não doentes oncológicos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(* **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou só clarificar mais atos administrativos que de certa forma podem fazer com que o recurso seja automaticamente rejeitado, também para esclarecer aqui as dúvidas levantadas pela bancada socialista.

“O recurso pode ser rejeitado nos seguintes casos:

- Quando o ato impugnado não seja suscetível de recurso;
- Quando o recorrente careça de legitimidade;
- Quando o recurso haja sido interposto fora do prazo;
- Quando ocorra qualquer outra coisa que obste ao conhecimento do recurso;
- Quando o recurso haja sido interposto por um órgão incompetente que é aplicável o disposto no Artigo 41^o”.

Portanto, estamos a falar aqui de procedimentos administrativos, como eu já tive oportunidade de dizer, estamos a falar também de uma situação, nomeadamente este recurso hierárquico, que está naturalmente sujeito às regras do Código do Procedimento Administrativo e, portanto, todas as outras questões são efetivamente uma **não questão**.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para... uma interpelação?

(* **Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

É para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Regressamos às 16 horas e 58 minutos.

Eram 16 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas.

A Mesa não tem inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, sobre este diploma acabou de dar entrada uma proposta de alteração da Coligação e o Partido Socialista também informa que entrará uma proposta de alteração que ainda não nos chegou. E, portanto, não sei se há inscrições para o debate, senão teremos que aguardar que eu despache as propostas e que elas cheguem, porque se encerrarmos o debate na generalidade possível não é possível depois entrarem em propostas.

Está inscrita a Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que há bocadinho posso não ter percebido bem a questão que foi colocada em relação aos doentes oncológicos.

Aquilo que eu gostaria de afirmar é que à semelhança do que acontece a nível nacional, o decreto-lei é transposto para a Região e, por conseguinte, eles estão abrangidos e isso está a acontecer, Sr. Deputado. Não vale a pena fazer essa cara, porque está a acontecer, ou seja, os doentes oncológicos requerem junto do seu médico oncologista assistente esse certificado. Portanto, é uma situação que, felizmente e a bem dos doentes oncológicos, porque também lhe dou nota e reconhecimento que estavam a acontecer algumas situações desagradáveis, ou seja, já na basta a penosidade da doença e estavam s doentes a aguardar um tempo excessivo para poderem usufruir dos benefícios sociais que este atestado permite. E, portanto, posso-lhe dar nota de que essa situação dos doentes oncológicos está a ser resolvida, aplicando o decreto-lei a nível nacional.

Em relação, ainda, a este Artigo que muito tem incomodado o Partido Socialista, à data de hoje, o que está a acontecer e com base no Decreto-

Lei de 99 - pasme-se só! - quem recebe os recursos é o Diretor Regional da Saúde. E, portanto, eu confesso que mais uma vez, também o Diretor Regional da Saúde... a senhora escusa de fazer isso, porque a senhora é que levantou a questão, Sra. Deputada Andreia Cardoso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu estou a ouvi-la respeitosamente.

Respeite-me também, pela sua saúde!

A Oradora: Saúde, felizmente tenho. E ao respeito não lhe faltei.

Estou a tentar responder a uma questão que a Sra. Deputada levantou e, portanto, essa é uma não questão.

Da mesma maneira que a Sra. Deputada pediu esclarecimentos, eu estou-lhe a tentar dizer que atualmente, à luz do Decreto Legislativo Regional de 99, é o Diretor Regional da Saúde, que muitas vezes não é médico, atualmente não é médico, e nos últimos anos o único médico que exerceu o cargo por acaso era de saúde pública, mas agora o Diretor Regional não tem competência para fazer essa análise. Ou seja, é uma situação que não se coloca. E como eu também já tive oportunidade de esclarecer, nós estamos a dirigir o requerimento àquele que é o dirigente máximo do serviço, portanto, é algo que não podemos contornar.

Penso que contribui para o seu esclarecimento, pese embora registe a sua atitude de quem não quer ser alvo de esclarecimentos.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Esclareceu sim senhora.

Presidente: Muito obrigado.

O PS já não tem tempo.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Eu sei. É para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, na impossibilidade

de proceder a um agradecimento à Sra. Secretária pelos esclarecimentos agora prestados, informo que na sequência desses esclarecimentos e dos anteriores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração – há bocadinho o Sr. Presidente fez menção a isso – e, portanto, nós queremos só confirmar se já deu entrada na Mesa.

Obrigada , Sr. Presidente.

Presidente: Eu vou-me informar se já deu entrada.

(Pausa)

Nós vamos suspender os nossos trabalhos por 10 minutos, a proposta acabou de dar entrada e, portanto, é preciso ser verificada e é preciso fazer alteração à grelha de votação.

Espero que 10 minutos sejam suficientes.

Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 6 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos em condições de recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Pergunto à câmara se estamos em condições de encerrar o debate na generalidade?

Não existem mais inscrições.

Vamos, então, iniciar a votação deste diploma.

Vamos votar o a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 16/XIII que determina a aplicação à RAA do Decreto-Lei nº. 202/96, de 23 de outubro

que “estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei com as necessárias adaptações”.

Vamos votar na genialidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 16/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Iniciamos o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há intervenções?

Parecendo não haver, está à votação o Artigo 1º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao nº. 2 do Artigo 2º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao nº. 2 do Artigo 2º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 2º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 3º-A apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma intervenção antes desta votação, para fazer uma última tentativa e apelo à câmara para que esta proposta de alteração possa ser aprovada.

Bem sei, compreendo e aceito, e tenho a certeza, que a Sra. Secretária Regional da Saúde está, e irá continuar, a dispensar os doentes oncológicos com incapacidade superior a 60% da junta médica, como determina o regime excecional nacional e como acontece. No entanto, nós estamos a criar um diploma novo para regular esta questão na Região.

Daqui a 4,5, 6 ou 10 anos, certamente a maioria de nós, ou muitos de nós, não estarão aqui. O Governo certamente será outro, terá que ser outro, o responsável pela tutela poderá ser outro.

A interpretação jurídica sobre o que estamos a criar, pode ser distinta e poderá alguém no futuro achar que aquilo que vigora neste momento e que está a ser aplicada a nível nacional, não se aplica à Região, porque há legislação própria.

Por isso, que para segurança jurídica e para bem destes doentes, agora e no futuro, julgo eu que era conveniente que esta matéria ficasse clarificada e disposta no nosso decreto legislativo regional. A redação que introduzimos não refere especificamente os doentes oncológicos, mas todos aqueles doentes com incapacidade superior a 60%.

Todavia, Sra. Secretária, remete para a Direção Regional da Saúde a definição dos casos em que acontecer.

Se a Direção Regional de Saúde - a Autoridade de Saúde Regional - entender que deve ser apenas os doentes oncológicos a beneficiar desse regime excecional, pode fazê-lo, nada impede. Daí que o apelo que faço à

câmara é que esta matéria fique clara na legislação e possa ser aprovada, a bem da segurança jurídica e dos utentes essencialmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não existindo mais intervenções, vamos então colocar à votação a proposta de aditamento do Artigo 3º-A, apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Artigo 3º-A foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 1 do CDS/PP e 1 do PPM e 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao nº. 2 do Artigo 4º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O nº. 2 do Artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao mesmo número.

Vamos votar o Artigo 4º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o Artigo 5º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Artigo 5º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 1 do CDS/PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e com 1 abstenção da IL.

Presidente: Posso pôr à votação os três últimos artigos?

Estão à votação os Artigos 6º, 7º e 8º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os Artigos 6º, 7º e 8º do diploma foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 16/XIII, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está, assim, encerrado este ponto da nossa agenda.

Vamos passar para o ponto 27 - **Requerimento para apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 14/XIII** – “Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi”, apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião para a sua apresentação.

Deputada Marlene Damião (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A atividade de transporte em táxi é considerada um serviço público de transporte de passageiros cuja procura pode ser influenciada por vários fatores, designadamente, a população residente, o turismo ou o emprego.

A prestação de um serviço público ajustado e adaptado às necessidades de uma comunidade, sociedade ou de uma nação, e com uma visão alinhada com as melhores práticas internacionais, é essencial.

É importante melhorar a oferta, cativar os jovens para esta atividade,

desburocratizar e digitalizar procedimentos, acelerar a descarbonização, tal como é igualmente essencial trabalhar para a garantia de oferta de uma solução de mobilidade eficiente, fiável e altamente profissional.

Nos Açores há cerca de 500 taxistas que são profissionais com famílias para sustentar, que vivem do seu trabalho e que enquanto não forem adotadas medidas sérias e eficazes para atenuar a sazonalidade na nossa Região, nomeadamente no inverno, continuarão a passar dificuldades.

Perante o incompreensível silêncio deste Governo no que respeita ao planeamento do próximo inverno IATA, e que seguramente terá impacto os rendimentos destes profissionais, rezeamos igualmente que a atividade deste setor fique comprometida.

Neste sentido, e assumindo o papel que a formação profissional desempenha no desenvolvimento de uma sociedade mais qualificada e preparada para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, recomenda-se que o custo associado à formação inicial para motorista de táxi que ascende os 600 euros, possa ser comparticipada em 50% reduzindo, desta forma, a discriminação contra o seu acesso e, simultaneamente, estimulando o interesse dos jovens para o exercício desta profissão.

Para além de ser importante assegurar as melhores condições de acesso à formação, é crucial garantir uma oferta de mobilidade eficiente.

Na Europa a mobilidade elétrica está a ganhar terreno e são vários os países que têm implementado medidas para aumentar a acessibilidade e a viabilidade das viaturas elétricas.

Em Portugal desde 2019, tem havido financiamento para o abate de viaturas antigas e para a sua substituição por veículos totalmente elétricos. Só no ano passado com o Governo liderado por António Costa, Portugal criou incentivos que ascenderam os 500 mil euros. Atualmente a frota de táxis nacional conta com 12 mil veículos licenciados, dos quais apenas 145 são 100% elétricos, ou seja, 1.2%.

Nos Açores o sistema de incentivos financeiros para aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento, encontra-se plasmado no Decreto Regulamentar Regional n.º. 4/2021/A, de 26 de abril.

Ora considerando que o principal objetivo deste programa é a introdução no mercado da Região Autónoma dos Açores de veículos ambientalmente mais favoráveis, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade do ar, para a redução do ruído e para a descarbonização, urge promover ações mais eficazes, pelo que se recomenda o reforço ao nível dos incentivos financeiros, para a implementação da mobilidade elétrica na nossa Região.

Há que investir mais no serviço de um transporte público sustentável através da combinação de investimentos em infraestruturas, estímulos fiscais e programas de sensibilização pública.

É por isso que com sentido de responsabilidade, o grupo parlamentar do Partido Socialista vem também propor que sejam disponibilizados pontos de carregamento para veículos elétricos em todas as praças de táxis dos 19 concelhos do arquipélago dos Açores, considerando que o número atual de pontos públicos de carregamento para veículos elétricos da nossa Região é de apenas 65 e que na ilha de São Miguel os postos existentes são insuficientes face às necessidades demonstradas, sobretudo a época alta, com um incremento da população flutuante.

Ainda, e porque a aposta na digitalização reduz a necessidade de trâmites manuais poupando tempo e recurso, propomos que seja implementado um processo de desburocratização e simplificação no concerne ao ponto 5 – “transporte em táxi: a) acesso à atividade e b) - certificação profissional do anexo à Portaria n.º. 35/2024, de 27 de junho.

Por último, recomenda-se que seja diligenciada uma campanha de sensibilização e esclarecimento relativo aos benefícios de utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis junto da nossa população local, dos profissionais deste setor, bem como, do empresarial em geral.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o diploma.

Reserva o nosso Regimento 10 minutos para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há pedidos esclarecimentos?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para um pedido de esclarecimento.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados:

Tenho aqui pelo menos três pedidos de esclarecimento. O primeiro é saber se os taxistas já foram ouvidos sobre isso e se é da vontade deles ou estamos aqui novamente a fazer uma imposição?

É que foi aqui apresentada uma narrativa que eu quero saber se já foi feito esse trabalho? E já agora também questiono se já foi feito um levantamento de quantas praças há nos Açores, para se poder implementar uma coisa destas?

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento?

Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Marlene Damião para prestar esclarecimentos.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Pacheco:

Respondendo às suas questões, nomeadamente a primeira sobre se os taxistas foram ouvidos, tal como o CHEGA ainda ontem referiu que fala com os açorianos, que vai à rua, que tem contacto com as pessoas, nós

também temos.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora?! Não se nota nada!

A Oradora: Naturalmente auscultámos o setor e falámos com vários taxistas. Tivemos oportunidade, nas últimas reuniões da Comissão Permanente de Economia, no âmbito de algumas audições que decorreram, aliás, ontem, estivemos aqui a debater a resolução da Iniciativa Liberal relativamente à cor padrão, ouvimos o setor, mas naturalmente este é o princípio de um trabalho que vai ter continuidade nas próximas reuniões da Comissão, com audições que vão ser realizadas. E, por isso, a entrada desta resolução foi feita nestes moldes, portanto é um trabalho em desenvolvimento.

E estamos disponíveis para acolher os contributos de quem os quiser dar, porque este é o verdadeiro sentido de uma democracia, é estarmos aqui e recebermos também contributos que nos possam fazer chegar.

Em relação às praças de táxis nos Açores, nós temos uma noção das praças, mas queremos ao pormenor perceber quantas é que efetivamente existem.

Deputado José Pacheco (CH): Então não sabe!

A Oradora: Porque há taxistas que têm a licença e não estão a exercer a sua atividade. E, portanto, há praças que não estão com as licenças todas ocupadas e que têm uma licença para 4 viaturas, por exemplo, sendo que têm só 2 ocupadas.

Portanto, esse ainda é um trabalho que tem que ser desenvolvido quando chegarmos à parte do levantamento dos postos de abastecimento.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está, assim, apresentada a iniciativa e esclarecidas as dúvidas que foram colocadas.

Vamos avançar para o ponto 19 da nossa agenda - Pedido de urgência e

dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 8/XIII – “Promoção do uso saudável de tecnologia nas escolas”, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Para justificar o Pedido de urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de urgência deste Projeto de Resolução com epígrafe “Promoção do uso saudável das tecnologias nas escolas”, prende-se com dois motivos fundamentais: em primeiro lugar, com o início do ano letivo, sendo que um dos pontos resolutivos está diretamente relacionado com o início do ano letivo, nomeadamente a garantia de que para além dos manuais digitais, há acesso também a manuais em papel pelas vias que têm existido ao longo dos anos - por empréstimo, por exemplo – mas a urgência também se prende com as dificuldades que têm surgido na disponibilização dos equipamentos onde correm os manuais e equipamentos digitais, neste início de ano letivo.

Ora, esta iniciativa foi entregue no Parlamento a 24 de abril e de facto tem prazo de emissão de relatório e análise em Comissão até 30 de setembro - está dentro do prazo - e não poderíamos agendar potestativamente, como é óbvio, mas a análise em Comissão já foi efetuada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o relatório?

O Orador: A Comissão de Assuntos Sociais fez um trabalho aprofundado de avaliação, solicitou audições a diversas entidades e especialistas que foram ouvidos em sede de Comissão, desde a Ordem dos Psicólogos, até especialistas na matéria como professores universitários com conhecimentos e investigação nesta área. Para além disso, foram solicitados pareceres a todas as assembleias de escola que na sua vasta maioria responderam.

Ora, neste sentido, e tendo em conta que o trabalho em Comissão está concluído e, por isso, a análise dos partidos é possível, nós consideramos que há condições para debater esta mesma iniciativa e que o início do ano letivo justificam em grande medida a urgência que ela seja debatida e votada hoje, de modo (pelo menos num dos pontos) a que se recomende ao Governo Regional que neste ano letivo todos os alunos tenham acesso, não só ao manual digital nos anos em que ele já foi aplicado, mas também o manual em papel, porque há efetivamente muitos pais e encarregados de educação que, neste ano certamente e em anos anteriores, já tiveram que comprar o manual em papel, pelas dificuldades que há com os manuais digitais, e isso naturalmente causa desigualdades e causa despesas acrescidas às famílias. E isso é de evitar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao conteúdo e à urgência, digamos, a nível de conteúdo - se me faça a entender - o CHEGA até defende e concordamos genericamente com o que lá está dito e até da necessidade o quanto antes de implementarmos isso. Estamos de acordo. E não temos palas nos outros, por ser de Bloco, não é por aí.

A dúvida que nós temos - e questiono o Sr. Presidente - é que segundo sabemos, e que está no Regimento, os diplomas vão à Comissão, são relatados e vêm à Assembleia pela ordem, ou então em agendamento potestativo.

Este diploma, de acordo com a informação que temos, é que não está

relatado, o trabalho não acabou; pode estar todo concluído, mas não acabou.

Sr. Presidente, o que é que faz aqui este diploma?! Não percebo. Porque isto não é um agendamento potestativo. Vamos cumprir as regras ou não? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda fez o pedido. E segundo o Regimento, essa deliberação sobre o Pedido de Urgência compete ao plenário, segundo o nº. 1 do Artigo 146º. E, portanto, compete à Assembleia deliberar sobre se é urgente ou não essa deliberação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma interpelação.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar aqui não a urgência do diploma, mas a possibilidade de se poder votar a urgência? É isso?

Se Seja se nós chumbarmos de urgência o diploma volta à comissão. É isso? Ou seja, se nós chumbarmos a urgência o diploma volta à Comissão? É isso?

Presidente: Sim.

Se nós chumbarmos a urgência, o diploma continua na Comissão.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Pronto, muito obrigado pelo esclarecimento. Sr. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal considera urgente o debate deste diploma do Bloco de Esquerda e passo a justificar porquê.

Ainda esta semana foi notícia, e debatemos já aqui a educação, de atrasos significativos na entrega dos manuais digitais em algumas escolas, nomeadamente na Roberto Ivens e em outras escolas do 2º ciclo. E também é público - até por uma resposta que a Sra. Secretária Regional deu a um requerimento da Iniciativa Liberal em abril passado - que a tutela impossibilita as escolas de cederem manuais físicos que têm em seu poder (e têm muitos em seu poder), aos alunos que estão abrangidos pelos manuais digitais.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*): Não foi isso, Sr. Deputado.

O Orador: Ora, isto cria enormes problemas e até causa desigualdades no acesso aos conteúdos destes manuais, por parte de quem não tem o poder económico para chegar ali ao lado e comprar os ditos manuais físicos. Além de que há de facto crianças que apesar de estarem abrangidas pelos manuais digitais, têm hábitos de leitura em papel e gostam e estudam melhor com os manuais físicos.

Daí a nossa concordância com o quarto ponto resolutivo desta Resolução do Bloco de Esquerda e a importância que nós entendamos ser urgente debater este assunto antes de se prolongar mais o ano letivo corrente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

Não havendo, vamos passar à votação.

Está à votação o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução nº. 8/XIII “Promoção do uso sustentável de tecnologia nas escolas”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º. 8/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 1 do CDS/PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma declaração de voto dizendo que, como é óbvio, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente este Pedido de Urgência, por considerar que era de facto urgente e imperioso que esta matéria fosse hoje debatida.

O ano letivo está a iniciar-se nesta semana nos Açores e para além de existir dificuldades reconhecidas pela própria tutela na entrega dos manuais digitais, o que só por si justifica que haja soluções de recurso para garantir que ninguém é prejudicado.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Em quanto tempo se iria comprar manuais?

Quando é que chegavam os manuais em papel?

O Orador: Para além disso há questões de fundo que já se vinham a colocar e que justificam essa iniciativa, como o facto de existirem dificuldades para muitos alunos no estudo e no processo de ensino e aprendizagem com os manuais digitais;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor leu o seu diploma?

O Orador: O facto de existirem muitos pais, muitas famílias que adquirem manuais em papel, porque os manuais digitais não respondem plenamente às suas necessidades.

Por isso, era fundamental - na parte que considerávamos urgente - debater a necessidade e recomendar ao Governo a garantia que nenhuma família

nem nenhum aluno ficaria sem acesso ao manual em papel durante todo o ano letivo, porque há de facto, como já foi dito, situações que causam para além do problema, divergências e desigualdades que são gritantes e graves. Há escolas que têm disponibilizado os manuais em papel através de empréstimo, e bem; há escolas que não o fazem do mesmo modo.

A garantia de que todos têm o mesmo acesso, que não são prejudicados e que não há uma dualidade de critérios, era um dos objetivos desta urgência.

Há quem tenha *rasgado as vestes* na terça-feira para se acabar com os manuais digitais e na quinta-feira impeça que haja uma alternativa em papel.

Ora, sobre esta matéria nós somos coerentes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah muito, muito!

O Orador: Os manuais digitais têm vantagens, mas como ficou claro e certamente teremos oportunidade de bater com mais profundidade, os manuais em papel continuam a ter um lugar na escola.

Quem chumba esta urgência, está naturalmente a impedir que muitos alunos tenham acesso ao manual em papel neste ano letivo e isso é lamentável.

A responsabilidade fica com quem votou contra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não é a Albânia nem a Venezuela!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração de voto que queremos aqui fazer é no sentido de reforçar a ideia, com certeza, nós concordamos e já *rasgámos as vestes*, já fizemos tudo isso. É a nossa posição, já o dissemos publicamente.

Só não concordamos é que se o trabalho está a ser feito e não foi completo, tem que ser completado, são as regras de jogo e vamos *jogar o jogo*.

Deputado António Lima (BE): Não são, não!

Nós estamos a cumprir as regras do jogo!

O Orador: Até porque eu já levei na cabeça quando tentei jogar as regras de jogo e não me permitiram.

Deputado António Lima (BE): Ah sim, sim!

O Orador: Até porque a sua urgência é para 2025 e bem.

Quando chegar à hora certa... o senhor tem dificuldade de ouvir, mas vai-me ouvir hoje!

Quando chegar à hora certa, se nada mudar até lá e se o senhor não mudar nada do que lá está, quase que lhe posso garantir que tem o nosso apoio, porque é assim, nós somos coerentes, nós não andamos aqui ao sabor do vento.

O que eu acho mal é abrir-se aqui esse precedente, porque senão, nós vamos começar também a usar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para uma interpelação, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, de facto, com este Regimento, agora que estou do lado de cá, sinto-me amarrado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ahh! como se o senhor tivesse *corda* para isso.

O Orador: E o Sr. Presidente irá responder-me a uma questão que tenho para colocar.

Houve várias referências ao Governo e eu questiono se o Governo pode entrar no debate destes Pedidos de Urgência.

Presidente: Não Sr. Secretário, só se o Governo for requerente da urgência é que pode usar da palavra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo para uma declaração de voto.

(* **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD considera importante que sejam cumpridos os trâmites legais e que se assegure que nesta Assembleia se continue a trabalhar com responsabilidade.

O processo legislativo requer um debate ponderado e uma análise criteriosa daquilo que são os contributos de todos aqueles que são ouvidos na Comissão, dos parceiros recebidos. Portanto, é uma atitude de respeito também para com aqueles que se debruçaram sobre o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Ah podia ter arranjado uma desculpa melhor do que essa!

A Oradora: Além do mais, este diploma ainda está na Comissão e não foi relatado, ainda está dentro do prazo legal que foi prorrogado, tendo a prorrogação sido aceite pelo Presidente da Assembleia.

Assim sendo, consideramos que uma discussão antecipada pode comprometer realmente a qualidade do debate, porque há que ter em atenção tudo aquilo que foram os contributos.

Deputado António Lima (BE): Arranje uma desculpa melhor!

A Oradora: Para além do mais, quero chamar a atenção votar contra essa urgência não é estar a desconsiderar a sua importância, é tão somente estarmos aqui a respeitar o processo democrático. E se realmente fosse uma urgência para o início deste ano letivo, o Sr. Deputado tinha outros mecanismos e noutra altura para trazer esta situação ou este diploma a debate, tinha sim senhor. Não é agora em setembro, com o arranque do ano letivo que já começou, não é agora que vai resolver a situação. Ou seja,

alega que é para resolver uma situação de atrasos mas, Sr. Deputado, quer dizer, se isto for aprovado quando é que vêm os manuais físicos?

Até parece que estão todos nas editoras à espera de que nós aprovemos isto para irmos comprar os manuais.

Deputado Carlos Silva (PS): Há aí umas editoras que são mais *ágeis*.

A Oradora: Isso não é um argumento de todo.

Obrigada.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu interpelo a Mesa, porque estamos no período de declarações de voto – corrija-me se estiver enganado.

Este Pedido de Urgência teve um período de inscrições para debate. A Coligação não se inscreveu para o debate e vem agora, na declaração de voto, fazer referências ao Deputado do Bloco de Esquerda.

Eu pergunto se isso pode acontecer numa declaração de voto?

É porque eu também poderia tê-lo feito e não fiz. Tive o cuidado de não interpelar nenhum partido nem o Governo. Não interpelei nenhum partido em concreto.

Deputado José Pacheco (CH): *Rasgar as vestes é o CHEGA!*

Aquilo que estão a fazer é um debate durante a declaração de voto. Se é para isso, abrimos o debate.

Deputado Nuno Barata (IL): Ainda esta semana a senhora proibiu a escola da Ribeira Grande de distribuir os manuais escolares!!

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais hum inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar para o ponto 21...

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para?

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente é para uma interpelação, para dar uma informação importante à câmara.

Presidente: Tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Foi aqui dito que o Governo proibiu e que essa proibição estava expressa num requerimento de resposta à Iniciativa Liberal.

Eu quero voltar a entregar - até como Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares cabe-me também essa tarefa - esse requerimento em que consta de facto que o Governo não proibiu coisa nenhuma em relação a essa matéria.

(Protestos impercetíveis do Deputado Nuno Barata)

Presidente: Muito bem.

Passamos ao ponto 21 da nossa agenda, Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”

É uma urgência pedida pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a apresentação da urgência.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Pedido de Urgência prende-se com a falta de regulamentação e de

implementação de um decreto regional aprovado nesta Assembleia, em plenário do dia 13 de setembro de 2023.

O Decreto Legislativo Regional nº. 35/2023/A “Cria o espaço de mobilidade para transportes públicos”, foi uma proposta do Bloco de Esquerda aprovada por maioria com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista, do PAN e do Deputado Independente, com os votos contra dos restantes partidos.

Ora, esta proposta tem letra de lei, está em vigor, mas carece de regulamentação para a sua implementação. A sua regulamentação tinha um prazo de 90 dias após a sua aprovação, salvo alguma falha que não conseguimos vislumbrar, não foi o regulamentado e não há registo de qualquer regulamentação, nem decreto regulamentar, nem portaria sobre esta matéria. E para além disso, como é óbvio, não está aplicado.

Na realidade, as pessoas que poderiam usufruir de outro tipo de modelo de transportes com passes por zona por exemplo o que permitiria a compra de um passe que tem uma utilização não apenas numa determinada carreira, ou seja, num circuito linear, mas sim numa zona que poderá ser um concelho ou outra zona mais ou menos alargada, não têm esse modelo de transportes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso já não é a urgência.

A justificação de urgência não é a implementação.

O Orador: Isso naturalmente é uma falha do Governo Regional que deve ser o quanto antes, daí nós solicitarmos o Pedido de Urgência para um Projeto de Resolução que recomenda a regulamentação e a implementação do decreto executivo regional.

Aquilo que foi aprovado neste Parlamento tem força de lei, é obrigação do Governo Regional implementar, pode não concordar, mas tem de implementar. E não concordando e não querendo implementar, aquilo que não pode é fazer “veto de gaveta”, ou seja, não pode o Governo

simplesmente deixar por regulamentar e nada fazer.

Há outra ação que aconselho, isto é, se o Governo não quer regulamentar, se é essa a vontade do Governo, há outra coisa que pode fazer.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sabe que não podemos responder.

O Orador: Que é propor a revogação da legislação.

Por isso, das duas uma: ou regulamenta e aplica, que é isso que nós achamos que o Governo deve fazer, ou tem de assumir com coragem propor a revogação desta legislação.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): A alteração ao Regimento é mesmo necessária. Tem que haver contraditório.

O Orador: Naturalmente nós não concordamos com esta via.

Por isso, esperamos que o Pedido de Urgência seja aprovado e mais tarde seja aprovada a proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência?

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente conheço a proposta que foi aprovada nesta Assembleia e recordo que foi com os votos contra do CHEGA.

De facto, não está aqui em causa a proposta, mas sim a urgência que a proposta seja executada. É isso que nós não compreendemos, porque urgente para o CHEGA, neste momento, é resolver o mais depressa possível o problema do transporte escolar que foi notícia por esses dias, em que houve vários alunos que ficaram sem transporte escolar em São Miguel.

Isto, sim, para mim e para o CHEGA, neste momento, é que é urgente e

não estarmos a dar passes gratuitos a toda a gente, quando sabemos que já existe à disposição dos cidadãos uma grande panóplia de passes nos transportes coletivos, há imensos passes à disposição das pessoas.

Urgente é que, Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, se acelere o concurso público para a concessão do Serviço de Transporte Coletivo dos Açores. Isto sim é urgente, sob pena de qualquer dia não termos empresas interessadas em prestar este serviço. É também, e essencialmente, a falta desse concurso que está a criar imensos constrangimentos na Região. Isso sim é dramático e pode ainda piorar mais na Região, prejudicando todos os açorianos e esta semana, em particular, os alunos.

Em relação à urgência pedida pelo Bloco de Esquerda, nós não compreendemos e não vamos acompanhar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de termos votado contra a iniciativa do Bloco de Esquerda em 2023, aprovámos esta urgência, e permita-me V. Exa. a latitude que eu **mereço** não tenho direito regimentalmente, mas mereço - porque nunca abuso das figuras regimentais para dizer coisas que não têm a ver com a figura regimental. E se há pouco abusei uma... *nisca*, foi abusivo da parte do Sr. Secretário Regional responder da maneira que respondeu.

Eu só não disse tudo o que tinha para dizer, precisamente em respeito pela figura que estava a utilizar.

Sobre este diploma do Bloco de Esquerda que, tal como já disse aqui, a Iniciativa Liberal votou contra, eu acho lamentável que um ano depois tenhamos que vir aqui obrigar outra vez o Governo a cumprir uma coisa que, por acaso, o Sr. Deputado Paulo Estevão, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, neste momento, que tem um vício de visitar os Diários das Sessões, poderia lá ir e ver o que é que eu disse na altura em aparte registado pelas senhoras redatoras!

Eu disse “o Governo não vai implementar isto”. E é lamentável que o Governo Regional dos Açores de então, da legislatura anterior com o discurso extraordinário da *centralidade do Parlamento*, da importância do parlamentarismo, tenha levado um ano para implementar uma coisa que já devia estar implementada!

É por isso que é urgente discutir este assunto neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Leal.

(*) **Deputado Luis Leal (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À época que foi aprovado este diploma, o Partido Socialista foi favorável, também nessa altura falámos e acrescentámos que além da necessidade, era também fundamental e estrutural que houvesse uma política de descarbonização e de incentivos, para que efetivamente a frota fosse substituída, algo que não foi feito. Mas acima de tudo, queremos relembrar que esta urgência é uma falta de respeito ao regime parlamentar da Região Autónoma dos Açores.

Um ano - um ano do Governo que tem mais técnicos especialistas da sua história.

Um ano de um Governo que tem mais estruturas de missão do que mais algum teve.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não é um ano. É meio ano!

O Orador: Não conseguiu regulamentar nem preparar uma regulamentação. E é isto que nos leva à urgência de agora.

Muito obrigado.

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Para um protesto.

Presidente: Não pode, Sr. Secretário, porque o protesto deve ser feito imediatamente a seguir às declarações que foram proferidas. **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente, eu solicitei a realização do protesto, logo que terminou a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata.

Seja como for, se V. Exa. não verificou, eu também compreendo que neste momento já tendo realizado uma intervenção outro Sr. Deputado, eu não tenha a figura regimental para o fazer. No entanto, quero aqui dizer que vou respeitar aquela que é a interpretação, mas tenho a certeza de que pedi a realização de um protesto assim que o Sr. Deputado terminou. Tenho aqui uma testemunha, o Sr. Deputado confere que eu realmente pedi.

Portanto, não posso protestar em relação às afirmações que do Sr. Deputado Nuno Barata, mas farei a reposição da verdade noutras circunstância, assim que tiver oportunidade e oportunidades não faltam no Parlamento dos Açores.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

(*) Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Que fique bem assente que o PSD quer o reforço da mobilidade terrestre dos açorianos.

Passes sociais atribuídos à terceira idade, aos pensionistas, a pessoas portadoras de deficiência, aos desempregados e antigos combatentes, são ganhos sociais e que potenciam o uso dos transportes terrestres.

A implementação do diploma em apreço não é fácil. É complexa e como tal precisa de ser trabalhado para o tornar funcional e exequível.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito complexa.

O Orador: Efetivamente as empresas já deviam estar a operar ao abrigo do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, em vigor desde 2015.

O partido socialista nada fez quanto a esta matéria.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A senhora está aí há já 4 anos!

O Orador: É com este Governo que estamos a dar cumprimento à Lei que transpõe para a nossa realidade a legislação da União Europeia de 2007.

Na nossa ótica, as melhorias que este setor exige estão dependentes da conclusão dos concursos públicos, alguns já findos e outros que serão lançados brevemente nas ilhas de São Miguel e Terceira, ilhas de maior dimensão e complexidade.

Ademais, a implementação do sistema informático de bilhética permitirá um controlo mais preciso do uso dos transportes públicos, inclusive para os utentes que usufruem de passes sociais gratuitos e às autoridades na

monotorização do número de passageiros, a frequência de uso e identificar os padrões de mobilidade, bem como garantir que os benefícios dos passes gratuitos sejam utilizados de forma justa e eficaz, evitando frades e usos indevidos.

Paralelamente, é importante aferir qual é a opinião dos operadores dos transportes públicos de passageiros sobre esta matéria, particularmente no que concerne à implementação do sistema de bilhética, um sistema informático dispendioso, que para quem o adquire, espera naturalmente que seja compensador.

Como diz o nosso povo: “depressa e bem não há quem!”

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

Não havendo, vamos votar este Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 11/XIII que “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 11/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 1 do CDS e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Tendo sido rejeitado o Pedido de Urgência, a iniciativa seguirá a sua tramitação para a Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que a agenda está a andar muito depressa, eu gostaria de fazer uma declaração de voto, porque me parece fundamental clarificar a importância de votar favoravelmente este Pedido de Urgência, o qual prendia-se com o cumprimento da lei e da vontade democrática do Parlamento.

Ora, este Parlamento aprovou uma proposta que o Governo tinha – tem - a obrigação de cumprir.

Por isso, era urgente que fosse debatida uma recomendação que até não deveria ser necessária para recomendar ao Governo que faça o seu trabalho, pois o Governo passou um ano sem fazer nada sobre esta matéria.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não faça referências ao Governo!

O Orador: Os problemas que se acentuam nos transportes coletivos dos Açores, seja no transporte escolar que não é visado matéria, mas que não está totalmente desligado, os problemas que há num transporte coletivo que cada vez menos responde às necessidades das pessoas, são da responsabilidade de quem não implementa estas medidas que servem para melhorar os transportes e são responsabilidade de um Governo que simplesmente não olha para este setor e que o abandona totalmente.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Não apoiado!

O Orador: São uma autêntica vergonha os transportes coletivos nos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Ó Sr. Presidente, olhe para isto.

Isto é uma declaração de voto?

O Orador: Estão a ir de mal a pior e deixa-se cada vez degradar um serviço que daqui a pouco, daqui a alguns dias, meses ou anos, simplesmente deixará de funcionar pelo caminho em que vai. E é lamentável que esta iniciativa não seja debatida hoje. Haverá um tempo em que ela será, mas fica claro também, destas duas iniciativas chumbadas, que há uma maioria absoluta nos Açores composta pela Coligação e pelo CHEGA que está contra os interesses dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado António Lima.

Daqui a pouco há declarações de voto e o senhor pede uma interpelação a dizer para os outros não fazerem o que o senhor acabou de fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal para uma declaração de voto.

(*) Deputado Luis Leal (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que presenciámos aqui é preciso que se sublinhe o seguinte: em 2019 eram 6.928.350 mil passageiros.

Em 2023 eram 5.593.626. Houve em 2023 menos 1.334.725 passageiros.

Isto está a falhar.

Tiveram um ano para regulamentar.

Podíamos discuti-lo, mas não o vão fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não existindo vamos avançar na nossa agenda, para o ponto 23 relativo ao

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 12/XIII – “Reforço de viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores”.

É uma iniciativa do Partido Socialista.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores membros do governo. Para justificar a urgência entende este grupo parlamentar que nos últimos anos a ilha das Flores e os Florentinos após a passagem do furacão Lourenço viu viram o seu porto destruído causando desde aí muitas limitações ao normal abastecimento da ilha e também à normal exportação de gado vivo.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para justificar a urgência, entende este grupo parlamentar que nos últimos anos, a ilha das Flores e os florentinos, após a passagem do furacão Lorenzo, viram o seu porto destruído, causando desde aí muitas limitações ao normal abastecimento da ilha e também à normal exportação de gado vivo.

Também é verdade que estas limitações ocorrem devido a vários fatores, sendo um deles o próprio navio que ali opera, nomeadamente no que diz respeito ao número de contentores de gado vivo que pode transportar em cada viagem, atendendo às normas de segurança e bem-estar animal.

Sabemos todos que, ano após ano, estes constrangimentos de vária ordem têm implicado entraves à normal e atempada exportação de gado, ficando muitos produtores sem conseguir escoar os seus animais, de forma a obterem o maior proveito com a venda mesmos.

Assim, entendemos que a urgência agora apresentada, justifica-se pelo facto de estarmos a iniciar uma nova época das exportações e haver a necessidade de uma resposta cabal, efetiva e atempada para este problema

que, ano após ano, tem sido colocado aos produtores de gado bovino na ilha das Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência?

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: O Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução nº. 12/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o Pedido de urgência, tem a palavra para apresentar o diploma a Sra. Deputada Dora Valadão.

Deputada Dora Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A passagem do furacão Lorenzo, no dia 2 de outubro de 2019, deixou um rasto de destruição nas infraestruturas marítimas da ilha das Flores, em especial no Porto Comercial das Lajes das Flores.

Sendo o Porto Comercial das Lajes das Flores de vital importância para as Flores, uma vez que é por ali que passa todo o abastecimento a esta ilha, os profundos estragos causados pelo furacão Lorenzo nesta infraestrutura continuam ainda a condicionar fortemente a economia.

Até que se concretize a reconstrução total do Porto Comercial das Lajes das Flores, o abastecimento por via marítima tem sido efetuado através do cais -5 e mais recentemente através da ponte cais, o que quer num caso, quer noutro, acarreta limitações ao nível do comprimento e calado dos

navios que ali podem operar, e conseqüentemente, da capacidade de transporte de mercadorias e de outras cargas.

Desta forma, o abastecimento à ilha das Flores continua a ser feito de uma forma que ainda não é a ideal, com falta de garantias, com limitações inerentes do navio que faz o abastecimento e ultimamente sem a regularidade necessária.

Perante este cenário, as empresas e os empresários da ilha das Flores vêem-se confrontados com um grave constrangimento à sua atividade, por um período que não se prevê curto, dado o tempo necessário para que se proceda à reconstrução do Porto Comercial das Lajes das Flores.

Considerando assim que estamos a entrar num período em que das condições atmosféricas resultam prejuízos nos sistemas de manejo e produção agropecuária, com danos económicos acentuados e quebras de rendimento para os produtores;

Atendendo que os problemas verificados nas ligações marítimas traduzem-se em atrasos no escoamento dos animais e por esse motivo, acarretam necessidades de mais alimentos para os animais que estão a ser suportadas pelos seus proprietários, e que muitos dos agricultores já estão a sofrer prejuízos com a forte seca que afeta todas as ilhas dos Açores e, também a ilha das Flores, mais concretamente a zona norte da ilha, já estão a utilizar reservas de alimento destinadas ao próximo Outono/Inverno;

Por isso, caso os animais não sejam expedidos atempadamente, vão ultrapassar o seu período ideal de separação e/ou de expedição, constituindo a sua manutenção nas explorações uma sobrecarga e um fator negativo de otimização da eficiência económica das explorações e de rentabilização das disponibilidades forrageiras;

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim, se atendermos aos fatores descritos anteriormente e à limitação do navio *Margarethe* que está condicionado ao transporte de 9

contentores de animais por viagem, ao contrário dos navios que antes do Furacão faziam as escalas naquela ilha e que chegaram a transportar 20 contentores em cada viagem e que existem empresários que pretendem exportar para outras ilhas, como para a ilha do Pico ou para a ilha Terceira, esta resolução é muito pertinente para ajudar a solucionar um problema dos agricultores florentinos.

Por outro lado, o aumento de turismo e, concomitantemente, o aumento de consumo de bens de primeira necessidade e de outros, tornam fundamental encontrar soluções que venham colmatar as deficiências que se constataam devido às irregularidades dos toques, bem como muitas vezes a entrega tardia da mercadoria, incluindo produtos perecíveis, o que provoca sérios danos económicos aos empresários locais.

A ilha das Flores, não é auto-suficiente em produtos e precisa ser olhada de outra forma. Não podemos continuar a fazer do dia da chegada do navio, o dia de S. Vapor, por sabermos que teremos mercearia e frescos nos primeiros dias e depois as prateleiras voltam a ficar vazias. Em pleno século XXI não é justificável que se continue com estes constrangimentos.

Queremos e desejamos uma ilha atrativa onde seja apetecível viver!

Queremos uma ilha que seja conhecida pelas suas belezas e qualidade de vida.

Para isso, é imperioso resolver o problema tão premente como o das acessibilidades.

A situação atual tem conduzido e conduzirá, inevitavelmente, a um período de instabilidade na economia da ilha das Flores, através do aumento dos custos para as empresas e da redução das suas receitas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assim, e repetindo-me, o que pretendemos com este projeto de resolução visa minimizar, por um lado, de uma forma imediata os constrangimentos sentidos pelos exportadores de gado vivo que nos últimos anos se têm

confrontado com as limitações que o próprio navio que opera no Porto das Lajes das Flores apresenta, e por outro, de uma forma mais ponderada e em concertação com os representantes dos vários setores empresariais da ilha das Flores, que sejam implementadas escalas semanais do navio *Margarethe*, entre os meses de junho e novembro de 2025, garantindo assim uma melhoria do abastecimento durante a próxima época alta estendendo-se aos meses de exportação de gado vivo.

Pensamos que assim se minimizam os constrangimentos sentidos nos últimos anos, quer para a entrada atempada de produtos para o abastecimento da ilha, quer para a saída do gado vivo.

Assim propomos, hoje aqui, que esta Assembleia aprove este projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional que:

1º. Proceda, com carácter de urgência, ao reforço extraordinário de viagens do navio *Margarethe*, com escalas semanais no Porto das Lajes das Flores, durante os próximos meses de outubro e novembro, para fazer face às necessidades de exportação de gado vivo e de abastecimento de mercadorias;

2º. Que desse reforço resulte, igualmente, o agendamento de escalas nos Portos da Praia da Vitória e de São Roque do Pico, em articulação com os representantes do setor agrícola e empresarial da ilha das Flores;

3º. Proceda, de forma atempada, e em articulação com os representantes do setor agrícola e empresarial da ilha das Flores, ao reforço de escalas semanais do navio *Margarethe*, entre os meses de junho e novembro de 2025.

Muito obrigada.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(* **Deputado José Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para reconhecer com alguma mágoa que o Partido Socialista nalguns pontos deste Projeto tem razão.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a mágoa?

Essa agora!

O Orador: O que espero é que da parte do Governo Regional dos Açores haja a tão apregoada “humildade democrática” para acatar algumas dessas recomendações.

Os florentinos não querem saber de tricas políticas entre o PS e o PSD, querem os seus problemas resolvidos.

Ontem na nossa declaração política, o CHEGA elencou os problemas nos transportes marítimos que afetam os açorianos em geral e, de forma mais proeminente, os florentinos.

Neste momento, os florentinos têm sido os mais prejudicados, seja pela escassez de ligações marítimas, seja pela falta de pontualidade.

O crescimento do turismo verificado nos últimos anos nos Açores, colocam novos problemas e acentuam outros.

Quem investe nas nossas ilhas, precisa de ligações marítimas e aéreas consistentes e ajustadas tanto à época alta como á época baixa.

A atual oferta de transportes marítimos para a ilha das Flores é insuficiente para garantir o abastecimento de alimentos com a qualidade que merecem e exigem.

Não podemos ter uma boa oferta turística se a restauração não tiver boa

matéria-prima, porque os bens não chegam a tempo e horas.

Os agricultores não podem continuar a suportar o incremento de despesas, porque não conseguem escoar o gado.

Não podemos ter os empresários da construção com as obras paradas, porque falta material.

Espero verdadeiramente que a Sra. Secretária não se refugie no fatalismo das ultraperiferias, nas alterações climáticas, nem na má governação do Partido Socialista e nas desculpas do costume. E que use a sua longa experiência governativa para resolver os problemas.

O seu currículo não é compatível com estes resultados.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Muito obrigado!

O Orador: Esperamos muito mais!

Os açorianos esperam muito mais!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, gostava de dizer a esta câmara que o problema que aqui trazem está absolutamente resolvido.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado José Sousa)

Que é a questão do transporte de gado, porque, no fundo, esta Resolução centra-se no transporte de gado.

Eu gostava que me dissessem quando é que não foi resolvido – em que ano ou em que meses – o problema do transporte de gado? Digam-me!

Eu agora é que pergunto: quando é que não se resolveu o problema do transporte de gado?! Digam-me!

Deputado Nuno Barata (IL): Eu lembro-me em 2014 e em 2018.

A Oradora: Sempre se resolveu o problema do transporte de gado da ilha das Flores e sempre se combinou com outras ilhas para trazer aquilo que havia no Pico, S. Jorge, Graciosa ou onde quer que haja, sempre veio. Ou vai O Margarethe ou vai o Thor. Nunca ficou uma cabeça de gado por sair de qualquer ilha dos Açores.

Se houve, eu peço que me digam o dia, o mês e a hora em que isso aconteceu!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: No caso em apreço, tratando-se da ilha das Flores, estamos há cerca de 2 ou 3 dias a combinar como é que se vai fazer o escoamento do gado.

Não foi nem é esta recomendação que vai tirar o gado das Flores!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Uma recomendação é apenas isso - é um papel!

O que vai tirar o gado das Flores é a ida do Margarethe lá, pago pelo Fundo da Coesão, para ir buscar 9 contentores de cada vez, porque é considerado um serviço de interesse público às populações das Flores.

Aqui é que se resolve o problema das pessoas. Aí faz-se política e muitas vezes *politiquice* – isso é que é!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É, o melhor é acabar com a Assembleia. Somos um bando de parasitas!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Apartes inaudíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

A Oradora: Felizmente, os nossos interlocutores, nessa matéria, que aqui os senhores recomendam que se faça por acordo com o setor agrícola, os nossos interlocutores, nesse particular, são mais ponderados do que os senhores que escrevem estas resoluções.

Estão a pedir um navio para o final de outubro e já está previsto e falado com a Transinsular para lá ir. E estão a pedir que, caso seja necessário, mais um navio em novembro. E, caso seja necessário, é aquilo que eu chamo de “política de proximidade”. Estamos sempre em contato com as pessoas para resolver os seus problemas, através dos interlocutores credenciados para o efeito que é a Cooperativa Agrícola.

Portanto, Srs. Deputados, se tiverem dúvidas, até posso entregar na Mesa. Está resolvido o problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os senhores só quiseram trazer aqui política!

Está resolvido o problema!

Quanto ao mais, acho que também convém lembrar aqui algumas coisas.

Depois do furacão Lorenzo, o Governo do Partido Socialista fretou um navio até ao final de 2022, considerando que esse seria o tempo necessário para resolver o problema do abastecimento das Flores.

Todos se recordam certamente dos problemas que teve o “Monte da Guia” para operar no cais das Flores no início de 2023. Toda a gente se recorda, porque circulou por todas as redes sociais. Depois disso, e porque isso pôs em risco o navio, a sua tripulação e até eventualmente parte da população do Corvo que estava no cais, nós fretámos o Margarethe e ele ficará lá dedicado às Flores até à construção do porto.

Deputado José Ávila (PS): A tripulação pôs em risco o navio?!!

Isso é muito grave!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Esta é a nossa postura.

Esta é a nossa forma de trabalhar. Não é com recomendações. É quando nós percebemos que as situações têm que ser resolvidas e são resolvidas!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto hoje é um dia negro para esta Casa!

A Oradora: A partir do início de 2023 o Margarethe está fretado por 2 milhões 122 mil euros, pagos pelo Fundo de Coesão e por outro tanto pago pelos armadores, isto é, 50% pago por estes, 50% pagos pelo Fundo de

Coesão, incluindo frete e combustível. Todas as viagens extraordinárias têm que pagar o combustível e os custos portuários, o frete já está incluído no fretamento. Mesmo com esses custos, nós até temos feito, sempre que está em causa o interesse público que deve ser salvaguardado. É o que acontece com a saída do gado e com a saída doutros produtos que eventualmente se venha a colocar. De resto, a própria Transinsular que faz viagens com o navio, assume todos os custos sempre que precisa colmatar abastecimento, na ilha das Flores não tem acontecido, porque ele está dedicado a ela e vai lá todos os 15 dias; a outras ilhas, como ainda esta semana, ele partiu ontem de S. Miguel e está a fazer abastecimento ao Faial, ao Pico e (posso ver aqui) e a S. Jorge, porque não houve ligação com o navio que veio de Leixões e ele – por sua conta, por conta do armador – pegou na mercadoria e, neste momento, está a caminho destas 3 ilhas para fazer o abastecimento que não fez por atraso do navio que chegou de Leixões.

É assim que nós trabalhamos. Nós exigimos e somos exigentes, rigorosos, nós imputamos as responsabilidades a quem as tem. Mas quando se trata de resolver o interesse público, estamos cá e não precisamos de recomendações para fazer o nosso trabalho.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é duma arrogância incrível!!

A Oradora: Queria também deixar à câmara mais alguns dados.

Quando se pede um navio para ir todas as semanas às Flores, eu gostava de perguntar aos senhores se sabem quantos contentores de 20 pés a ilha tem

para carregar de 15 em 15 dias, dividam por 2 e vejam se há carga para ir lá todas as semanas!

Eu gostava que as pessoas que recomendam a ida do navio todas as semanas me dissessem quantos contentores tem para levar para as Flores todas as semanas?

Muito obrigada.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Eu nesta fase do debate, não posso deixar de dizer o seguinte:

Eu percebo todos os debates e que às vezes no âmbito do debate, dizemos alguma coisa que não queremos, ou dizemos por algumas palavras que não são as mais adequadas. Mas a bem da dignidade deste Parlamento, eu tenho que dizer à Sra. Secretária que dizer que os Srs. Deputados “fazem politiquice” não é o mais adequado da parte dum Membro do Governo, porque eu considero, e aliás já o disse esta semana ao Sr. Deputado José Sousa, que é nossa missão trazer aqui os problemas das nossas diversas ilhas, usando naturalmente – os Srs. Deputados – as figuras regimentais que estão ao seu dispor. E, portanto, peço a todos que tenham essa consideração, da mesma forma que o Governo reclama, e bem, quando os Srs. Deputados exageram e nalgumas figuras regimentais até nem o Governo pode falar, por isso faz bem em alertar de que não tem contraditório e defesa. O contrário eu também peço aos Membros do Governo, esse respeito pelos Srs. Deputados, porque eu valorizo – como Presidente – e os senhores líderes parlamentares sabem-no bem, estou sempre a incentivar para que tragam os problemas das ilhas a esta Casa, pois acho que essa é também uma forma de nos aproximarmos da

realidade de cada um dos nossos concelhos e das nossas ilhas.

Portanto, eu não posso deixar de dizer isto aqui nesta fase do debate.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para?

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, para defesa da honra do Governo.

Presidente: Em relação...?

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Às suas afirmações.

Deputado António Lima (BE): Defesa da honra?!

Mas a sua honra foi ofendida em quê?!

Presidente: Ó Sr. Secretário, eu sei que a defesa da honra não carece de justificação e, naturalmente, vou-lhe dar a palavra para a defesa da honra do Governo. Mas eu também a seguir defenderei a honra, não do Presidente, mas a honra deste Parlamento.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Com certeza.

Sr. Presidente, sabe V. Exa. que da parte do Governo, merece o respeito institucional que é muito. E sabe que a conduta do Governo procura ser exemplar. Mas não posso deixar de lhe dizer que a afirmação que realizou em relação a uma intervenção dum Membro do Governo está descontextualizada.

O que a Sra. Secretária disse foi que em relação a esta questão em concreto, se trata duma questão de “politiquice”, ou seja, nesta questão concreta...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não é verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que ela disse!

O Orador: Posso falar?

Permitem-me que eu possa falar?

Em democracia é fundamental deixar os outros falar.

Eu considero importante, Sr. Presidente, dizer que claramente o contexto em que foi referenciada essa frase, é de uma intervenção sobre uma proposta que não se baseia em factos concretos. E é nesse sentido que foi utilizada a expressão.

Posso estar errado, Sr. Presidente, mas nunca da intervenção da Sra. Secretária eu concluí - e não só certamente eu - que a frase se dirigia ao conjunto do Parlamento e que a Sra. Secretária estava a dizer que aqui se fazia *politiquice*.

Portanto, essa generalização é abusiva, Sr. Presidente.

A frase circunscreve-se única e exclusivamente à proposta que estava a ser discutida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu peço desculpa, mas não é assim!
Transcrição.

Deputado Nuno Barata (IL): Pense nisso como o futebol, foi uma espécie de *cartão amarelo*.

O Orador: E termino, mas deixe-me dizer que ao longo deste dia, o Governo Regional até em figuras em que nós não podemos usar da palavra, fomos visados permanentemente com uma adjetivação de que a expressão *politiquice* fica muito afastada do que nos foi dirigido, sem sequer podermos exercer qualquer tipo de contraditório, nem sequer poder responder nessas figuras regimentais.

Portanto, Sr. Presidente, termino como comecei, respeito institucional a V. Exa. Já aqui deixei de falar por respeito à sua decisão, vamos respeitar sempre, o Governo respeita as suas decisões e vamos continuar a fazê-lo sempre e procuramos ter sempre para com V. Exa. uma excelência de relacionamento institucional, sabendo que V. Exa. aqui representa o conjunto do Parlamento e é independente nesse conjunto de decisões. Mas não podemos ficar com essa generalização da expressão que V. Exa. utilizou no seu discurso e que o Governo não pode aceitar.

Presidente: O Diário das Sessões esclarecerá o que foi dito.

Agora, permita-me, Sr. Secretário, mas dizer que a Resolução que aqui estamos a discutir é politiquice, é dizer que aqui se faz politiquice.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Diga lá, Sr. Deputado.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Interpelo V. Exa. na sequência deste momento parlamentar, para lhe dizer com toda a frontalidade em relação a esta condução dos trabalhos, que há deputados que vêm a esta Casa fazer afirmações que são piores do que politiquice. Muito piores do que politiquice!

Deputado António Lima (BE): Olha quem fala!

O Orador: São insultos que foram hoje já trazidos aqui que levaram uma Sra. Secretária Regional a ter que defender a sua honra. Insultos!

É muito diferente da classificação duma determinada ação de um grupo parlamentar em termos de uma proposta que faz neste Parlamento, que tem o intuito politiquiceiro. E isso é política. Estamos todos aqui sujeitos à crítica, seja a nossa seja a do Governo; seja o Governo a receber a nossa crítica, sejamos nós também recebedores da crítica que o Governo tem direito de nos fazer, quando regimentalmente o pode fazer. Porque também como referiu o Sr. Secretário, houve já muitas ocasiões neste plenário em que foram utilizadas figuras para atacar o Governo de forma até pouco correta e pouco cordial, em que o Governo nem sequer tem oportunidade regimentalmente de usar da palavra para se defender.

Isso, Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga com toda a frontalidade e respeito democrático - que é muito, como V. Exa. sabe - quando fazemos esse tipo de reparos, peço-lhe que também o faça na primeira ocasião em que qualquer deputado assumira uma posição numa sessão plenária que

deva merecer esse reparo e não apenas no final da semana plenária, em que já muito se passou e já muito aconteceu e em que fica a Sra. Secretária conotada com uma situação na qual não fez mais do que aquilo que é o seu direito de classificar esta ação e este propósito político deste partido que entra com esta Resolução, como sendo “politiqueira”.

Permita-me dizer que na nossa opinião, ela é politiqueira!

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: A Sra. Deputada Dora Valadão pede a palavra para?

(* **Deputada Dora Valadão (PS):** Talvez para uma explicação, ou melhor, para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputada Dora Valadão (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca foi nem é, da minha parte ou da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, trazer aqui politiquices.

Aquilo que nós trazemos é a realidade pura e dura dum problema que existiu e que existe na ilha das Flores.

Aquilo que nós pensamos e aquilo que nós falamos, porque conversamos com as pessoas e vivemos na ilha das Flores – a ilha a que me honro muito de pertencer e vou continuar a estar lá a defender a minha terra. E aí venho para aqui também defendê-la. E, como tal, acho que é legítimo dizer os problemas que nós temos na ilha das Flores. São muitos e este é um dos casos. Mas não me venham dizer que nas Flores está tudo bem, porque é mentira.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta

Cabral): Está resolvido!

A Oradora: Ainda bem, Sra. Secretária, fico muito feliz que este assunto esteja resolvido e que no próximo outono/inverno a gente até tenha o navio e que tudo corra às mil maravilhas, porque é esse o desejo dos florentinos, dos empresários que nos procuram e das pessoas que precisam.

Muitas vezes o navio quando chega lá à sexta e ao sábado, sendo que a mercadoria é só entregue à terça-feira, os legumes vão para o lixo e quem paga são aqueles que os recebem. E esse é outro problema.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas esse é outro problema.

A Oradora: Mas a gente não pode esquecer-se que ele existe.

Nós somos florentinos, somos açorianos e temos o mesmo direito das outras ilhas...

Presidente: Sra. Deputada essa não é propriamente uma interpelação.

A Oradora: ... de termos produtos nos nossos supermercados como toda a gente.

Para além disso, a Proposta está e mantém-se!

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguém que neste âmbito queira usar da palavra?

Eu queria só dizer que a missão do Presidente desta Assembleia e deste Presidente, é defender a dignidade deste Parlamento sempre e em qualquer circunstância, independentemente de ser o Governo, do Partido Socialista, do Bloco, do IL ou de qualquer outro partido.

Não faço nunca é defesas cegas, fingindo que não vejo aquilo que vejo.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta*

Cabral): Devia era fazer sempre!

O Orador: Portanto, se usam figuras regimentais inapropriadamente, o Governo ainda há pouco através da Sra. Secretária Regional da Saúde usou uma que foi uma perfeita resposta num debate, quando não o podia fazer. Portanto, ninguém atire de lado para lado pedra nenhuma aqui, nem o Governo aos Deputados, nem uma bancada a outra, porque fazem todos a mesma coisa. Agora, eu não vou permitir que um Membro do Governo trate – ou destrata, neste caso – nenhuma iniciativa de um grupo parlamentar, seja ele qual for!

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, CHEGA, BE, IL e PAN)

Presidente: Tem a palavra para continuar o debate a Sra. Deputada Cecília Estácio.

(* Deputada Cecília Estácio (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Folgo em saber que uma vez mais este Governo de Coligação deu resposta a uma necessidade e a um pedido dos florentinos.

Como foi dito pela Sra. Secretária, em conversações com a Cooperativa das Flores, foi apresentada uma solução que satisfaz as necessidades apresentadas e não meramente uma solução só por que sim e só porque se exige, porque exigir e pedir não custa, é sempre fácil pedir e todos nós queremos sempre mais.

Em relação ao porto e às viagens dos navios de carga, é com estranheza que noto que constantemente se fala nos estragos do furacão Lorenzo e nos constrangimentos que esses estragos provocaram no porto das Flores. Só que em 2018, com o Governo socialista, e com o porto que não estava

destruído, a ilha das Flores teve 23 escalas de navios de carga. Em 2023, com o Governo da Coligação, com o porto destruído, e com o porto destruído, a ilha das Flores teve 27 escalas de navios de carga.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para concluir os números, estamos no mês de setembro, de janeiro até ao presente, a ilha das Flores recebeu 19 navios de cardo, sendo 3 deles apenas no mês de junho.

Eu acho que este Projeto de Resolução, apesar de muito bem intencionado, claro que sim, todos nós aqui temos intenção de fazer mais e melhor pelas nossas ilhas e pelos Açores, mas este Projeto de Resolução demonstrou que o Partido Socialista, uma vez mais, foi como o Narciso: apareceu quando não era preciso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária disse aqui que a carga destinada às Flores não evidenciava necessidade de mais regularidade do navio.

Então, eu queria colocar a seguinte situação: vamos pensar hipoteticamente que a carga para as Flores era mesmo muito pouca,

digamos 3 contentores? Só se ia lá uma vez por ano?!

O Sr. Presidente do Governo ainda há dias – a 23 de julho – disse que estava a apontar uma possibilidade bem vista pela ilha Graciosa – e que merece – de alterar as rotas para que haja uma regularidade semanal.

Então o que é que leva a Sra. Secretária a pensar que as Flores também não tem essa necessidade?!

Então vamos pensar no seguinte: qual a regularidade – e não estou a dizer que não merecem, não comecem a levar para outros lados – com que o navio vai à ilha do Corvo?

Eu acho que todos merecem e não estou a ser mal intencionado.

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Diga?

Eu estou a mostrar o que devo mostrar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não deve não.

O Orador: Estou a mostrar que todos temos a necessidade de alguns produtos que não podem esperar nem 15 dias nem 1 mês. Daí haver maior regularidade.

Portanto, eu gostava de saber o que é que leva a que haja maior regularidade para algumas ilhas e acharem que outras não têm essa necessidade.

Eu gostava de ter a resposta a isto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós encaramos este Projeto de Resolução do Partido Socialista como uma

medida quase preventiva e um alerta para que antes dos problemas acontecerem, se prepare e reforce de facto a operação para a ilha das Flores. E não vale a pena irmos muito longe. Sabemos os constrangimentos que existem todo o ano e sabemos agora que eles, pela meteorologia e pela maior necessidade de carga, vão começar a surgir.

De facto, esta Proposta é pertinente e, principalmente, no momento em que a debatemos, isto é, antes dos problemas acontecerem.

Não é verdade que não tem havido constrangimentos no passado. Eu tenho aqui na minha frente uma notícia do Sr. Secretário a atribuir apoios aos produtores das Flores por dificuldades na exportação de gado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mau tempo.

O Orador: Houve ou não problemas em 2021?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Mau tempo.

O Orador: Mas é disso que estamos a falar. O barco não vai às Flores por mau tempo. É mesmo por isso e por outros constrangimentos que possam surgir.

Por isso, garantir que há um escoamento de mercadoria o mais rapidamente possível e aquela que tem que ser exportada, como é o caso do gado, ainda mais rapidamente, porque nós sabemos que depois é preciso pagar na mesma este prejuízo e sabemos que depois, com razão, alguém vai gritar *aqui d'el rei*, porque é preciso atenuar as quebras e os prejuízos que tem.

Por conseguinte, é preciso prevenir, planear, antecipar e é preciso reforçar enquanto o tempo permite. Depois de começar a chegar tempestades e ventos mais fortes, sabemos que a operação naquele porto é extremamente difícil e pode ser até completamente inviável durante vários dias ou até semanas.

Por isso, a Proposta faz sentido, não é *politiquice*, tal como nenhuma proposta que aqui se faz o é. É uma proposta adequada, séria e que levanta aqui um problema.

O Governo acha que está tudo feito e que não é preciso fazer mais, bem, se não é preciso ainda bem. ficamos a aguardar que tudo corra bem. E, Sra. Deputada Cecília Estácio, eu não conheço o Narciso, mas espero mesmo que o barco chegue quando for preciso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(* **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes demais, pedir desculpa se na minha intervenção eu estiver um pouco atabalhado, porque eu quero dar respostas à Sra. Secretária, ao contrário daquilo que muitas vezes a senhora faz para com esta bancada que é deixar-nos sem resposta.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Isso é falso!!

O Orador: Eu quero dar respostas.

A Sra. Secretária perguntou-me datas de situações que aconteceram. Começo por datas, porque a nossa Resolução é muito clara e tem muito a ver com aquilo que se passou depois do furacão Lorenzo. E começo pelas datas, sem qualquer problema de assumir o passado, já por causa de não ficar um burburinho na sala.

1 de dezembro de 2020 – já depois do furacão Lorenzo:

“Há produtores na ilha das Flores insatisfeitos com o serviço de transporte marítimo de mercadorias.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E ele chegou ou não chegou?!

O Orador: “Em causa estão os constrangimentos na expedição de gado para o Grupo Central. Os empresários queixam-se de prejuízos e pedem uma solução urgente”.

6 de janeiro de 2021:

“Os empresários agrícolas da ilha das Flores não conseguem exportar gado vivo. Um problema que se arrasta há vários meses. À RTP-Açores falam em discriminação e exigem o mesmo tratamento em termos de transportes de mercadorias”.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): A solução foi dada!

O Orador: 10 de janeiro de 2021:

“O Presidente da Associação Agrícola das Flores diz que tem feito tudo o que pode para exportar o gado bovino das Flores.

Valter Câmara também diz que há produtores que preferem colocar-se à margem da Associação”.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Escoou ou não escoou?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Importa saber se escoou ou não escoou.

(Protestos impercetíveis dos Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa, bem como do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

O Orador: Se me permitem acabar, do Grupo Parlamentar do PSD a 30 de outubro de 2019:

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Não, não, Sr. Deputado, tinha havido o furacão Lorenzo.

Dizia-se:

“Está a faltar garantias de segurança de bens transportados.

Os produtores e as empresas veem-se confrontados com constrangimentos”.

Também falava dos produtores de gado e solicitava que o Governo “cobrisse o transporte de bens, em especial os perecíveis, e também que houvesse transportes entre a Praia da Vitória e a ilha das Flores”.

Também um requerimento de 7 de dezembro a dizer que o “Malena não facilitava a exportação de gado”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo tinha tomado posse há 15 dias!

O Orador: Também diziam em fevereiro...

Os senhores não estão a ouvir.

Eu repito:

Em fevereiro de 2020 - “PSD defende viagens semanais para a saída de gado vivo das Flores”.

Em janeiro de 2021 (já eu neste Casa) fizemos aprovar um Projeto de Resolução que acho que foi aquele que o Sr. Deputado António Lima se acabou referir, que era um apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores, por causa de que no dia 18 de dezembro de 2020 não tinha sido transportado – já com este Governo! – 1 contentor de gado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo tinha tomado posse há 1 mês!!

O Orador: Outra coisa que lhe quero dizer:

Este é um ofício de 2 de setembro de 2024 da Associação Agrícola, a solicitar as mesmas viagens semanais de forma a que os nossos agricultores pudessem escoar os seus animais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é politiquice!

O Orador: Normalmente eu nunca venho a esta Casa sem dados factuais!

Sra. Secretária respondi-lhe a tudo.

Estou a defender a Associação Agrícola.

Além disso, tal como a senhora disse ontem – e muito bem! – temos um navio (o Margarethe) dedicado à ilha.

Então se está dedicado, há que assumir e ter a coragem de dizer que existem custos acrescidos da coesão territorial num arquipélago de 9 ilhas com densidades populacionais muito diferentes e com necessidades muito diferentes.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Está resolvido.

O Orador: Neste momento, a ilha das Flores tem uma necessidade e nós estamos a apresentar esta Proposta como prevenção para aquilo que vai ser o mau tempo e para aqueles que vão ser os constrangimentos do porto.

O Governo e as bancadas que o suportam se não querem apoiar esta Resolução, podem muito bem votar da maneira que quiserem. Agora que ela é pertinente para os florentinos, para os exportadores de gado e para os restantes comerciantes, ela é bem pertinente e tem todo o valor de ser aqui apresentada. E, sim senhor, tal como disse o Sr. Presidente da Assembleia, nós temos o direito de reivindicar aquilo que entendemos estar correto para quem nos colocou aqui.

É por isso que eu digo, Sra. Secretária, este Governo tem que aceitar que nós também tenhamos ideias e que apresentemos resoluções.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo decurso do debate, pela demora no mesmo, parece-me que vamos ter aqui mais um daqueles diplomas que apesar de ser classificado como *fraquito*, será aprovado por unanimidade. Parece-me que este é mais um daqueles que tem o *síndrome da unanimidade*, a não ser o Sr. Deputado Pedro Neves que, por se tratar de transporte de gado, obviamente vai votar contra.

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas)

Mas o que mais me faz pedir a palavra nesta fase do debate, é entristecer-me – o termo é este – cansar-me até, porque parece que esta semana não ouviram uma intervenção que eu fiz. Aliás, ouviram, porque eu quando estou falando vou *varrendo* as bancadas (tenho esse vício) para perceber as cabeças e a linguagem corporal e estavam todos de acordo, todos diziam que sim, a Sra. Secretária lá atrás também. Mas agora, sobre o mesmo assunto, já toda a gente tem a solução milagrosa. Uma resolução recomenda preventivamente e a Sra. Secretária diz que está tudo resolvido. Oh senhora, a partir do dia 20 o arquipélago dos Açores vai levar **tanto molho** que nem a senhora nem ninguém pode garantir que este assunto está resolvido!

E mais: o Margarethe está aqui hoje encostado ao porto da Horta – não sei se vai para as Flores ou para onde é que ele vai. Mas a zarpar do porto da Horta, segundo o *ETD* para as 20 horas, se partir o motor o assunto não está resolvido.

Portanto, quando eu esta semana falava aqui dos constrangimentos da logística marítima, é isso que nós temos que ter sempre em mente nesta Região. E as ilhas que estão mais expostas a esses problemas, têm que ser

mais cuidadosas na gestão dos *stocks*, na época de escolha da saída do gado e numa série de coisas.

Eu lamento muito ter que dizer isto, mas se todos nós vamos exigir tudo – e vão-me perdoar o exagero! – então eu quero 3 toques por semana em P. Delgada e um porto alternativo na Ribeira Grande. E nós não podemos partir desses exageros. Temos todos que ser razoáveis, até porque esta Região é limitada em termos de recursos. Nós já não temos receita fiscal para pagar a despesa corrente e temos que parar com essa coisa de querer tudo para todos, a toda a hora, em todo o lado. Porque um dia alguém vai dizer “fecha a torneira” e nós vamos ter que fazer um *downgrade* das nossas vidas (perdoem-me o anglicismo) que nos vai ser extremamente doloroso; ou então já cá não estaremos – e eu não quero que isso aconteça! – e os nossos filhos e netos vão-nos culpar pela porcaria de vida que vão ter nestas ilhas!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(*Paulo Estêvão*): Não vão ter.

Vão ter futuro se Deus quiser!

O Orador: E, portanto, só para realçar que esta iniciativa do Partido Socialista tem de facto a vantagem de alertar para a prevenção que é preciso fazer nesses processos, mas é preciso fazer também essa pedagogia junto das nossas comunidades políticas de que nem tudo se resolve atirando dinheiro para cima do assunto nem com pós de perlimpimpim.

Muitas vezes, **não raras vezes**, os Srs. Deputados andam junto dos seus eleitores a dizer que as coisas não se fazem porque o Governo não quer, porque o partido X votou contra, porque o partido Y é contra as Flores, porque o partido H é contra a Graciosa e isso é que provoca nas pessoas e no eleitorado um sentimento de revolta e faz com que se virem contra os seus próprios representantes.

Quando nós aqui trazemos os assuntos, como o Sr. Presidente muito bem

hoje já disse, com a máxima dignidade possível e temos é que trabalhar para isso. Nós temos essa responsabilidade. Nós é que somos os adultos na sala. Nós...

Deputado João Vasco Costa (PS): “Nós” os que fomos eleitos. Há alguns que não foram!

O Orador: ... os 57 mais o Governo, é que temos a legitimidade democrática para representar o nosso povo. Não podemos virar o nosso povo contra nós próprios. Isto é uma coisa que não pode continuar a acontecer nesta Região.

Perdoem-me ter usado este diploma para falar neste assunto, mas acho que já somos todos bastante crescidinhos, mesmo os mais novos que têm que aprender connosco, que têm que ouvir um pouco daqueles que, infelizmente, já não vão durar muito mais tempo, porque esta Região tem um problema gravíssimo com aquilo que é o bairrismo, o virar as pessoas contra as outras, para tirar daí dividendos políticos e que nós não sabemos bem para que é que servem, porque no fim de contas, nós vamos todos para baixo de 7 palmos de terra e quem vem a seguir é que vai fazer o nosso julgamento.

Quem vem a seguir são os nossos filhos e os nossos netos que vão fazer o nosso julgamento. E eu temo que esta Região vá por um caminho que os nossos filhos e os nossos netos não se vão orgulhar do trabalho que fizemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata fez-me recordar algo que tinha esquecido, certamente pelo calor do debate e nas respostas que tentei dar e que é um pormenor.

Para quem ainda tenha alguma dúvida sobre isso, nesta Resolução nós tivemos o cuidado de tratar eventualmente numa atitude preventiva. E tanto é que os pontos resolutivos falam exatamente nisto: durante os próximos meses de outubro e novembro, que haja um planeamento para a exportação de gado. Mas também diz no ponto 2 o seguinte: “em articulação com os representantes agrícola e empresarial das Flores que possam ser escaladas eventualmente as ilhas do Pico e da Terceira, em articulação.

Portanto, estamos a prevenir, isto se houver ainda alguma bancada que tenha dúvidas de como é que deve votar, tivemos esse cuidado. E que para o próximo verão também haja uma reunião, aliás a Sra. Secretária em março de 2022 houve aqui uma grande discussão, tivemos empresários e presidentes de câmara da ilha das Flores, sendo que a senhora garantiu que ia articular com todos tudo o que fosse possível para as Flores, garantindo todas as viagens que fossem necessárias. Naquela altura disse isso.

Portanto, aqui no 3º ponto, só lhe peço e às bancadas que suportam este Governo nada mais do que já foi dito, são palavras que eu tirei de diários de sessões e de projetos que eventualmente já foram até elaborados por outros. Ou seja, não há nada aqui inventado. O José Gabriel não veio inventar a roda, veio apenas tentar trazer a esta Casa uma prevenção para o espaço de tempo que agora vai entrar e que é o inverno.

É isso que esta Resolução pretende, nada mais do que isso, para que em articulação com os empresários e com os produtores de gado o Governo proceda a um agendamento preventivo dos toques do navio que está dedicado às Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com toda a serenidade que, aliás, o caracteriza, o Sr. Deputado José Eduardo demonstrou que a intenção desta Resolução não é resolver problema nenhum, porque as coisas já estão resolvidas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi nada disso!

O senhor é incrível!

O Orador: Foi isso que o senhor disse.

Para além de prevenir – é uma Resolução preventiva – o senhor sabe que isto já está a ser feito. Sabe que a Sra. Secretária já falou, tratou e estamos todos os dias a tratar de resolver estes problemas. Não é só nas Flores, como os senhores bem sabem, é na Graciosa, é no Corvo, é em S. Jorge, é no Pico, é no Faial, é em todas as ilhas, faz parte da nossa condição arquipelágica este tipo de problemas surgirem. E isso é que faz desta Resolução uma iniciativa apenas para ter a intenção de não perder o *navio político* da resolução destes problemas. O Partido Socialista iniciou esta semana percebendo que o problema estava a ser resolvido, que havia conversas já tidas anteriormente e durante este tempo e pensou “bom, antes que isto se resolva, vamos cá pegar na *bandeirinha* e ir à frente da comitiva a dizer que fomos nós que trouxemos a resolução deste problema”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso chama-se pior do que politiquice!

É uma **aldrabice política** e eu tenho o meu direito de o dizer a V. Exa.!!

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vai falar-vos um mero professor de história alentejano, mas que vive há 24 anos no Grupo Ocidental e que aprendeu, ao longo destes anos, como é que se fazem as coisas. Aprendeu com os mais velhos, mais experientes, com quem trabalha no ramo.

Posso dizer-vos que ao longo deste tempo, como Deputado e como Membro do Governo também, e queria aqui discordar do Sr. Deputado Nuno Barata mas não consigo, porque ele tem razão, nesta questão: por exemplo o ponto nº.1 diz “que faça escalas semanais no porto das Lajes das Flores”. Isto não é assim que funciona. Isto não é o mundo real.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A Sra. Secretária acabou de dizer que estava tudo resolvido. Afinal não é no mundo real.

O Orador: Há uma determinada *aberta* que permite que essa ligação se faça e nessa semana, se existir gado suficiente, não se faz uma, fazem-se 2 viagens. E se for preciso o Thor que também leva 6 contentores também vai.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é por decreto. Não é assim. É aproveitar a primeira oportunidade. Ouça, e não é como antigamente? Era aproveitar os feriados, os domingos, todos os dias bons que Deus nos der. É assim que se resolvem as coisas, não é com este cinzentismo dos dias e das semanas, não é assim. Isso é o burocrata que não percebe nada do mar e das condições que existem.

Por isso, eu não posso concordar com esta matéria. E também tenho histórico nesta matéria, porque a Região Autónoma dos Açores faz um esforço significativo, quer para as Flores quer para o Corvo, para permitir este abastecimento. Tem dois navios inteiramente dedicados, os dois em conjunto têm um potencial para resolverem essa questão.

Eu no passado, noutras funções, fiz essa proposta para que os problemas se pudessem resolver, mas não é com esta mecânica que o senhor está aqui a propor, isto não faz sentido. Qualquer homem do mar lhe diz que isto não faz sentido. E não é por ser do Partido Socialista, é por ser incorreto e porque as coisas de facto não funcionam assim.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de pedir a palavra para acusar um pouco a má-fé do Sr. Deputado João Bruto da Costa.

O que nós pretendemos é o reforço de ligações efetivo. Mas também não posso deixar passar em claro aquilo que o Sr. Secretário Paulo Estêvão

acabou de dizer, acabando por desmentir um pouco a Sra. Secretária Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor disse que eu estou de má-fé?! Foi isso?! E não leva um *reparozinho* aí da sua bancada?!

O Orador: A Sra. Secretária Berta Cabral disse que o assunto estava resolvido. O Sr. Secretário Paulo Estêvão diz que não é possível e que vai ser agendado consoante as abertas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor faz uma Resolução destas e eu é que estou de má-fé?!

Tenha vergonha!!

O Orador: Ora bem, entendam-se, porque há dois Secretários a dizer duas coisas diferentes.

A outra questão é para dizer ao Sr. Deputado João Bruto da Costa que não aproveitei comboio nenhum.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Explique lá essa da *má-fé*?!

Venha daí essa explicação!

O Orador: E vou-lhe dizer que eu e a Deputada Dora Valadão reunimos com a Associação e com muitos outros empresários da ilha das Flores e foi isto que nós trouxemos. E também lhe posso dizer, porque sei que o Sr. Presidente da Associação Agrícola é um homem sério e responsável, por isso também será sério a dizer-lhe a si, eu próprio articulei com ele o envio do ofício à Secretaria Regional também a ajudar e a apoiar a Resolução que eu ia apresentar aqui.

O senhor quer verdades? Pois as verdades são para se dizer aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah então quer dizer que o senhor sabia que havia um ofício e que as coisas estavam a ser faladas e que estavam a ser tratadas?

Está explicado.

O Orador: Não, não.

O PS é que esteve à frente deste comboio, ao contrário daquilo que o senhor disse.

Portanto, eu nas Flores não tenho qualquer problema de andar à frente da locomotiva.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional do Turismo tem a palavra.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas**

(Berta Cabral): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer-lhe que a palavra que o senhor não quer que eu diga não teve aqui nenhuma conotação negativa. E eu continuo a dizer que a palavra que eu disse e que o senhor não quer que eu diga, há muitos açorianos lá fora de acordo comigo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, com todo o respeito, mas claro que eu também tinha que fazer a minha defesa da honra.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Eduardo:

Eu pedi que me dissessem o dia e a hora em que não tinha sido escoado o gado. Eu não lhe perguntei se fazia a política dos jornais que é saber o que dizem os títulos para pressionar, fazerem resoluções e fazerem o show que

está a ser feito...

Deputado Berto Messias (PS): O *show*?!!

A senhora sabe quem é que dá *shows*!

A Oradora: ...quando na verdade, não é assim que se resolve!

Sr. Presidente, também não quero que haja aqui a *lei da rolha*, portanto vamos com calma, porque toda a gente diz o que bem entende!

O senhor não foi capaz de dizer um único dia em que tenha ficado uma cabeça de gado sem ser escoada da ilha das Flores. O que disse foi que eles iam... que pretendiam...

resoluções e fazerem o *show* que está a ser feito...

Deputado Berto Messias (PS): Quem é que dá *shows*!

A Oradora: Todos nós damos, tenha calma que o senhor também dá os seus, uns aqui, outros lá fora.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Portanto, sobre isso, nós todos sabemos como é que funcionam exatamente os jornais, como é que as coisas funcionam, como é que utilizam a comunicação social para fazer pressão sobre os partidos e sobre o Governo.

A verdade é que não ficou nunca uma única cabeça de gado nas Flores sem ter sido escoada para a ilha para onde queria ser transportada.

Queria também dizer-lhe outra coisa.

Uma coisa é dizer como está na Resolução – e eu reconheço e disse-lhe – “deve-se agendar em articulação com os representantes do setor”. Foi isso que fizemos, foi isso que no ofício de 2 setembro o senhor referiu, com várias correspondências, com várias questões resolvidas, com perguntas feitas, porque nós estamos aqui para defender o interesse público, seja ele particular seja ele do orçamento da Região.

Defendendo esse interesse público, está resolvida a ida do Margarethe no final de outubro buscar 9 contentores de gado. Isto foi proposto pelo próprio Presidente da Cooperativa. Ele é que disse que no final de outubro será feita uma viagem para escoar 9 contentores, ou seja, só pretende ter a viagem quando tiver 9 contentores e outra no final de novembro, semana em que o navio não tem viagem programada.

Se houver necessidade de levar animais para outra ilha, eles podem ser levados através do Thor.

Isto para dizer o quê?

O navio Margarethe e o navio Thor estão absolutamente dedicados ao Grupo Ocidental. E, por isso, não é preciso agendar com antecedência, 3, 4 dias, 1 semana, nós articulamos com o Presidente da Cooperativa, o assunto fica resolvido, porque o navio está por nossa conta, está fretado. Não é como os senhores fizeram, fretaram-no e mandaram-no embora no final de 2022.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem mandou o navio embora foram os senhores!!

A Oradora: Não senhor!

Ó Sr. Deputado o contrato terminou.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

A Oradora: E nós é que fizemos um novo contrato...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!!

Já é a segunda vez que a senhora diz isso aqui.

Não é verdade!!

É mentira!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Porque é verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão suspensos

por 15 minutos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já agora diga o nome do Deputado Vasco Cordeiro, porque é por causa dele!!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga o nome!

Eram 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Iniciamos amanhã com a continuação deste debate.

Os trabalhos terminaram às 19h37.

(* Texto não revisto pelo orador.

A Redatora: Ana Paula Lemos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto Costa Machado da Costa.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras)